

REVISTA
— DO —
INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO

— DO —
RIO GRANDE DO NORTE
FUNDADO A 29 DE MARÇO DE 1902
VOL. L DE 1953

REDADORES:

NESTOR LIMA, RESPONSÁVEL

DES. ANTONIO SOARES

DR. LUIS DA CAMARA CASCUDO



Tip. GALHARDO
NATAL
1953

Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte

Diretoria e comissões permanentes no bienio de 1953 a 1955

Presidente (declarado perpetuo em assembleia geral de 1/8/53): Nestor dos Santos Lima.

1º Secretario: Desembargador Silvino Bezerra Neto.

2º Secretario: Desembargador Vicente de Lemos Filho.

Orador: Dr. Luis da Camara Cascudo.

Tesoureiro: Dr. Manoel Varela Santiago Sobrinho.

Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo: Desembargador João Vicente da Costa.

1º e 2º Vice-Presidente: Desembargadores Luis Tavares de Lira e Antonio Soares de Araujo.

Adjunto de Secretario: Otacilio Cavalcanti.

Adjunto de orador: Dr. Luiz Antonio F. S. dos Santos Lima.

Adjunto de Tesoureiro: Manoel Rodrigues de Melo.

Comissão de Fazenda e Orçamento: Desembargador Horacio Barreto, Drs. Anfiloquio Camara e Aldo Fernandes R. de Melo.

Comissão de "Revista": Nestor Lima (responsavel), Desembargador Antonio Soares de Araujo e dr. Luis da Camara Cascudo.

NESTOR LIMA
ADVOGADO

28 MAI 1954

NATAL - R.N.

Luiz Francisco Junqueira Aires de Almeida

A. TAVARES DE LIRA

(Socio fundador e benemerito)

Longa e trabalhosa tem sido minha vida publica. Conto oitenta anos de idade e, aos vinte, já era jornalista provinciano e politico militante, tomando parte ativa em asperas pelepas partidarias, nas quaes, por circunstancias favoraveis, meu nome ganhou relativa notoriedade no Estado, que, desde muito moço, tive a fortuna de representar durante um decenio na Camara dos Deputados, em quadra acidentada da consolidação do regimen republicano. D'ahi sahi para fazer minha aprendizagem administrativa no cargo de governador, que renunciei antes de terminar o mandato por imperativos de ordem politica.

A seguir, fui ministro da Justiça com Affonso Penna, n'uma hora de sombrias inquietações nacionais; senador, com responsabilidades ás vezes pesadas, nas presidencias de Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca; e por fim, ministro da Viação e interinamente da Fazenda na de Wenceslau Braz, em dias tormentosos da primeira conflagração mundial. Nesse posto, atingi ao apogeo de minha carreira politica. Depois vieram a adversidade e as decepções. Mu dei de campo de ação. Fiz-me juiz do Tribunal de Contas. Não me seduziam mais os triunfos efemer os da vida publica. Cumpria lealmente meus deveres de solidariedade com os amigos generosos que me acompanharam no ostracismo; mas, para mim,

não queria posições de evidencia. Recusei mesmo algumas, como a de ministro de Estado, pela terceira vez. O que ambicionava, sem prejuizo do concienzoso cumprimento de minhas obrigações funcioneas, era apenas viver na solidão de meu gabinete de trabalhos e estudos, onde, não raro, me aprazia e me apraz evocar a memoria dos companheiros ou antagonistas de outr'ora. E escrevo paginas de saudades, recordando tempos idos.

É de algumas dessas paginas, — incluidas n'um livro inedito *Dias que passaram* — que vou me aproveitar para esboçar ligeiramente o perfil de Luiz Francisco Junqueira Aires de Almeida, de luminosa projeção no alvorecer da Republica. Era bahiano. Engenheiro civil. Pedro Velho se relacionara com ele desde os bancos academicos, um cursando a Faculdade de Medicina e o outro a Escola Politecnica da Côrte. Formados, tomaram rumos diferentes: Pedro Velho voltou para sua provincia, foi clinico abalisado, professor illustre, propagandista ardoroso da abolição, evangelizador convencido do credo democratico e, depois de 15 de Novembro de 1889, a figura maxima da historia republicana norte-riograndense; Junqueira Aires envolveu-se nas lutas acirradas dos partidos em sua terra natal e, graças ao tradicional prestigio de sua familia e aos seus mercimentos excepcionaes, entrava, aos vinte e cinco anos, para a ultima Camara conservadora do Imperio, onde revelou, desde começo, seus altos dotes de orador. Informa-o Affonso Celso em *Oito anos de parlamento*:

«Em 1886, apareceram dois moços que prometiam muito como oradores: Jaime Rosa e Junqueira Aires, este da Bahia, aquele do Piauí. Suas estréas causaram sensação. Morreram ambos sem realizar o que anunciavam, Junqueira Aires figurou sob a Republica, mas apagadamente.»

Aqui o laureado escritor laborou n'um equivoco, aliás explicavel, conforme me declarou pessoalmente, porque, quando Junqueira retornou á Camara em 1894, se achava exilado na Europa desconhecendo por isso os estrepitosos sucessos por ele alcançados, especialmente na campanha parlamentar contra o adiamento das sessões do Congresso Nacional, em que seus discursos se tornaram famosos.

Com a ascensão de Ouro Preto ao poder, pouco antes de sossobrar o trono, Junqueira Aires afasta-se do cenario politico, indo exercer cargos profissionais em Minas Geraes; e, em 1892, foi nomeado engenheiro fiscal da Estiada de Ferro de Natal a Nova Cruz, com grande satisfação de Pedro Velho, que, — seu velho admirador e amigo, — tudo fez para atrail-o ao gremio de seus correligionarios. Relutando a principio, cedeu aos poucos de seus primitivos propositos e começou a colaborar nas gazetas partidarias, onde seus artigos se destacavam, em regra, pelas galas e louçanias do estilo. Depois de seu ingresso na imprensa, foi completa sua identificação com o situacionismo estadual, em cujas festividades os mais retumbantes aplausos coroavam suas orações quentes e vibrantes.

Em Outubro de 1893, deviam efetuar-se as eleições geraes para a renovação do terço do Senado e da Camara dos Deputados, tendo Pedro Velho lhe oferecido um logar na chapa official. Recusou. Pedro Velho insistiu; e, em fins de Agosto, conseguiu vencer suas resistencias. Mas já então era discutivel sua elegibilidade por ser funcionario demissivel. Uma noite, — seriam dez horas, — mandou-me um recado para ir a Palacio. Fui. Encontrei-o só. Expoz-me em reserva as combinações de bastidores em andamento para a escolha de nossos candidatos ao Congresso Nacional. O partido havia resolvido que a chapa seria assim composta: Almino Affonso para o Senado; Augusto Severo, Junqueira

Aires e Francisco Gurgel para a Camara dos Deputados. Eu disputaria o quarto logar extra-chapa. Esta combinação, porem, tinha de ser alterada em consequencia das duvidas que haviam surgido no tocante á eleição de Junqueira. Eu substituí-o-ia na chapa e ele seria votado no *rodizio*. Si a incompatibilidade suscitada não prevalecesse, o que pensava sucederia, de vez que eram tecnicas as funções que ele exercia e a lei se referia a funcionarios administrativos, fariamos sem dificuldades os quattros Deputados. Si, ao contrario, viesse a prevalecer, precisariamos de uma vaga para ele, que não podia ficar fóra da representação. Nesta hipotese esperava que eu abrisse oportunamente essa vaga. Era um serviço que me pedia. E acrescentou: *conheço-te bem e sei que posso contar contigo*. Não se enganou, respondi-lhe eu. Disponha de meu nome, como quizer e entender. Resultado: minha inclusão na chapa.

Posteriormente, Junqueira foi removido para Pernambuco e, com o adiamento das eleições para Dezembro de 1893 e, mais tarde, para Março de 1894, desapareceu sua problematica inelegibilidade, que era de tres mezes e restrita ao Estado em que estivesse servindo. Elegemos todos os deputados e ele entrou para a nova Camara, arena em que conquistaria, dentro em pouco, a justa fama de notabilissimo orador. E conquistaria sem favor, porque sua eloquencia era verdadeiramente impressionante e dominadora. Nunca escreveu discursos. Nem ninguém, naquela epoca, se animaria a escrevel-os e lel-os em assembleias politicas. A realeza caíra não havia muito e ainda não esqueceramos as encenações espetaculares do parlamentarismo convencional do segundo reinado, uma grande escola para os moços, cheios de talento, de audacia e de idealismo construtor, ao penetrarem nos paços do primeiro poder da nação. Mas, embora não escritos, seus dis-

curso eram, no fundo, modelares; e, si alguns delles pouco interesse despertam de presente, é por ser outro o ambiente trepidante de paixões que hoje respiramos.

Depois de empossado de sua cadeira de deputado, Junqueira Aires só voltou uma vez a Natal, — em Fevereiro de 1896. — Extraordinarias as manifestações de regosijo com que foi recebido. Entre outras, um banquete realizado a 21 daquelle mez, em que Pedro Velho, — como ele mestre e senhor da palavra, — o saudou em primorosa oração, a que respondeu entoando um hino de louvor á terra norte-riograndense, que lhe restituira, com a fé dos eleitos, os mais nobres estimulos nas intensas competições da vida publica. Então ainda não era de uso determinar protocolarmente nas festas politicas locais e numero de oradores. Falava quem queria e quantas vezes queria. Junqueira Aires utilisou-se dessa tolerancia e pronunciou nada menos de nove discursos, percorrendo a gama inteira de sua peregrina eloquencia. Tamaña a impressão produzida por esses discursos, — todos impregnados de cunho patriótico ou vasados em moldes academicos, — que Segundo Wanderley houve por bem traduzil-a de momento nestes versos inspirados:

Lava candente que a cratera exala.
Hino ignoto de febril cascata,
Tua palavra as almas arrebatada,
Tua eloquencia os peitos avassala,

Para escutar-te as vagas emudecem,
Voam dos bosques as aves encantadas,
Piram no ar as brisas perfumadas
E os proprios astros das esferas descem.

Do Panteon do rutilo procenio
Glorificam-te os vôos de teu genio,
Divinisa-te a luz de tua idéa.

Filho da patria da imortal Moema,
Tua fronte merece um diadema,
Teu civismo reclama uma epopéa.

A primeira vez que ouvi Junqueira Aires foi n'um comicio da praça publica, em Fevereiro de 1893. Irrompera a revolução federalista do Rio Grande do Sul, a que, de começo, se attribuiria corater francamente restaurador, e, para combatel-a, se operou no paiz inteiro um movimento irresistivel de concentração republicana, em defesa da ordem constitucional. Por toda parte, se generalisam os *meetings* de protesto contra o que se convencionára chamar de *saudosismo impenitente e reaccionario*. Em Natal houve diversos, realisando-se um deles em frente á Estação da Estrada de Ferro de Nova Cruz, na actual Praça Augusto Severo. Ia em meio quando Junqueira Aires, voltando de uma viagem de inspeção ao interior do Estado appareceu á porta daquela estação. Vivamente aclamado, occupou a tribuna que se armara em plena rua. Sua oração foi um deslumbramento, despertando o entusiasmo do povo que o carregou em triumpho.

Desde esse dia nos aproximamos e fomos amigos. Minha afeição por ele era sem limites e a dele por mim repassada dos excessos da mais fidalga generosidade. Aqui está uma prova. Ao falecer Pedro Velho, vieram-me ás mãos varios documentos politicos existentes em seu arquivo. Entre eles, uma carta de Junqueira, datada de Setembro de 1894, em que o informava do que ia ocorrendo na politica federal e lhe dizia da atuação de cada um de nossos representantes no Congresso. O trecho que se referia a mim era este: «Resta-me falar do Lyra. Devo confessar-lhe que excedeu á minha expectativa em todos os sentidos e do modo mais promissor e brilhante. Circumspecto, criterioso, perspicaz, sempre senhor de si e imperturbavel, tem ido satisfatoriamen-

te. Fala com muita correção, facilidade, propriedade e calma. Tem conceito e estima na Camara e na Mesa (*eu era um dos secretarios*). É de dedicação e lealdade a toda prova e pode vir a prestarmos relevantissimos serviços. Sobretudo, é de um equilibrio invejabilissimo; comedido e austero como um sexagenario. Ha de ir muito longe. Demais tem uma tal ou qual habilidade jesuitica que o fazendo levar á conta de inocente e pacifico lhe permite insinuar-se na confiança dos mais desconfiados. Repito: ha de ir muito longe...»

Ao tomar conhecimento desta carta em 1908, eu já fôra governador do Estado e era ministro da Justiça. Não desmentira, portanto, os lisonjeiros vaticinios do querido companheiro sobre o moço de 21 anos, ao tempo deputado pela primeira vez.

Chegando a Natal em Fevereiro de 1896, Junqueira Aires ali se demorara para assistir á posse de Ferreira Chaves, que devia assumir o governo do Estado a 25 de Março, dia que nosso partido, disciplinado e coeso, tambem fixava para renovar a seu chefe, Pedro Velho, que deixava o poder, as seguranças de sua integral solidariedade. De acordo com o programa organizado, numerosas e significativas as festas a serem realisadas e que teriam por fecho um grande banquete na Intendencia Municipal. Ele seria o orador official desse banquete; mas, — dado seu precario estado de saúde, — entendeu Pedro Velho que deviamos poupal-o a semelhante sacrificio e escreveu-me reservadamente para que o demovesse do proposito em que estava de não desistir do encargo recebido. Tudo fiz para convencel-o. Inutilmente. Resistiu aos apelos do proprio Pedro Velho. E, na noite daquele dia, fraco, alquebrado, com febre alta, pronunciou um dos seus mais sensacionais discursos. Foi o ultimo. O canto de cisne. O esforço esgotou-lhe as energias fisicas. Agravaram-se os seus padecimentos e seguindo para o

Recife, em companhia de Pedro Velho, que não mais o abandonou, ali veio a falecer em 10 de Maio. Os ultimos dias de sua vida foram de resignação evangelica. Era um crente fervoroso e, a 4 daquele mez, sentindo que se avisinhava o termo de sua jornada terrena, mandou pedir ao bispo de Pernambuco, — Dom Santos Pereira, seu conterraneo e grande amigo de sua familia, — para ouvir-o em confissão. O bispo, muito doente, não poude atendel-o. Fez-se substituir pelo vigario geral do Bispado, — Monsenhor Fiuza. — Depois da confissão, ditou, por entre dolorosos sofrimentos, a seguinte carta, que assinou com dificuldade:

“ Recife, 4 de Maio de 1896.

Exm^o. Sr. Bispo:

Beijo com a mais profunda humildade as as mãos de V. Exci^a.

Peço, com a contrição mais sincera, perdão das ofensas que tenho feito a V. Exci^a. e a todo meu proximo cristão.

Apelo para a piedade apostolica de V. Exci^a. e, com o mais verdadeiro arrependimento, rogo a V. Exci^a. de conversar com o nosso distinto e caridosissimo patricio o Sr. Padre-mestre Fiuza sobre a minha confissão, mandando-me, como é o mais veemente desejo de minh'alma, a tranquillidade do perdão da Igreja, na qual firmemente acredito.

A bondade de V. Exci^a. me protegeu desde os primeiros instantes da minha orfandade e e a minha suprema aspiração de cristão nos extremos angustiosos em que me deparo é po-

der apelar para a autoridade de V. Exci^a., o bondoso amigo de infancia de meu pobre pai, o caridoso assistente dos derradeiros momentos de minha adorada mãe, o protetor de minha familia.

Aos pés da eminencia episcopal de V. Exci^a. me prostro para rogar, com o maior ardor, a graça piedosa de, — ouvido o notavel sacerdote, exemplo e gloria do clero de nossa terra — mandar-me a certeza de que, si eu vier a finir-me, tive a misericordia e o perdão da Igreja, pelos quaes anceio, porque os reputo essenciaes ao meu eterno destino.

Esta autorisa ao exemplar e piedosissimo sacerdote, que se dignou de ouvir com tanta longanimidade as minhas miserias de pecador, a relata-las, si preciso, á superior autoridade ecclesiastica de V. Exci^a.

O que anhelos indizivelmente é, repito, a certeza de que, si vier a morrer, estão cumpridos os meus deveres de cristão e posso alcançar da misericordia infinita de Deus eterna salvação.

Perdoe-me V. Exci^a. a atrevida importunação desta rogativa e digne-se de dar refugio na sua caridade ao atribuladissimo espirito de uma creatura, que, sem nada merecer, sempre deveu muitissimo á preciosa amizade de V. Exci^a.

Contando que me perdoe todas as ofensas que contra V. Exci^a. e todos os meus irmãos cristãos haja praticado, agradeço de joelhos a

V. Exci^a. sua incomparavel graça; e, beijando as mãos de V. Exci^a., protesto ser o mais obediente e grato servo.

L. F. Junqueira Aires.»

Seus desejos foram satisfeitos. No proprio dia de sua morte, Dom Santos Pereira, deixando, com sacrificio, seu leito de dôr, foi ministrar-lhe em pessoa os santos sacramentos de nossa religião.

Ausente, nesta capital, não tive o triste consolo de assistir ao enterramento de seus restos mortaes. Prestei-lhe, porem, o preito de minha imorredoura saudade na sentida comunicação, entrecortada de lagrimas, em que participei á Camara dos Deputados seu prematuro falecimento. Morreu aos 36 anos de idade na plenitude de seu vigor intelectual. Não houvesse desaparecido tão cedo d'entre os vivos e teria sido por certo um dos grandes valores da Republica pela inteligencia, pela capacidade, pelas realizações no governo, a que o predestinavam seus dotes positivos de homem de Estado.

Rio, Fevereiro, 1953.

Bôdas de Ouro do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte

D. MARCOLINO DANTAS
(Socio honorario)

O INSTITUTO HISTORICO, como é mais conhecido, é o relicario do passado, a arca das tradições, o inventario das riquezas da Historia, a Historia do passado ou o passado da Historia.

É um indice de civilização e cultura, ligando o passado ao presente, e o presente ao futuro.

Ha cincoenta anos, quando o Instituto Historico foi fundado, nós eramos futuro; hoje, somos presente; e, amanhã, seremos passado. É a marcha ré dos Institutos. A marcha para frente, porém, é o passado evoluindo para o presente, e o presente mergulhando no futuro. E o Instituto Historico é o eixo vertical desse movimento, ascendente ou descendente.

Um povo que não tem o seu Instituto Historico não tem passado, não tem historia, não tem nada.

O Instituto Historico coloca os seus su-

perhomens em galerias; os fatos, em volumes; e, em perspectiva, os monumentos, segundo os varios setores: *no setor militar*, entre nós, Felipe Camarão e o General Varela, para não citar tantas e tão illustres figuras de nossa historia; *no setor politico*, Pedro Velho e Alberto Maranhão; *no setor cultural*, Almino Afonso e Amaro Cavalcanti; *no setor religioso*, os Jesuitas e os Capuchinhos, o Clero e o Padre João Maria, a Diocese, em 1909, e a Arquidiocese, em 1952; *no setor comercial*, Olimpio Tavares, Romualdo Galvão e Aureliano Medeiros; e *no setor industrial*, Jovino Barreto e João Camara.

Agora, os fatos e os monumentos: no setor militar, a guerra contra os holandêses e a fortaleza dos Reis Magos; *no setor politico*, a colonia, o imperio e a republica; *no setor cultural*, os tribunais, as faculdades, o seminario, os collegios e as escolas; *no setor religioso*, Uruassú, Cunhaú e suas ruínas; *no setor comercial*, a Associação Comercial, o porto e a estrada de ferro; *no setor industrial*, o sal, a cêra e o Algodão, necessitando todos de maior expansão, maiores creditos, mais transportes e mais patriotismo.

Eis, Senhores, o cabedal imenso do nosso querido Instituto Historico e Geografico, marco luminoso de nossa civilização, de nossa fé catolica e de nosso progresso.

As comemorações estão sendo feitas com

brilhantismo. Durante o dia, a Imprensa incentiva a todos com esmerado noticiário; e à noite, magníficas tertulias deliciam a assistência, que si não brilha, sempre, pela quantidade, pela qualidade rebrilha, deixando, plenamente, satisfeita a Diretoria do Instituto,

Falaram no domingo, 23, Dr. Nestor Lima, o Presidente; na segunda feira, o Comandante Valença da Camara; na terça, Dr. Juvenal Lamartine; na quarta, Monsenhor Paulo Heroncio; na quinta, Professor Manoel Rodrigues; na sexta feira, ainda Dr. Nestor Lima, o heroi das comemorações e, hoje, falará Dr. Luiz da Camara Cascudo, a palavra moça, escorreita e erudita do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte.

Agóra, aqui, estamos no templo sagrado, para agradecer a Deus as vitorias dessa jornada, que se encerra, hoje. E pedir as melhores bençãos do céu, para a travessia, que recomeçará, amanhã e irá até as muralhas dos cem anos. E, daí por diante, sem parar... mesmo porque, a idade dos Institutos Historicos não se conta pelos dias, pelos meses, nem pelos anos, porém, pelos seculos, pois a sua missão é secular, é multiseccular.

Senhores do Instituto Histórico e Geografico do Rio Grande do Norte, ad multos annos!
Ad multos annos!

Natal, 29 de março de 1952.

O Jubileu de Ouro do

INSTITUTO HISTORICO

Conferencia inicial da SEMANA DA CULTURA POTIGUAR, nas comemorações do 1º cincoentenario do Instituto Historico, de 23 a 29 de março de 1952.

I — Ainda é muito cêdo para que se possa fazer a Historia do Instituto e das grandes figuras que o fundaram, protegeram, impulsionaram e serviram com abnegação e com patriotismo. Não venho fazer Historia; quero dar meu testemunho leal, vivido e sincero.

Porque sobrevivem quatro dos seus ilustres fundadores, que foram partes diretas nos seus dias iniciaes, incertos e dificeis, e o ajudaram a vencer as dificuldades e os impecilhos que lhe ameaçavam a propria estrutura. Eles é que poderão dizer melhor do que eu posso elucidar o que foram essas etapas e essas vitorias, no curso do tempo.

Não cabe á minha geração, que aqui penetrou, antes de vencida a primeira década, apreciar e julgar do esforço e da tenacidade da preclara coórte, que nos antecedeu; será obra dos provindoiros, livres de complexos e de conveniencias, para a plenitude e serenidade dos seus julgamentos.

O fato, em si magnifico, é que agora vamos celebrar o JUBILEU DE OURO DO INSTITUTO HISTORICO, vamos realçar o valor e operosidade dos que nos deixaram tão nobre legado, e proclamar

a todos os quadrantes da Patria quanto de heroismo e de bravura se dispendeu para essa consecussão.

Porque, quando se levantar o exato balanço das atividades e beneficios que advierem da criação do Instituto, na vida cultural do Rio Grande do Norte, muito se ha de encontrar para ser-lhe creditado, como contribuição efetiva para o desenvolvimento mental da nossa gente.

Nenhuma outra associação de letras conseguiu, até hoje, projetar-se na cultura norte-rio-grandense quanto o nosso querido e venerando sodalicio, que a mão carinhosa dos fundadores nos outorgou e nós desejamos transmitir, integro e ilésio, aos nossos sucessores, para a realização dos seus altos e nobres designios.

Basta lembrar a sua "REVISTA", com quase cincoenta volumes, a contar de 1903, e que, a 29 deste mês, circulará engalanada de mirtos e de rosas, não só para rememorar as suas figuras exponecias, que a morte já envolveu no seu sudario de sombras, como para encorajar os sobreviventes a conduzirem a instituição na larga estrada que vem perlustrando e vencendo.

Porém, nesta data cinquentenaria, é da mais elementar justiça que se recordem as grandes figuras do Instituto, não para traçar-lhes, em majestosas carateristicas, os perfis luminosos e as epopéas do seu trabalho e da sua inteligencia, mas, simplesmente para traser-lhes a oblata da nossa saudade e as homenajens, a que fazem jús os que trabalham e servem ao nosso Instituto.

O dia é todo de evocações, lembranças e recordações...

É, por que assim, é, Sr. Presidente, eu quero invocar, neste instante, as luzes e as reminiscencias de V. Exa., que, antes de mim, penetrou os humbraes

desta “Casa da Memória”, e a tem servido desinteressadamente, desde 4 de novembro de 1904, como socio efetivo e benemerito, para o fim de ajudar-me a esclarecer as duvidas que me assaltarem o espirito, na narração, que passo a fazer, das fases diversas da vida do nosso Instituto e das diferentes circunstancias, que ele tem vencido na prossecução dos seus elevados destinos.

Peço, ęntretanto e desde logo, a magnanimidade do auditório illustre e seléto, que dá as honras á Casa de celebrar-lhe o maximo evento de seu cincoentenario, que me releve, porventura, a insipidês das recordações, a complexidade dos assuntos, a aridês das evocações, porque elas são a alma viva da instituição, o seu mais belo e nobre padrão de benemerencias.

Com estas ressalvas e essas restrições, permitam-me enfrentar, com coragem e com exatidão, os fastos memoraveis do nosso Instituto Historico, ao ingressar no programa das solenidades, que culminam nesta SEMANA DA CULTURA POTIGUAR, em comemoração do 1º cincoentenario da sua fundação, na qual se farão ouvir, em eruditas conferencias, grandes e notaveis figuras do nosso elenco social.

II — Apenas, dealbava o seculo XX, com as suas promessas de aperfeiçoamento intelectual.

A 29 de março de 1902, num claro domingo, ás doze horas, reuniam-se, no grande salão da Biblioteca do Ateneu Norte-Rio-Grandense, (lado do norte), doze cidadãos dos mais conspícuos e illustres que a Cidade possuía.

Eram eles: Alberto Maranhão, governador, Vicente de Lemos, Olimpio Vital, Francisco Carlos Pinheiro da Camara, Francisco Pinto de Abreu, Luiz

Manoel Fernandes Sobrinho, Manoel Dantas, Tomaz Landim, Pedro Soares de Araujo, Joaquim Manoel Teixeira de Moura e Verissimo de Tolêdo (12).

Solidarisaram-se, com a ideia e com a iniciativa, quatorze outras figuras importantes da politica e da administração, que eram os senadores, Pedro Velho, Ferreira Chaves e José Bernardo, deputados, Augusto Tavares de Lira e Eloi de Souza, desembargadores, João Batista de Siqueira Cavalcanti, José Teotonio Freire e Manoel Moreira Dias, drs. Antonio José de Melo e Souza, Manoel Hemeterio Raposo de Melo e Sergio Paes Barreto, capitão João Avelino de Vasconcelos, Henrique Castriciano de Souza e Pedro Avelino. (14).

Foi de proposito que os pro-homens do Instituto escolheram previamente a data de 29 de março, porque ela relembra o grande feito politico de 1817, quando o coronel de milicias André de Albuquerque Maranhão, (cognominado Andrésinho de Cunhaú), que, na vespera, entrara vitorioso nesta Capital, implantara e instalava a Republica Democratica, proclamada a 6 de março na Cidade de Recife, pelos Revolucionarios, á frente dos quaes se achavam João Ribeiro, José Luiz de Mendonça, Padre-mestre Miguel Joaquim de Almeida Castro, Domingos José Martins e outros.

E, de fato, proclamada, naquele longinquo dia de 1817, a Republica no Rio Grande do Norte, sob a chefia daquele invito patricio, chantou-se o grande marco historico, em rasão do qual foi derrubada a monarquia lusitana e rechassada a corôa de Portugal, que se achava, no momento, transplantada para o Brasil, desde 1808.

Mais tarde, a 24 de abril, dava-se a contra-revolução realista e o coronel André de Albuquerque caía varado pela espada de Antonio José Leite de Pinho, portuguez, que pagaria com vida, na tarde

de 15 de março de 1834, a ousadia de aniquilar, de um golpe traiçoeiro, a bravura e o denôdo do grande chefe republicano.

A data ficou e após 85 anos, servia de motivo para a implantação do marco historico, que é o Instituto, destinado a faser a elucidação do acontecimento recordado, com a clarêsa dos documentos e a eloquencia dos testemunhos, largamente colecionados, através de tantos e tão preciosos contemporaneos da Revolução de 1817.

Assim, pois, começava o Instituto sob os auspícios da memoravel data para os republicanos patriotas, remarcando e fundindo, no calendario civico do Rio Grande do Norte, aquele notavel movimento libertario com a fundação do nosso Instituto.

Esboçadas as linhas gerais da instituição, com a aprovação dos Estatutos nas sessões de 27 de abril, 4, 11, 18, 22 e 25 de maio, 5 e 12 de junho seguinte, procedeu-se a eleição da Primeira Diretoria e Comissões Permanentes, com mandato até 3 de maio do ano futuro.

Logo a seguir, duas perdas muito sensiveis experimentou a casa com o falecimento de duas figuras conspícuas do meio intelectual: Augusto Severo, na tragédia do Balão PAX, em Paris, a 12 de maio, e Verissimo de Toledo, tesoureiro, a 31 de agosto de 1902, no Rio de Janeiro: taes perdas enlutaram profundamente a novel instituição, no seu nascedoiro.

Dirigia-lhe os destinos o dr. Olimpio Manoel dos Santos Vital, baiano de Feira de Santana, onde nascêra a 15 de janeiro de 1839, para aqui se transportára como juiz de direito de Macau, (1878) e, após o exercicio de Chefe de Policia do Ceará (1886) e Presidente da Provincia de Sergipe (1888), foi, já na Republica, provido desembargador do nosso Tribunal de Justiça (1892) e, em seguida, Juiz Fede-

ral da Seção, na vaga do dr. Manoel Porfirio de Oliveira Santos (1896), função em que se aposentou, a pedido (1909).

Dedicou seus ultimos anos de vida ao nosso Instituto, dirigindo-o e estimulando-o, com todas as energias de sua inteligencia e da sua fortalêsa moral, que eram um apanagio da nossa terra.

Até o dia do seu falecimento, a 19 de fevereiro 1910, não se afastou do seu posto, presidindo as sessões e as solenidades que o Instituto promoveu, nesse período, das quaes cumpre destacar as festas civicas de 17 de junho de 1906, na passagem do 89º aniversario do arcabusamento de Frei Miguelinho, o inclito padrão de nossa honra civica.

Casado, duas vêses, deixou numerosa próle, especialmente da segunda esposa, D. Amelia Costa dos Santos Vital, pertencente á tradicional familia dêsta Capital.

No dia seguinte ao seu falecimento, o Instituto Historico, reunido em sessão ordinaria, sob a presidencia do 1º vice-presidente Desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos, aprovou uma moção de profundo pesar, tomou luto por treis dias e enviou pesames á desolada familia.

Nesse mesmo dia, tomava o orador de hoje posse de Socio Efetivo do Instituto, em virtude de proposta de treis socios e com parecer favoravel sobre a "Matriz de Natal", unanimemente aprovados pelo plenario, em data de 16 de janeiro do mesmo ano.

Eis aí a figura primacial e mais destacada no cenario social, que lhe orientou os destinos, desde a fundação até a data do seu trespasse: foi um grande juiz e foi um nobre cidadão. Honrou a sua tóga e soubes pautar a sua conduta publica e privada pe-

las sagradas normas da moral e do direito, de que era apóstolo convito.

Conheci-o de perto, ao tempo, em que, já formado pela Faculdade do Recife, ensaiava, em 1909, as minhas atividades no fôro federal. Era solene, respeitavel, retilínio, bondoso e afavel no trato pessoal.

Homem de estatura média, barba grisalha, relativamente franzino, mas envolvido sempre no tradicional *croisé* preto, ou paletó preto e calças brancas, vinha ele, todos os dias, a Palacio, em cordeaes entendimentos com o Chefe do Governo, a quem amparava sempre com os seus conselhos e sua clara visão das coisas e dos homens.

Rígido nos seus costumes, não lhe agradava a modernização, que já se infiltrava no espirito das sociedades. Certa vês, em Palacio, numa roda de juristas, verberava ele as normas que se observavam nos estudos juridicos, do momento, e declarava solenemente que “no meu tempo”, tudo era diferente, sério e respeitavel. Mas, a irreverencia de Juvenal Antunes, bacharel recémformado, com muita inteligencia e pouca pericia profissional, retrucou-lhe em tom pilhérico:

“ — No seu tempo, dr. Vital, o primeiro ano de Direito consistia em português e arimetica...”

Pelo que recebeu uma tremenda objurgatoria do “velho” Vital, como todos lhe chamavam, em homenagem á sua esclarecida velhice e respeitabilidade.

Quando ele desapareceu, assumiu a presidencia do Instituto, o desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos, eleito unanimemente em assembleia geral de 13 de março de 1910 e empossado a 3 de maio seguinte.

Sob as vistas e a direção do seu generoso fun-

dador, o Instituto tomou novo alento e prosseguiu em sua alta finalidade de explorar os veios históricos, coletando documentos e joeirando notas e apontamentos esparsos, a respeito do nosso passado. O Dr. Lemos, como lhe chamavamos na intimidade, os consocios, que ele recrutava na sociedade, por lhes sentir o gosto e o fâro das pesquisas históricas, era o companheiro extraordinario de talento e erudição, de tenacidade e de eloquencia incomparáveis, na direção dos trabalhos e na busca dos documentos, que, na sua qualidade de reorganizador do Arquivo da Secretaria do Governo do Estado, serviço que tão bem desempenhou durante muitos anos, conseguia desenterrar da poeira das estantes velhas e carcomidas, transformando-os em legítimas fontes de historia local, tornando-se inexcedível e precioso para quantos procuravam auxilios e elementos em torno de qualquer ponto a resolver, ou questão a solucionar, referente á historia do Estado.

Devo-lhe toda a documentação, que utilizei, na confecção da "Matriz de Natal", livro de estreia, que me abriu as portas desta Casa e que tem servido a quantos versam assuntos históricos locais e para os quaes é considerado "um livro precioso", como diz Mons. Landim, em seu livro "Sob a poeira dos caminhos" — pags. 13/14.

Aproximavam-se as festas centenarias da Revolução Republicana de 1817. O Dr. Lemos, sentindo-se cansado e com perda parcial da visão, de que muito se queixava, pediu aos consocios do Instituto para o não reelegerem nas eleições de 1916, visto que essa diretoria teria a seu cargo celebrar aquellas grandes comemorações, em março de 1917.

Foi então eleito o coronel Pedro Soares de Araujo, que vinha sendo vice-presidente, desde 1910.

A esse illustre assuense, modelo de operosida-

de e de energia cívica, a quem tanto deveu a sociedade natalense, pelo seu talento, sua organização, seu metodo de trabalho e sua dedicação ás causas que abraçava, muito ficou tambem devendo o Instituto, pelas importantes iniciativas que conseguiu realizar, durante quase um decenio de sua presidencia (1916-1925).

Sob a sua direção, realisaram-se, nesta Capital, as majestosas festividades cívicas de março a junho de 1917, quando da comemoração do 1º Centenario da Revolução Republicana de 1817, em Recife, e do fusilamento, na Baía, do padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro, o Frei Miguelinho, mártir glorioso da arrancada democratica, naquela cidade pernambucana.

Foi inaugurado na praça André de Albuquerque o "Monumento aos heróes de 1817", na praça João Maria, o busto do insigne e saudoso vigario de Natal, na praça Pedro II a bela maquete do nosso ultimo Imperador, a 2 de dezembro 1925, primeiro centenario do seu nascimento.

Internamente, não foram menores os beneficios decorrentes da gestão do coronel Pedro Soares, que se não cansava de incentivar e faser tudo o que estivesse ao seu alcance para a maior gloria do Instituto.

Mesmo na "Revista", ele publicou o seu trabalho "Repertorio da Legislação sobre os Municipios do Estado", que tem servido de valioso subsidio para os estudiosos do assunto.

Maneiroso e bom, pacato e prudente, o seu conselho era uma lição da experiencia diutúrna, como cidadão e como politico, que teve destacada atuação, por mais de 25 anos, no Estado, e, mais ainda, como administrador do Erario Publico, no ultimo quartel de século de sua proibidosa vida terrena.

Deixando a presidência, que renunciou, em dias de junho de 1925, recolheu-se ao seu lar abençoado, onde veio a morte colhe-lo a 11 de abril de 1927, quando recebeu da cidade inteira as mais expressivas homenagens de gratidão e de saudade.

Consola-nos, porém, a certêsa de que ele deixou na sua prole ilustre dignos seguidores do seu exemplo e da sua operosidade incomparavel, no zêlo do patrimonio inapreciavel, que nos coube receber e defender.

Com esse acontecimento, inesperado aliás, o Instituto perdeu um dos seus melhores artífices e um dos mais devotados consocios.

Na interinidade, esteve de junho de 1925 a maio de 1926, o vice-presidente desembargador João Dionisio Filgueira, nobre prototipo do magistrado distinto e fidalgo, que tivemos a fortuna de possuir, logo depois da fundação, a 16 de novembro 1902.

Assumindo a presidência do Instituto, num periodo de mudança da séde, pois, o Instituto passava da séde atual, onde se *imprensava* com o Egregio Tribunal de Justiça, para o predio estadual, á Rua Conceição, 577, de propriedade do Estado e cedido pelo Governador José Augusto, (1924-1927), não teve ele ensejo de realizar notaveis feitos em beneficio da casa.

Realisou, porém, a eleição do seu sucessor para o ano social de 1926-1927, a qual recaiu na pessoa do consocio desembargador Hemeterio Fernandes Raposo de Melo, que foi o 4º presidente efetivo do Instituto a figurar na galeria dos Presidentes, nesta Sala.

A escolha era a mais feliz, porque o desembargador Hemeterio, jurista de alentados merecimentos, saíra da magistratura militante, aureolado de benemerencia, após exercer, por muitos anos, a presidência do nosso Colendo Tribunal de Justiça: tinha

a experiencia, a capacidade, a retidão e o descortino suficientes para orientar esta casa, num vasto e eloquente periodo de atividades, que se lhe abriam, de par em par.

Esta, porém, não era a sua especialidade e, por essa razão, exigiu, desde logo, como norma da sua aceitação, não admitir nem anuir de modo algum, com a reeleição, no ano seguinte.

Todavia, dirigiu eficientemente a corporação, guiou-lhe os interesses, derimiu as dificuldades que se lhe antolharam e chegou ao fim, promovendo a reforma dos Estatutos, para adaptação deles ás normas do Código Civil da Republica, os quaes foram promulgados em 17 de março de 1927, quando a assembleia geral os aprovou unanimemente, promovendo a reorganização do Quadro Social, com a admissão de 25 socios das suas varias classes.

Daí, resultou a eleição do humilde consocio que, com praser, dirige-vos a palavra, para a exaltação das grandes figuras do Instituto, nesta “Semana Cultural”, que ora realisâmos, para solenisar a passagem da gloriosa e querida efeméride.

Desse longo periodo de vinte e cinco anos de presidencia, nada me compete diser-vos, minhas senhoras e meus senhores, porque m’o impede a natural suspeição, tendo em vista a modestia da obra social, que se vem desenvolvendo e aprimorando.

Deixo aos outros que me sucederem o encargo de apreciar a obra que se está realisando e ha de prosseguir, Deus louvado, si a tanta fadiga e a tanto labor “me ajudar o engenho e a arte”, como diria o épico dos “Lusiadas”.

III — Quero tambem falar-vos de outras nobres figuras, que iluminam o nosso passado de instituição cultural e que aqui viveram, trabalharam,

ilustraram as paginas da *Revista* e hoje jazem na paz sublime do tumulo, aureolados das benções da Posteridade.

Ei-los: Luiz Manoel Fernandes Sobrinho, Francisco de Sales Meira e Sá, Conego Estevam Dantas, Francisco Pinto de Abreu, Padre José de Calazans Pinheiro, Manoel Hemeterio Raposo de Melo, Joaquim Manoel Teixeira de Moura, Manoel Dantas, Henrique Castriciano de Souza, Alberto Maranhão, Pedro Velho, Tomaz Landim, José Teotonio Freire, e outros, são figuras gigantescas, que se avolumam á proporção que os anos se escoam e maiores se fasem os seus prestimos e trabalhos em pról da nossa gente.

Dentre as 'figuras de notavel interesse para a vida do Instituto, nas suas primeiras fases de vida, convem destacar o professor Joaquim Lourival Soares da Camara, socio efetivo e assíduo frequentador das nossas reuniões.

Ele era a "historia viva" do seu tempo; sabia tudo, informava sobre tudo; contava velhas anedotas, cantava melodias dos afastados tempos da Provincia, em que seu progenitor, o poeta Lourival Açussena ganhava postos na administração, porque cantava bem nas missas de Extremos, que o Presidente assistia.

Lourival, ou *Panqueca*, como lhe chamavam os intimos, era, porém, protestante e perito nas leituras da Biblia, que sabia interpretar, como poucos; dotado de memória soberba, ele repetia capitulos e versiculos inteiros do grande Livro da Sabedoria, com a mesma facilidade com que recordava os factos da linguagem, 'ou as anedotas dos *bons vieux temps*...

Mas, o que 'mais curioso havia nessas tertulias domingueiras eram a elegancia e a agudêsa com que ele discutia com o Conego Estevam Dantas,

emerito latinista e preclaro sacerdote, sobre temas religiosos, em que divergiam substancialmente, sem que restasse da refréga a mais leve nuga entre os dois contendores, cada qual mais convicto da sua fé e da rasão.

Entre correspondentes, Alfredo de Carvalho, José Domingues Codeceira, Barão de Studart, Sebastião Galvão, Pereira Reis, Padre Gonçalves de Amorim, Felisbello Freire, Eduardo Tavares de Melo, Mario Bering, Vieira Fazenda, João Lindolfo Camara, Rodrigues de Carvalho, Domingos Barros, Pe. Severiano de Figueiredo, Francisco Fausto, Bernardino de Souza, Alfredo de Tolêdo, Agenor de Roure, Teodoro Sampaio, Aloisio de Carvalho, Borges de Barros, Domingos Jaguaribe, Simoens da Silva, Nonato Mota, Lupicino Amintas, Barão de Vasconcelos, Flavio Maroja, Manoel Tavares Cavalcanti, Alcides Bezerra, João Claudio Campêlo, Pe. Carlos Teschauer, Pandiá Calogeras, Elviro Carrilho, Oliveira Viana, Raimundo de Moraes, Euzebio de Souza, João José Maria Rodrigues de Oliveira e Hugo Vitor, para só citar aqueles que se distinguiram por seus trabalhos especializados na Historia, e que bastariam para illustrar uma casa de estudos, com as fulgurações do seu talento e da sua cultura, espalhando-se em reverberações esplendidas por todo o territorio nacional.

Na galeria dos HONORARIOS, Rui Barbosa, Rio Branco, Joaquim Nabuco, Homem de Melo, Amaro Cavalcanti, Rocha Pombo, Oliveira Lima, Dom Joaquim de Almeida e D. José Pereira Alves, (1º e 3º Bispos de Natal), são verdadeira *galáxia*, ou via-lactea, de sabedoria e de talento.

A todos eles, que dormem o eterno sono, mas, nunca estarão esquecidos, ou deslembrados, dentro desta Casa, e que por suas obras e por sua projeção social, concorreram para o renome do Instituto,

devemos render-lhes, neste dia cincoentenario, os tributos do nosso mais cordeal respeito.

IV — Nesse majestoso desfile de figuras exponecias que o Instituto conseguiu reunir nas suas fileiras, durante o primeiro cincoentenario de sua existencia, não é possivel esquecer, nem deixar de mencionar, os que, vivos e em plena produção mental, honram e enaltecem as hostes dos estudiosos da Historia Regional do Rio Grande do Norte.

Ha realmente nomes illustres que teem sabido honrar o titulo de Socios e que, por meios diversos, teem contribuido para o aprimoramento das nossas letras historicas.

Permitam-me que cite, em primeiro lugar, o Ministro Augusto Tavares de Lira, socio fundador e benemerito por seus grandes serviços á instituição, como autor de obras de alto valor, entre as quaes "Historia do Rio Grande do Norte", "Corografia do Rio Grande do Norte", "Os holandeses, no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte", tantas obras que enriquecem as letras historicas nacionaes, elaboradas no seio do Instituto Historico Brasileiro, onde ocupa posição proeminente como 1º Vice-Presidente da doutissima associação.

Luis da Camara Cascudo, erudito cultor das nossas mais caras tradições, folklorista emérito, já tem publicado quase uma biblioteca de cultura, em historia, critica literaria, estorias, e outros aspectos da nossa cultura, que teem logrado justa fama e atraído para o nosso querido companheiro os mais virentes louros. "Historia da Cidade de Natal", "Governos do Rio Grande do Norte", já publicados, "Historia do Rio Grande do Norte", (inérito), "Simbolo juridico do Pelourinho", e outras produções de Camara Cascudo são justamente consideradas classicas e aceitas sem qualquer reserva.

Adauto da Camara, consocio illustre, que, no Rio de Janeiro, se consagrou ao magisterio, no seu imponente "Colegio Metropolitano", no Meier, é outro colaborador indefeso dos nossos objetivos, quer ilustrando as paginas da nossa "Revista", quer editando obras como "O Rio Grande do Norte na Guerra do Paraguai", edição que ofereceu ao Instituto, e tão bem recebida pela critica, quer investigando problemas da historia regional, através das Bibliotecas e Arquivos da Capital Federal, tem prestado ás nossas pesquisas um alto cunho de fidelidade e de honestidade, que o tornam merecedor dos nossos agradecimentos.

José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho, herdeiros de uma familia de eméritos servidores da terra mater, tem desenvolvido uma probidosa atuação no campo das investigações, dando-nos, em primeira mão, o fruto dessas pesquisas, a beneficio da nossa "Revista", onde são publicados os seus artigos referentes á corografia norte-rio-grandense e aos fatos do nosso passado, ainda não suficientemente elucidados, em face dos documentos do tempo.

Além de José Augusto, notavel patricio; que se dedicou aos estudos da genealogia da zona seridóense, aprofundando-lhe as origens e esmiuçando-lhe as ramificações, em todas as zonas do Estado, ha mais de tresentos anos, publicando na "Revista" os seus estudos de meridiana clarêsa e honestidade; Antonio Soares, pesquisador illustre de fatos e acontecimentos do nosso passado, nas "Efemerides" e "Dicionario Historico, e Geografico" ao par de cultor da poesia, na sua mais alta e expressiva significação; Anfiloquio Camara, especializado na Estatistica, cujos destinos presidiu, durante varios anos, é, sem duvida, outro elemento de valor nas nossas hostes de pesquisa, condensadas nos dois volumes de "Cenários Norte-Rio-Grandenses", que lhe serviram de

titulo, para ingresso no Instituto, como socio efetivo, Manoel Rodrigues de Melo, autor de "Patriarcas & Carreiros", "Várzea do Assú", e outros trabalhos, que o destacam como um investigador fiel das nossas tradições mais interessantes, sobretudo no *hinderland* potiguar; Helio Viana, Guilherme Auler, e tantos outros, que nos teem ajudado, na consecução dos nossos designios.

A essa pleiade ilustre de batalhadores, que se congregam sob a bandeira da nossa instituição, as nossas homenagens de gratidão e de aplauso, pela obra meritoria, que nos ajudam a realizar.

Na ordem administrativa, deveremos salientar o esforço dos nossos presadissimos consocios, desembargadores Silvino Bezerra Neto e Vicente de Lemos Filho, secretarios, ha varios bienios, Dr. Varella Santiago Sobrinho, tesoureiro, cuja probidade é um padrão de civismo, Otacilio Cavalcanti, na suplencia da Secretaria e na administração da Biblioteca, Muséu e Arquivo, e, finalmente, o desembargador Felipe Neri de Brito Guerra, falecido a 5 de maio de 1951, nesta cidade, que, por dilatados anos, superintendeu esses setores da vida do Instituto, bem como, nas paginas da "REVISTA", colaborando eficientemente, para a solução dos problemas economicos do Estado: todos merecem uma palavra de agradecimento e de admiração, pelos seus inestimaveis serviços á causa desta casa.

A todos os demais, que diréta ou indiretamente, teem cooperado conosco, através dos varios lustros da administração, que hoje completa o seu "Jubileu de Prata", um tributo de gratidão, aos vivos, e uma palma de saudades, aos desaparecidos.

V — Não estaria completa essa palida resenha da vida da nossa querida Casa, nesta primeira metade de seculo, si não lhe adicionassemos um rapi-

do esboço das produções e trabalhos historicos e geograficos que tem dado logar, como associação especialisada nesses dois âmbitos do conhecimento geral.

A começar pelos “Capitães Móres e Governadores do Rio Grande do Norte”, do nosso saudoso fundador, Desembargador Vicente de Lemos, com prefacio do Ministro Tavares de Lira, obra que tem tido a mais franca acolhida no seio da critica e dos estudiosos da nossa Historia, “Indios Célebres do Rio Grande do Norte” — Antonio Felipe Camarão e “A Imprensa Periodica do Rio Grande do Norte”, 1808-1908, do desembargador Luiz Manoel Fernandes Sobrinho, consagrado um valoroso combatente e um pesquisador do mais alto coturno, “Repertorio da Legislação Geral e Estadual referente aos municipios do Rio Grande do Norte”, do coronel Pedro Soares de Araujo, “Historia do Rio Grande do Norte”, do Ministro Tavares de Lira, “Corografia do Rio Grande do Norte”, do mesmo illustre autor, “Holandeses no Brasil, especialmente, no Rio Grande do Norte”, do mesmo e outras monografias historicas, além da vasta série de ineditos que tem redigido e, á falta de recursos, não tem podido editar, “Dicionario Historico e Geografico” e “Efemerides do Rio Grande do Norte”, do desembargador Antonio Soares de Araujo, obra que despertou grande interesse não só no Estado como fóra dele, sendo de lamentar que não tivesse prosseguido até seu termo, “Municipios do Rio Grande do Norte”, do autor desta palestra, “O Vale do Assú” e “O Vale do Upanema”, do saudoso confrade Desembargador Joaquim Inacio Filho, “O Rio Grande do Norte e a Guerra do Paraguai”, do dr. Adauto da Camara, ao par da “Historia de Nisia Floresta”, do mesmo autor, “Familias Seridoenses”, “Seridó” e “Norte-Rio-Grandense de mais de 300 anos”, de José Augusto, “A Fortalêsa dos Reis Magos”, do dr. Anto-

nio José de Melo e Souza, trabalhos de Garibalde e Cristovam Dantas, herdeiros de Manoel Dantas, um dos fundadores e mais eméritos trabalhadores das nossas letras, até ás obras classicas de Luis da Camara Cascudo, o mais fecundo escritor da nossa gléba, em obras interessantes e eruditas de Historia, Folklore, Crítica, Tradições e outras, com que tem sabido enriquecer as letras provincianas, dando-lhe âmbito nacional e até internacional.

Com tão alentadora mésse de trabalhos, no setor da Historia e da Corografia, tem o Instituto efetivamente procurado corresponder aos anseios e aos intuitos dos seus fundadores, que, a 29 de março de 1902, lhe traçaram os rumos objetivos, com a clara e perfeita antevisão dos acontecimentos futuros.

VI — Ainda se torna imprescendível um rapido olhar retrospectivo sobre a organização material do Instituto, nos dez primeiros lustros da sua existencia.

A historia da séde social eu já vol-a contei nas paginas da "Revista", (vol. XXXV-XXXVII, 1938/40), sob o titulo as "Cinco Sédes do Instituto".

Repito-a a largos traços: 1ª, no salão norte do Ateneu Norte-Rio-Grandense, de 29 de março de 1902 a 3 de maio de 1903, quando passou a funcionar na Intendencia Municipal; (2ª); daí, para 3ª o predio da Rua 13 de maio, hoje Princesa Isabel, nº 640, edificio da justiça federal; desse, em 1908, para esta Casa, 4ª, juntamente com o Tribunal de Justiça; daqui, para a 5ª casa nº 577 á Rua da Conceição, a 3 de maio de 1926, e finalmente, para aqui, 6ª a 21 de outubro de 1938, quando nos instalámos definitivamente, em virtude da doação que o Estado nos fêz em decretos ns. 503 e 548 de 7 junho e 22 de agosto de 1938 dos interventores Drs. Rafael Fernandes e Aldo Fernandes, de acordo com o memorial desta Presidencia e a declaração expressa do

Governador Augusto Lira, em sua mensagem de 1906, ao Congresso Legislativo Estadual, sobre ter sido construído este prédio para a sede definitiva do Instituto Histórico.

Por virtude destas generosas dádivas e decretos, temos hoje uma sede condigna e perfeitamente adaptada às nossas necessidades e aos nossos destinos.

O mobiliário, mais ou menos completo, foi adquirido por doação e compras diretas, segundo os recursos de que temos podido dispor.

A Biblioteca, que foi, desde logo, criada e instalada, recebeu, de início, o valioso concurso de seu devotado consócio, o bondoso engenheiro Antonio Pereira Simões, então chefe das Obras do Porto de Natal e, a seguir, sócio efetivo, em 16 de novembro do ano da fundação, o qual lhe ofertou numerosas obras históricas, científicas e literárias, que muito enriqueceram a incipiente coleção de livros, entre os quaes um exemplar do Barloeus, sobre o "Brasil Holandês", opulento repositório da história daquela fase do Brasil, sob o domínio do bártavo invasor.

Veio, logo a seguir, a valiosa contribuição do Estado, pela lei nº 277, de 25 de novembro de 1909, sob o governo Alberto Maranhão, (1908-1913), que, extinguindo a Biblioteca Pública anexa ao Ateneu, doou ao Instituto Histórico, "os livros, moveis e utensílios da Biblioteca" extinta, emquanto tivesse duração o donatário.

E o governador de então, que fôra sócio fundador, ofertava, todas as semanas ao Instituto, as inúmeras publicações, revistas, livros e preciosidades que lhe eram dados, como subsídios valiosos para a nossa biblioteca. As sessões ordinárias registraram, em atas, essas excelentes ofertas.

Justo é também consignar que os seus sucessores, no Governo do Estado, desembargador Ferreira Chaves, (1914-1919), Antonio de Souza, (1920-1923), José Augusto (1924-1927) e Juvenal Lamartine (1928-30), foram grandes bemfeitores da nossa Biblioteca, ofertando-nos copiosa mêsse de livros, revistas e outras publicações, que lhes chegavam, por oferta de seus autores ou editores.

A Henrique Castriciano, emerito confrade desaparecido, devemos inumeras ofertas de sua livraria particular e que ornam hoje as nossas estantes.

E a Tobias Monteiro, valoroso historiador patricio e nosso socio benemerito, ora em atribulada velhice, em Petropolis, autor de monumentaes trabalhos historicos que lhe valeram as mais altas referencias, como "A elaboração da Independencia", "O Primeiro Imperio", "O 2º Reinado", e outras, ficámos devendo volumosas ofertas não só de livros escolhidos, de fina qualidade e de nobres autores, além dos proprios, como também em treis coleções de estantes de otima confeção e melhor material, que hoje adornam a nossa Biblioteca e a compõem, rasão por que existe uma sala aqui, com o nome do grande escritor conterraneo.

De muitos outros socios temos recebido obras e contribuições de subido valor tanto para a Biblioteca, mas também para o nosso incipiente Muséo de antiguidades, como sejam objetos usados pelos nossos indigenas, encontrados em escavações procedidas no nosso sólo e em ruinas de antigos prédios, moédas de variada qualidade, tipo, valores, paises e nacionalidades, ou comemorativas de acontecimentos notaveis da Patria e de outras nações, peças de vestuarios antigos, armas e condecorações, como as de grande Oficial da Coroa de Italia e de comendador, que nos ofertaram os consocios Juvenal Lamartine e Luis da Câmara Cascudo, quando

irrompeu o conflito entre o Brasil e aquele País. (1942).

Do arquivo constam preciosos documentos, especialmente, os registros das cartas de sesmarias e datas de terras concedidas pelos capitães-móres e governadores da antiga Capitania do Rio Grande do Norte, em numero superior a um milhar, recompostas e traduzidas em livros apropriados sob as vistas dos presados consocios desembargador Luiz Tavares de Lira e Joaquim Inacio Filho, documentos de sumo valor historico e territorial, que elucidam as dúvidas referentes ás terras particulares, no regimen legal de terras do Patrimonio do Estado, e na forma da sua legislação, de após a Republica.

O mobiliario e os quadros que ornamentam as nossas galerias são, em geral, dadas generosas dos nossos consocios e de particulares, amantes da nossa tradição.

Temos, no alto das nossas galerias, as efigies dos presidentes, já desaparecidos, drs. Olimpio Vital (1902-1910), desembargador Vicente de Lemos (1910-1916), Cel. Pedro Soares de Araujo, (1916-1925), Des. João Dionisio Filgueira (1925-26), Desembargador Hemeterio Fernandes (1926-27), que, são, como "deus-lares" a proteger-nos e encaminhar-nos pela estrada do dever e do devotamento aos sagrados canones do passado da nossa terra e das tradições da nossa gente.

Adornam tambem essas galerias as figuras protetoras de Rui Barbosa, Rio Branco, Amaro Cavalcanti, Senador Guerra, Almino Afonso, Clara de Castro, Isabel Gondim, Amaro Bezerra, Moreira Brandão, Tarquinio Braulio de Souza, Padre João Manoel, Manoel de Assis Mascarenhas, Ernesto Augusto Amorim do Vale, Joaquim Fabricio, grandes que foram em vida, pelo seu esforço em pról da

nossa gente, todos eles capitaneados pelos nossos treis maiores nomes tutelares, que são Antonio Felipe Camarão, o tipo imortal da bravura militar, Padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro, (Frei Miguelinho), heróe sem par da arrancada republicana de 1817 e Augusto Severo, o grande martir da ciencia e o apostolo sempiterno da Paz.

VII — Rasoavel é que me limite a esses reparos, como testemunho fidedigno sobre a vida do nosso Instituto e das suas grandes figuras, em todas as épocas da sua existencia, com um tributo imarces-sivel da nossa admiração pelos que o fundaram, beneficiaram, exaltaram e serviram, animados pelo fogo sagrado da crença no passado e na esperança de melhores dias para o futuro.

Exaltemos, emfim, nossos corações e juremos, mais uma vês, que a semente fecunda lançada em bom terreno não perecerá, porque nós lhe daremos todo o calôr da nossa conviçãõ, toda a bravura dos nossos peitos, toda a confiança das nossas energías, para leva-lo a bom termo, transmitindo-o integralmente iléso das urzes dos caminhos, para a afirmação, no futuro, dos ideiais que o inspiraram e se mantem eternamente cintilantes, pelos anos em fóra.

Natal, 23-3-1952.

NESTOR LIMA.

Os Jesuitas nas primeiras horas da colonização da Capitania

Mons. PAULO HERÔNCIO DE MELO
(Socio efetivo)

Exmo. Sr. Presidente,

Ilustres consócios:

Jamais se me cança o espirito de acompanhar os passos dos filhos de Loiola, nas heróicas e santas jornadas que empreenderam pelo Brasil em fóra.

A admiração que tenho pelo jesuita batador de praias e sertões, na época da nossa colonização, inspira-me o mais profundo respeito.

Não há bronze capaz de perpetuar a memória de homens da estirpe de Nobrega e Anchiêta. Se a pátria fôsse um templo, somente de altares se deveriam edificar os pedestais de suas glórias.

Explico assim os motivos porque, atendendo ao honroso convite que me fez o presidente do nosso Instituto Historico e Geografico, para trazer o concurso da minha palavra às comemorações cinqüentenárias de tão benemérita corporação, escolhi como tema desta conferência "Os jesuitas nas primeiras horas da colonização da Capitania".

Não sendo possível falar-se dos jesuitas sem evocar-se Inácio de Loiola, o fundador da Companhia

de Jesus, seja permitido lembrar, nesta hora, o moço fidalgo, o cavalheiro sonhador de aventuras, que um dia trocou a dama das cortes, que o animava aos torneios, pela Igreja de Cristo, por quem pelejaria com seus pacíficos soldados.

Quando os franceses de Francisco I arremeteram contra Navarra, no primeiro quartel do século XVI, Inácio era o mais moço dos capitães da guarnição de Pamplona.

Preferindo a morte à rendição, concitou os companheiros à resistência. Um balaço de canhão pô-lo fóra de combate, fraturando-lhe a perna.

Ferido o capitão, a praça caiu em poder dos invasores. Respeitaram os inimigos a bravura do soldado a quem permitiram recolher-se ao castelo dos seus maiores.

Consolidara mal o ôsso fraturado.

Ao fidalgo elegante e cortezão não convinha um defeito físico. Era-lhe preferível o sofrimento, com a quebra do calo osseo, contanto que se lhe ajustassem as pernas.

Foi aquela a hora da graça.

No seu leito de enfermo, sem outros livros para lêr que não a vida de Cristo e o "Flos sanctorum", eil-o transformado, cheio de admiração e entusiasmo, diante de um heroísmo que até então desconhecia, o heroísmo que faz os santos, e que lhe oferecia modêlos como Francisco de Assis e Domingos de Gusmão.

Pelo esforço de uma auto-disciplina, através da qual pôs nas mãos de Deus sua liberdade, quiz Inácio tornar-se um daqueles homens que venceram pela graça e que se impuzeram aos seus contemporâneos e à posteridade.

Não era a humana glória que o fascinava mas

a Deus, em si mesma e no bem que ao próximo poderia fazer.

Do castelo de Loiola saiu para Montserrat, em cujo santuário, aos pés de Nossa Senhora, armou-se cavalheiro de um novo ideal, rejurando ante a Virgem o que sua alma e seu coração haviam prometido, em longas noites de vigília e de meditação.

Aflorou-lhe no espirito o desejo de libertar a Palestina, sem armaduras e sem lança, descalço e coberto de andrajos, munificado apenas com a oração e a penitência.

Adestrando-se para a empreza, fez da gruta de Manresa o seu Sinai, onde, qual outro Moisés, ouviu, no íntimo da consciencia, a voz de Deus.

O mundo cristão, convulsionado pela revolta de Lutero, precisava de lutadores da fé.

Velando pelos destinos da sua Igreja, o Cristo suscitou na pessoa de Inácio de Loiola um recrutador de apóstolos.

Nos "Exercícios Espirituais", que o antigo combatente de Pamplona escreveu para si e para os seus futuros companheiros, consistiria o curso de treinamento dos novos milicianos de Deus.

Com Francisco Xavier, Pedro Fabro, Simão Dias e alguns outros entusiastas da mesma idéia, fundou Inácio, em 1539, a Companhia de Jesus, ordem religiosa *sui generis*, que se incorporaria à Igreja e à civilização, como coluna de santidade, de ciência e de progresso.

Assim o foi, como escreve René Fulopp Muller: "O estudo da historia cultural da humanidade por todos os passados quatro séculos". Acrescenta ainda aquele autôr, insuspeito, pois que pagão: "Quanto à história do progresso cultural, através dos passados

quatrocentos anos, há difficilmente um campo em que pelo menos um dos discipulos de Inácio não possa reclamar fama mundial”. (1).

Como é natural aos empreendimentos que ficam acima da mentalidade comum dos homens, não faltaram à obra de Loiola detratores de todos os quillates.

Apreciando a opposição que se há levantado contra a Companhia de Jesus, René Fulopp Muller escreveu: “Incólume à controversia raivosa, o exército de Santo Inácio marchou através de todas as mudanças e vicissitudes do desenvolvimento politico e espirital dos séculos; marcha no presente para o futuro, e que o poeta Novalis disse a respeito da Sociedade de Jesus, mais de cem anos passados, ainda é verdadeiro hoje como era outrora: “A história do mundo não conhece outra organização igual. Nenhuma maior garantia de êxito inspirou os planos de conquista mundial do Senado de Roma antiga. Nenhuma razão mais aguda jamais serviu à execução duma maior idéia. Por todos os tempos, esta sociedade permanecerá como modelo de todas as outras animadas por uma ancia orgânica de difundir-se e de durar sem limites”. (2)

Foram homens de espirito forjado na rija tèmpera do seu fundador que o Brasil recebeu, com a vinda de Tomé de Souza. A falência do sistêma de capitancias hereditárias, com que D. João III planejara colonizar a terra de Santa Cruz, determinara a centralização do govêrno, com séde na Bahia.

A 29 de março de 1549, chegavam ao Brasil, no séquito do primeiro governador geral, os padres

(1 e 2) René Fulopp Muller — “Os santos que abalarão o mundo”, pags. 349 e 350.

Manoel da Nobrega, Antonio Pires, Leonardo Nunes e João de Azpilcueta Navarro e Irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome.

A irmão Rodrigues não foi dado realizar o sonho de ser o primeiro no Brasil “por não haver merecido ser o segundo na India”. (3)

A Historia guarda com carinho os feitos memoráveis daqueles pioneiros da nossa civilização, os primeiros mestres das nossas escolas, os primeiros desbravadores pacíficos dos nossos sertões, os primeiros santos da nossa fé.

Aos nomes dos componentes daquêlle primeiro “esquadrão de Deus”, uniram-se os de Anchiêta e de tantos outros, alguns dos quais com o próprio sangue inscreveram-se nos anais da formação da nossa nacionalidade.

As terras do Rio Grande, doadas a João de Barros, a quem se associaram Fernando Alvares de Andrade e Aires da Cunha, ficaram por longos anos entregues aos gentios e aos piratas franceses.

Apezar de assinaladas pelas armas de Portugal, desde 1503, quando a expedição de Cristovam Jaques fincou o primeiro marco na enseada de Tamandatuba (Baía Formosa), e de o cabo de S. Roque tornar-se desde 1501 ponto de referência para a navegação, apenas duas tentativas de colonização foram empreendidas, antes que se firmasse o domínio luzitano, com a construção do forte dos Reis Magos.

Tentativas malogradas ambas, pois que a de 1533, chefiada por Aires da Cunha, apenas entrou

(3) Serafim Leite, S. J. “Historia da Companhia de Jesus no Brasil”, I vol. pag. 19.

em contato com os selvagens, na fós do Genipabú (Rio Ceará-Mirim), tendo de levantar ferros para escapar à morte, indo dispersar-se nos mares do norte, batida pelas tempestades, dando às costas do Maranhão, (4).

Aos filhos de João de Barros, em 1555, não foi reservada sorte menos adversa. Não lhes permitiram os potiguares o estabelecimento na terra, matando-lhes alguns homens, açulados pelos franceses e vingativos dos maltratos recebidos dos portugueses.

O Rio Grande do Norte tornara-se quartel general dos francêses, os quais sabiam conquistar a amizade e a aliança dos potiguares.

Estava em perigo o domínio português, e a Paraíba sentia-se ameaçada por tão terríveis quão audazes vizinhos. Repetiam-se os roubos e abordagens dos navios que iam ou vinham da Metrópole. Os luzitanos eram vendidos aos indios, para os seus festins de morte.

Assim nos conta frei Vicente Salvador, o qual afirma de tudo estar ciente Sua Magestade El Rei. (5).

Não tardaram as providências ordenadas por Felipe II. As cartas régias de 9 de novembro de 1596 e de 15 de março do ano seguinte, destinadas ao governador geral D. Francisco de Souza e aos capitães-mores de Pernambuco e Paraíba, Manoel Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho, apressavam as execuções das necessárias medidas, cujas despêsas fôram também autorizadas.

Por mar, seis navios e cinco caravelões, com o

(4) Gabriel Soares de Souza — "Noticia do Brasil", pag. 91.

(5) Frei Vicente Salvador — Historia do Brasil, pag. 359.

capitão-mor Francisco de Barros Rêgo e o almirante Antônio da Costa Valente, velejariam para a Capitania, enquanto por terra marcharia a coluna de Manoel Mascarenhas, tendo como capitães de companhias Jeronimo e Jorge de Albuquerque e Antônio e Manoel Leitão.

Mascarenhas teve, depois, ordem de incorporar-se à esquadra, assumindo o seu pôsto de comando, na expedição, Feliciano Coêlho, que à coluna ajuntou a companhia do capitão Miguel Alvares Lôbo e os índios de "Braço de Peixe", "Assento de Pássaro", "Pedra Vêrde", "Mangue" e "Cargo Grande". A coluna que partiu da Paraiba a 17 de dezembro de 1597, assaltando e queimando aldeias indígenas, teve que retroceder, por causa da variola que dizimava os expedicionários.

Somente no ano seguinte, a 30 de março, Feliciano Coêlho retomou o caminho do Rio Grande, sem mais contar com os capitães de Pernambuco.

Providencial foi a chegada do capitão mór da Paraiba às margens do Potengi.

Manoel Mascarenhas, aqui arribando, a 25 de dezembro de 1597, mandara sondar o pôrto, por dois caravelões, e à tarde, transpôz a barra.

A margem direita do rio desembarcou sua gente e, em trincheiras de mangues, acautelou-se dos potiguares que, aliados a alguns francêses, não tardariam a atacar os recém-vindos.

Não houvesse chegado Feliciano Coêlho e talvez que mais essa tentativa de colonização houvesse sido frustrada.

É nesta alvorada de conquista da nossa terra que aparecem os primeiros jesuitas integrando-se na história da Capitania. São êles padres Francisco

de Lemos e Gaspar de Sanperes, o engenheiro arquiteto do forte dos Reis Magos, mandados vir com Mascarenhas (que também se fez acompanhar por Frei João de S. Miguel) e padre Francisco Pinto.

Serafim Leite, na sua "História da Companhia de Jesus", publica um documento, existente no arquivo da Companhia, firmado por Pero Rodrigues, através do qual podemos admirar a ação daquêles padres. (6).

São palavras textuais do manuscritos: "Nesta jornada, foram dois padres: por Superior o Pe. Francisco de Lemos e por seu companheiro o Pe. Gaspar de S. Péres, ao qual nomeadamente pediu o capitão para lhe dar alguma bôa traça do forte, que El Rei lhe mandara fazer, como lhe deu, porque sabia bem dessa arte e a exercitara em Espanha e no Brasil, antes de entrar na Companhia, quando professava a milícia. Ambos os Padres ajudavam ao exercito com os acostumados exercicios da Companhia com muita edificação de todos, pregando, confessando e fazendo amizades e não se negando a nenhuns trabalhos, de dia e de noite, assim aos que o perigo da guerra traz consigo, como em acudir aos Indios nossos amigos, que nos ajudavam na guerra, por adoecerem gravemente de bexigas, e quanto era possível acudiam a os curar e consolar na morte".

Ninguém melhor do que êles estava credenciado para os entendimentos de paz com os indigenas.

Lê-se no documento em aprêco: "Uma das cousas de mais importância, que os Padres nesta missão e conquista fizeram, foi que, no mêsmo tempo

(6) Serafim Leite, obra citada, pags. 515 e 516.

da guerra, foram muitas vêses em bateis pelo Rio arriba, acompanhados de alguns soldados, a falar com os contrários e persuadir-lhes que se quizessem render e fazer pazes com os nossos, que deixassem seu feio costume de comer carne humana por vingança dos que tomam em guerra, que se viessem para a Igreja, e outras coisas nesta matéria, nomeando-lhes muitos principais e ainda parentes seus que morreram cristãos e agora estão nos ceus”.

O Padre Francisco Pinto veio ao Rio Grande justamente para entabolar a paz com os indios.

A seu chamado, o chefe “Camarão Grande” compareceu à presença do capitão-mór e do comandante da fortaleza.

Pelo interior andou o Padre Samperes, convocando os principais das tribus, numa penetração de trinta leguas, até atingir os sertões de Capaoba. Atendendo ao apêlo do Padre Francisco Pinto, o chefe “Pau-Sêco” desceu ao litoral. É interessante a entrevista do indio com o jesuita. Francisco Pinto no-la conta, em carta de 9 de maio de 1597: “Chegando o “Pau Sêco” a uma aldeia de um parente seu, obra de meia legua do forte, não quiz passar dali, e mandou-me recado que o fôsse ali ver, e que pois tinhamos ido a outras Aldeias, que tambem era razão que, por amôr dêle fossemos àquela de seu irmão. E então, viria ele conosco aonde quizessemos. Pareceu-me bem sua resposta e comecei de caminhar para a Aldeia, que estava em um alto, e disseram depois que, tanto que nos viram e conheceram de longe, folgaram muito de nos vêr. Chegando à Aldeia, entrei pregando pelo terreiro, como é costume. Estava êste principal em pé, ouvindo-me. E tanto que acabei, entramos para a pousada, onde tinham rêdes armadas para nos assentarmos, como fisemos. Estava êste indio a seu modo, muito grave e fantastico, empenado pelo corpo com penas

vermelhas, na cabeça e braços com penas azues, uma pedra verde mui formosa no beijo, nas orelhas uns pendentos de contas brancas, com seus remates a modo de campainhas. E como era gentil homem, tudo lhe estava bem. Estava assentado em uma rêde, e defronte de si tinham mandado armar outra para mim, porque assim é costume falarem, de-frente um do outro, os que hão de praticar. Estive assim um pedaço, e deixou o primeiro falar aos outros e dar-nos as boas vindas. E no cabo no-las deu com muita gravidade e eu a ele o mesmo". (7).

Com o Padre, foi *Pau Seco* à presença do Capitão Mór. Digna de ser transcrita e de ser admirada em um selvagem é a conversa com o Capitão, relatada na carta do jesuita: "Era bom sermos todos uns e amigos, pois todos gozamos de um sol, de uma lua, de um dia; disse mais ao Capitão que se confiasse em sua palavra, que não tinha mais que uma, sem lhe ficar outra dentro, escondida. De mim não tendes que nos recear que torne atraz, mas eu de vós sim me posso recear que falteis; mas quanto a mim, basta estar eu assentado diante de vós para não haver de tornar atraz no que ficámos. Já botei de parte a minha espada irada, já abrandei meus braços, já deixei minha rodéla, não quero si não amizade".

Falou então o chefe indio da necessidade de os seus homologarem as pazes, e ofereceu-se para acompanhar o padre aos sertões de Capaoba.

Francisco Pinto e Samperes saíram do forte a 19 de abril de 1599, acompanhados de *Pau Seco* e *Mar Grande*, atravessando as aldeias dos potiguares.

Mar Grande, que fôra aprisionado nas primeiras escaramuças com os portuguezes, tornou-se o grande auxiliar dos padres, na catequese. Depois que

(7) Serafim Leite, obra citada pags. 515 e 516,

os jesuitas se recolham para descansar, ele ficava pregando nos terreiros, “quasi toda a noite, com tanto fervor como se fôra um pregador de muito zêlo e eloquência”.

Pau Seco era o chefe altivo e convencido de sua superioridade, animando os padres, diante das surpresas dos inimigos, com esta frase cheia de arrogancia: “Ninguem tema esses covardes, aqui vai minha espada”.

A um dos companheiros ele disse: “Estes Padres terão que contar e serão afamados porque entraram nêste sertão onde até agora ninguem entrou, e o meu nome será tambem afamado, porque de baixo da minha autoridade os trago seguros”.

Por vinte e cinco aldeias passaram os Padres. Relacionaram quasi setenta, no sertão de Capaóba, e tresentos e vinte em todos os dominios dos potiguares.

Cançados e doentes, minados de febre, caindo pelos caminhos, ainda foram até a Paraiba, para uma reunião em que se firmaram as pazes, levando como embaixadores das tribus, além de *Pau Seco*, *Sorobebé* e mais de quarenta companheiros, por parte dos potiguares, *Braço de Peixe*, *Braço Preto* e *Pedra Verde*, por parte dos Tabajaras.

À memoravel conferência de paz, realizada a 11 de junho de 1599 (IV) estiveram presentes Manoel Mascarenhas, Alexandre de Moura, Feliciano Coêlho, o capitão-mór de Itamaracá e o Provedor-Mór Braz de Almeida e Frei Bernardino das Neves. (8)

Naquela primeira página da colonização do Rio Grande do Norte, os filhos de Inácio de Loiola gravaram o nome da Companhia de Jesus.

Gaspar de Samperes riscando sobre os recifes

(8) Frei Vicente Salvador, obra citada, pag. 271.

da Barra do Potengi a fortaleza dos Reis Magos e construindo, com Mascarenhas e demais bravos e ousados conquistadores, suas muralhas. Ele e Francisco de Lemos realizando, dentro do forte, as cerimônias da primeira Semana Santa havidas em terras potiguares, quando, com tanta piedade, dusesentos arcabuzeiros montaram guarda ao Santissimo Sacramento, diante de cujo altar os capitães e seus oficiais arrastavam as bandeiras, em sinal de adoração e de continência.

Samperes e Francisco Pinto foram os primeiros súditos de El Rei a penetrar os sertões, oferecendo ao gentio a fé e a paz e a ouvir da bôca dos indomáveis potiguares palavras como estas que um dêles anotou: “O meu pai, como está isso bom! Folgo muito com isso! Estou muito contente de suas palavras, encheu-me a sua fala, fartou-me sua palavra, já uma vêz a enguli e não tornarei a deitar fóra de minha alma”.

Foram os jesuitas que descortinaram o futuro da nossa terra, numa antevisão que o presente está a confirmar, insistindo no estabelecimento de Missões na Capitania, alegando ser o Rio Grande do Norte a “Chave do Brasil”.

Recolhendo com carinho os feitos do passado, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte presta, no jubileu aureo de sua fundação, comovida homenagem aos jesuitas que ajudaram a construir os alicerces da nossa nacionalidade. E lembra com religiosa veneração os nomes de Gaspar Samperes, Francisco de Lemos e Francisco Pinto, nomes que, se os esquecessemos, as ondas repeti-los-iam, ao quebrarem-se contra as muralhas do forte dos Reis Magos, ecoando-os Potengi acima, nas águas mansas do rio.

Natal, 25/3/52.

O Rio Grande do Norte e seus problemas economicos

Juvonal Lamartine
(Socio Efetivo)

As tribus indigenas, que habitavam o Rio Grande do Norte, aliando-se aos franceses, que, desde os primeiros anos da descoberta do Brasil, faziam o contrabando do pau-brasil, crearam pela sua combatividade e sua ferocidade, os mais serios embaraços ao estabelecimento dos primeiros colonisadores portuguezes.

Embora tivessem sido as costas do Rio Grande do Norte, por sua posição geografica, as primeiras terras brasileiras a serem visitadas por navegantes portuguezes e espanhoes, sua conquista, occupação e exploração demoraram quasi um seculo, para se tornarem definitivas.

João de Barros e Ayres da Cunha, que obtiveram a Capitania, por carta regia de 1535, apparelharam uma poderosa expedição de dez navios armados em guerra; mas, fracassaram na tentativa de tomar posse das terras que lhes foram doadas, motivada pela resistencia do indigena, aliado ao francez, perdendo varios de seus homens, quando procuravam desembarcar na barra do "rio chamado *Baqui* pelos indios e *Pequeno*, pelos nossos, dito hoje, *Ceará-Mirim*, (Tavares de Lyra, Historia do Rio Grande do Norte). Navegando depois para o Norte, Ay-

res da Cunha naufragou e morreu na altura do Maranhão, e foi destroçada a expedição, tão custosamente organizada. Depois do malogro dessa tentativa, a Capitania reverteu á Corôa portugûesa, e, só em 1598, depois de construido o Forte dos Reis Magos, por Manoel Mascarenhas Homem, é que a Capitania do Rio Grande do Norte começa, de fato, a ser povoada, sob a administração de Jeronimo de Albuquerque, o herôe da conquista do Maranhão, cujo nome acrescentou ao seu sobrenome e sobrevive, numa decendencia illustre, que não faz desmerecer o prestigio adquerido pelo seu antepassado.

Os primeiros europeus, que se estabeleceram nas costas do Brasil, o fizeram atraídos pelo commercio do pau-brasil. Os franceses foram, porém, mais habéis do que os portugûezes: fizeram-se amigos dos indigenas e os auxiliaram a combater os invasores lusitanos, tornando difficil o estabelecimento destes na terra descoberta por Cabral. Foi o que aconteceu no Rio Grande do Norte. Quebrada a resistencia do indio, começou o povoamento da Capitania, que se efetuou por duas correntes, quasi independentes uma da outra. A litoranea, que se iniciou ao longo dos vales úmidos, onde surgiram os primeiros engenhos de assucar, fonte da famosa aristocracia rural, que dominou, por largos anos, todo o Nordeste, tendo seu centro principal em Pernambuco. Dali, partiram ramos de familias fidalgas, como a dos Cavalcantis, Albuquerque, Arco-Verdes, Moura, etc, que fundaram engenhos e fazendas de criação no litoral do Rio G. Norte, fazendo fortuna rápida e exercendo marcada influencia politico-social.

O povoamento do interior foi obra dos baianos e ainda dos pernambucanos. O sertão foi devassado pelos Oliveira Lêdo, Pereira Monteiro, Gomes de Faría, Garcia, Medeiros, Lopes Galvão, Araujos, Bezerras, etc, membros de velhas familias portuguezas, estabelecidas nas capitancias de Pernambuco e da

Baía, e que fundaram fazendas de gado, ou *curraes*, nas sesmarias, que obtinham com esse objetivo, á margem dos rios sertanejos.

A conquista holandesa, e, depois, o levante geral dos índios, que durou quasi dez anos, destruindo as fazendas e matando centenas dos primeiros povoadores do sertão, mergulharam a Capitania do Rio Grande do Norte, em grande miséria, devastada em todas as suas fontes economicas, desde o litoral ao mais remoto rincão do interior, retardando, por largos anos, o seu desenvolvimento e seu progresso. A Capitania do Rio Grande do Norte foi a que mais sofreu dos holandêses e dos índios e foi a mais desajudada na luta contra esses dois agressores terríveis e implacaveis. O seu resurgimento foi um milagre de energia e de coragem de seus primeiros povoadores.

Os contrafortes da Borborema, correndo de sul a norte, separaram, durante mais de um seculo, como barreira, poucas vês transposta, as duas regiões, onde naceram e se desenvolveram duas fontes economicas e duas civilizações distintas. A população do interior do Rio Grande Norte, principalmente do Seridó, manteve, até ha bem poucos anos, todas as suas transações commerciaes com a praça do Recife, através de um longo percurso feito em tropeiros. Este fato tem a sua explicação nas seguintes razões: Recife oferecia melhores vantagens para a compra e venda de mercadorias e Pernambuco foi o berço das familias, que povoaram os nossos sertões.

CICLO DA CANA DE ASSUCAR

Com a fundação das Capitánias e o dominio definitivo dos portuguezes, que iniciaram as primeiras culturas no litoral, encerrou-se o ciclo economico do pau-brasil, ao qual devemos não só o nome

de nosso país, como o commercio importante, para a epoca, feito em navios de procedencias as mais diversas, cuja tripulação não só deixou aqui muitos de seus membros, atraídos pela exuberancia da nossa natureza tropical, como facilitou o contacto com os indios, com os quaes nos mesclámos, e que, mais tarde, se tornaram fatores preciosos para a expulsão dos invasores holandêses.

Expulsos os holandêses e feita a paz com os indios, as plantações de cana de assucar se alastraram pelas margens úmidas dos vales do litoral, os engenhos de fabricar assucar se multiplicaram, milhares de escravos africanos foram adquiridos para os trabalhos da lavoura, que creou uma classe abastada, com fóros de nobrêsa, vivendo em constantes festas suntuosas, nas quaes as mulheres ostentavam joias custosas e os homens se recomendavam pela soma de seus gastos e a imprevidencia com que olhavam o futuro.

Este fausto caiu, a riquêsa, que repousava sobre a base falsa da escravidão, desapareceu rápida e fragorosamente, com a libertação do escravo, e os vales, outrora, verdejantes de canaviaes e estuantes de vida, foram se cobrindo de ervas más e de pântanos, o rugir das moendas emudeceu, as "casas grandes" caíram em ruinas e a miseria e a tristêsa substituíram a alegria dos festins e dos bailes, em que rivalisavam entre si os senhores de engenho.

A cana de assucar, que havia modelado uma civilização e dado uma importancia economica, politica e social, muito superior á do sul do país, mormente no periodo colonial e primeiros anos da independencia, perdeu, no Rio Grande do Norte, quasi por completo a sua significação politico-social, vencida por outros fatores, que lhe substituíram a influencia e o prestígio.

A imprevidencia dos antigos senhores de engenho não lhes permitiu reservas de numerario, nem

mesmo de crédito para a transformação da industria do assucar, substituindo o *banguê*, que é um socio ladrão do agricultor, pela usina moderna, que venceu a crise assoberbante do assucar brasileiro, reergueu a lavoura canavieira e deu e continúa a dar fortuna aos seus industriaes.

A derrocada foi tão completa e seus efeitos foram tão desastrosos para a vida economica do Rio Grande do Norte, que ainda contrista e impressiona vêr as ruinas de um passado próspero em vales de terras riquissimas, como o de Maxaranguape, onde não existe mais um só engenho dos 40 que nele havia e a população se encontra reduzida a menos de um terço da que ali vivia, na epoca da abundancia, e essa mesma população contaminada pela verminose e pelo impaludismo e reduzida á pobreza, que se alastrou, depois da abolição, por quasi todos os vales úmidos.

A subalimentação, numa palavra, a fome, se acentuou impressionadoramente entre a população dos vales úmidos, enfraquecendo as resistencias biologicas contra o ataque das endemias, que proliferavam violentamente num meio fisido quente e úmido, adequado ao seu desenvolvimento. Em consequencia dessa subalimentação, a mortalidade infantil atingiu cifras impressionantes e a tuberculose vae tomando rapidamente a dianteira no obituario da população adulta, impossibilitando o seu aumento e o rendimento do seu trabalho.

Não soubemos dominar a crise economica, substituindo a monocultura da cana de assucar, pelo aproveitamento das terras, com o plantio intensivo de cereaes, legumes, hortaliças e creação de porcos e aves domesticas.

Os vales úmidos do litoral, antigamente cobertos de canaviaes, eram e são os mais proprios do Estado para uma policultura, que possibilite uma

dieta alimentar variada e rica em principios vitaminosos para a formação de uma população forte, resistente e sadia.

O Rio Grande do Norte tambem teve suas Casas Grandes e senzalas, algumas bem famosas como Cunhaú e Ferreiro Torto, não só por acontecimentos historicos, de que foram teatros, como pelos seus possuidores, verdadeiros senhores feudaes, cercados de fausto, violentos e autoritarios. Mas, tudo se esboroou e a opulencia foi substituida pela pobreza, o poderio fidalgo pela umildade anônima e a Casa Grande, onde se realisavam banquetes pantagruelicos, é hoje morada de morcegos.

O Brasil já dominou o mercado do assucar do mundo. Perdeu esse primado, como perdeu o do ouro, o da borracha, o da farinha de mandioca, o do trigo, na America Latina, estando o do Café ameaçado por uma politica errada, que o arrastou quasi á beira da ruina.

Restituamos á lavoura canavieira um pouco de seu prestigio, não o do dominio das forças economicas brasileiras, mesmo porque a era do HOMO ECONOMICUS passou com a segunda grande guerra, para ser substituida pela do homem social, no dizer de Julian Huxley; mas, o de fator importante de nossa riqueza e bem estar. Se não podemos competir hoje com os demais produtores estrangeiros e conquistar mercados, cujos dominios já cedemos a industrias mais avançadas e melhor aparelhadas, até mesmo a da beterraba, que, de 4⁰/₀ de sacarose, já atingiu 18⁰/₀, por processos scientificos de seleção, devemos trabalhar para acompanhar os demais Estados assucareiros no esforço, em que estão empenhados, para colocar a nossa industria ao nivel das melhores e mais aperfeiçoadas.

A cana de assucar sofreu antes da guerra, como quasi todos os artigos de exportação, os efeitos da

superprodução. Cultura limitada, ha anos atrás, a determinados setores do pais, em condições de explorá-la eficientemente, verifica-se na atualidade, a sua expansão a quasi todos os Estados brasileiros. Hoje, tornou se materialmente impossivel encarar o problema da industria do assucar através de um prisma regional. O surto recente da cultura transformou todos os seus aspectos agricolas, sociaes, tecnicos e economicos, em questões essencialmente nacionais. A tendencia de cada unidade brasileira é para a independencia, no tocante ao suprimento do assucar. São Paulo, Minas Geraes, Mato Grosso, que constituíam, até ha bem poucos anos, mercados de consumo garantidos para as safras nordestinas, fundaram as suas usinas, adaptaram variedades especiaes ás suas condições locaes, organisaram a sua rêde de estabelecimentos experimentaes, a ponto, de, dentro de poucos anos, se libertarem do suprimento obrigatorio de outros Estados. A luta e a concurrencia estão se tornando, pois, cada vez mais acêsa no proprio país.

As perspetivas internacionaes são indenticas as que se observam no interior do Brasil. Logo após á primeira guerra mundial, os países produtores de cana alargaram as suas plantações, aperfeiçoaram o seu aparelho de fomento e de defêsa tecnica da cultura, ampliaram a sua organização bancaria, procuraram reduzir o custo de produção, na esperança de mercados seguros e duradoros. Cêdo, porém, ao fenomeno da superprodução, veio aliar-se outro fator: — o desenvolvimento rápido da industria do assucar de beterraba, nos paizes de clima temperado.

Limitado o poder da absorpção dos mercados europeus no tocante ao assucar de cana, os paizes produtores dessa materia prima, abarrotados de stocks, lançaram-se á conquista dos restantes nucleos de consumo existentes na America e na Asia. A desproporção era, porém, cada vez mais crescente

entre o vulto das safras e as possibilidades de collocá-las vantajosamente nos centros de consumo. Dai, o desequilíbrio entre a oferta e a procura, que persistiu até a segunda guerra, ferindo o organismo economico das nações, que fizeram do assucar a sua *money crop*.

Premidos pela necessidade, os paizes assucareiros lobrigaram apenas duas perspectivas: — a redução maxima do custo de produção, por meio de grandes e modernas usinas, no intuito de desbancarem os concorrentes, ou, então os acordos internacionais, visando a estabilização da produção.

Força é convir que, no terreno delicado das competições economicas internacionais, vence sempre o país mais bem aparelhado, o que consegue desbancar as coletividades rivaes pelo custo mais baixo de produção. Ainda estamos longe da epoca em que o acordo internacional para propositos de colocação de safras se realice sem ferir interesses nacionaes.

O Brasil ainda não se apercebeu de que o *pivot* do problema assucareiro, aqui como alhures, é de naturêsa essencialmente tecnica. Continuâmos a produzir assucar através de processos abandonados, ha anos, pelas proprias nações coloniaes. Java e Cuba reformaram inteiramente os seus processos de cultura e foram pedir aos estabelecimentos experimentaes, ao cooperativismo agricola, ao maquinismo agrario, á tecnica agricola, o auxilio imprescindível ao novo e moderno aparelhamento da industria. Só assim se explica que, em terras arroteadas, ha muitos anos exaustas, pela drenagem continuada de seus elementos quimicos, consigam obeter variedades de teor de sacarose muito mais elevado do que o obtido para as nossas variedades, e produções, por hectare, tres a quatro vêses superior ás nossas.

Com possibilidades redusidas de colocação eficiente de nossa safra assucareira, nos mercados

extrangeiros, graças á concorrência vitoriosa dos outros países produtores, o Brasil tem de encarar, como perspectiva imediata, o seu mercado interno, procurando conciliar os interesses dos Estados, que mais pesam na balança interna do assucar, melhorando os transportes para o interior do país e a situação economica do povo, afim de poder absorver a nossa produção assucareira. O nosso consumo de assucar per capita é muito baixo. Mais da metade da população brasileira alimenta-se mal, insuficientemente e o assucar entra em quantidade minima na sua diéta.

Os fabricantes de assucar brasileiros precisam formar uma frente unica no sentido de regularisar e estabilisar a produção nacional, impedindo, tanto quanto possível, o congestionamento do mercado interno através da exportação obrigatoria do excedente da produção.

Essa atitude espelha as dificuldades que tem atravessado, em varios periodos da historia economica do Brasil, a cultura do assucar, impossibilitando-lhe uma expansão maior e mais ativa, tão necessaria ao enrijamento economico do país.

O estudo, porém, do mercado assucareiro internacional revela que, em virtude da variedade de preços para o produto, prevalece a tendencia para a redução geral das áreas destinadas ao plantío. Os economistas e os tecnicos assucareiros acreditam que a superprodução passará, dentro de alguns anos, pelo acrescimo do consumo, resolvendo-se naturalmente a crise do assucar.

Em qualquer hipotese, não podemos permanecer á margem das grandes tendencias e correntes que estão modificando a antiga industria assucareira, adaptando-a ás exigencias do mundo contemporaneo.

Quando estive á frente do governo do Estado

procurei auxiliar a classe assucareira do Rio Grande do Norte reduzindo o imposto de exportação do assucar, facilitando-lhe os meios de melhorar o seu aparelhamento industrial, providenciando sobre o cultivo de novas variedades de cana, incentivando, afinal, o regime da policultura, nos vales onde se desenvolve essa industria.

Receiando o ataque das nossas variedades indigenas pelo mosaico, fiz vir do Estado de São Paulo variedades P. O. J. resistentes a essa molestia, iniciando o seu plantio na fazenda "Jundiáí", de propriedade do Estado.

Pretendia mesmo, logo que a situação financeira do Estado permitisse, instalar um estabelecimento experimental incumbido de proceder ao exame científico das variedades plantadas no Estado e das questões diversas de naturêsa agricola, que interessassem á cultura.

O meu empenho em instaurar o regime da policultura explica-se pela necessidade inadiavel de diversificarmos a base em que repousa a nossa economia rural. País nenhum pode concretizar a sua riquêsa, estribando a sua atividade economica sobre um só produto. São Paulo e o café ilustram perfeitamente o caso.

Os vales umidos do Rio Grande do Norte adaptam-se perfeitamente ao plantio de cereaes, de leguminosas e podem converter-se em um nucleo de produção intensiva de frutas. Isto sem desorganisar a industria local da cana de assucar que, representando uma das formas mais antigas de nossa atividade agricola, deve ser mantida, orientando-se, porém, por novos processos, sem a ajuda dos quaes ela será destinada a estacionar irremediavelmente.

O esforço dos produtores de assucar deve ser orientado no sentido de, pelo uso criterioso das variedades, o amanho racional das terras, o estudo

conciencioso da irrigação, o emprego inteligente do braço agrícola, o melhoramento do maquinismo industrial, o cooperativismo para os propositos da produção e da venda, o credito agrícola, o apelo ás Estações Experimentaes, que o Estado tem o dever de fundar e manter, pelo regime da policultura, reduzir o maximo possivel o custo da produção e, ao mesmo tempo, criar novas fontes de vida economica, sobre as quaes não se manifestem os mesmos sintomas perigosos inherentes á monocultura.

A melhoria do preço e o exemplo que nos vem dos Estados visinhos, com a adoção de usinas modernas de fabricação de assucar e a introdução de variedades de canas selecionadas e resistentes ás pragas já se vão fazendo sentir no Rio Grande do Norte, que conta com tres pequenas usinas. Estas, porém, não resolvem o problema do assucar, nem restituem a grandêsa e o prestigio passado da lavoura canavieira. Uma usina modernissima de 500 mil sacos de assucar, pelo menos, em Ceará Mirim, que é talvez o vale mais rico do Brasil, e outra de menores proporções em Canguaretama, ou Goianinha, completaria e resolveria a questão do assucar no Rio Grandé do Norte.

Os demais vales umidos, onde a cultura da cana não é tão remuneradora, devem ser utilizados, depois de drenados, no cultivo de cereaes e legumes, como já disse, e os taboleiros arenosos, que emolduram esses vales, valorizados com o plantio do agave, do amendoim, do coqueiro, do cajueiro e com a conservação e proteção da mangabeira nativa. Isso não exige grande esforço do homem.

CICLO DO COURO

Capistrano de Abreu, o grande historiador pátrio, chamou de ciclo do couro, o periodo do povoamento do interior do Brasil com o gado bovino.

Devemos, ao boi, a penetração do interior desconhecido do Brasil pelos criadores de gado, que requerendo sesmarias, fundaram currais ou fazendas de gado ás margens de todos os rios do sertão brasileiro. O interior do nosso Estado foi povoado, rapidamente, por bahianos e pernambucanos que, enfrentando dificuldade de toda ordem e a hostilidade do indigena, se estabeleceram com currais de gado, muito dos quais, são, hoje, sédes de cidades e municipios.

Não obstante as longas estiagens que sofremos, desde a época da colonisação, o boi encontrou ótimas pastagens nativas, clima sadio e rapidamente se multiplicou. Foi, durante muitos anos, a base da riqueza sertaneja e, é, ainda hoje, uma importante fonte econômica. O nosso rebanho atual de bovinos deve orçar em cerca de 600 a 700 mil cabeças de animais, de cuja carne se abastecem a capital do Estado e mais de cem feiras, espalhadas pelo interior do Rio Grande do Norte.

Até ha bem poucos anos, recebíamos suprimento de gado bovino, vindo do interior do Piauí, onde os nossos criadores iam, anualmente, se abastecer de gado para suprir as nossas deficiências. Cessou, porém, essa fonte de suprimento e, hoje, os nossos criadores melhoraram os seus rebanhos, importando reprodutores de boas raças, de pêso e de leite, cuidam mais da alimentação dos animais e abastecem os mercados de carne de todo o Estado.

A tendência é para fasermos a criação intensiva, de modo a aproveitarmos, totalmente, o rendimento do gado e industrializar o leite. Do boi, já houve quem dissesse que só se perde o berro, quando é levado ao matadouro.

A criação de equinos é de valor muito mais inferior á do gado bovino, sobretudo, agora, que o transporte em caminhão substituiu o que era feito,

até poucos anos, nas costas de animais. Mais importante do que a criação de equinos é a de ovinos e caprinos, cujas peles são muitos apreciáveis, por serem isentas de parasitas que as desvalorizam noutras regiões do país.

CICLO DO ALGODÃO

De meio século, a esta parte, se tem desenvolvido, enormemente, no Estado, a lavoura do algodão, não obstante as repetidas sêcas que nos tem flagelado, nos últimos anos. Entre as variedades que cultivamos, ha, uma, a do algodão mocó, nativo na zona do Seridó, cuja fibra rivaliza com a dos melhores algodões do mundo e é empregada dentro e fora do país, na fabricação dos tecidos finos e de alto valor comercial. O algodão tomou, rápidamente, o primeiro lugar entre as fontes econômicas do Estado.

O desenvolvimento de sua cultura é, relativamente, recente, no Rio Grande do Norte, embora os indígenas já o conhecessem quando os portuguezes descobriram o Brasil. A sua importância econômica está a exigir, porém, uma rigorosa seleção que não só mantenha, como melhore a sua qualidade. Temos, já funcionando no Estado, uma estação experimental, á frente da qual se acha um técnico de alta competência, o agrônomo Fernando de Mélo, que está realizando um trabalho notável de seleção dos melhores tipos do algodão mocó, não só em produtividade, como no comprimento, resistencia e sedosidade da fibra.

SAL

O sal, de que somos os maiores produtores da America do Sul, está a exigir, apenas, melhoramento nos seus portos de embarque para se tornar uma

das mais rendosas e importantes indústrias extrativas do Estado.

O CICLO DO MINÉRIO

Surgiu, últimamente, uma das mais importantes e remuneradoras indústrias extrativas, no interior do Rio Grande do Norte, que é a do minério. Estamos no começo de sua exploração, feita ainda por processos primitivos e ante-econômicos, mas, é tal a variedade e a abundância dos minérios estratégicos, cujas jazidas se vão descobrindo continuamente, que já podemos afirmar, sem nenhum exagero, que minérios do Rio Grande do Norte vão superar, em importância e valor, o ouro de Minas Gerais, que propiciou às bandeiras que se tornaram famosas, na penetração do interior do Brasil e concorreu e apressou a independência política da nação.

Temos, assim, importantes fontes econômicas a explorar. O que nos está faltando, é, não só, o espírito de iniciativa, como, sobretudo, um esforço inteligente e de conjunto dos nossos homens públicos, a-fim de desviar algumas verbas do Orçamento Federal para serem aplicadas na exploração dessas nossas fontes de riqueza.

Natal, 26-3-1953.

O PATRIARCA DA ABA DA SERRA (1)

M. Rodrigues de Mélo

(Socio efetivo)

I

Se pode o acaso sobrepôr-se ás disposições da liberdade individual, aqui me encontro por méra influência do acaso.

Não estava programada a minha presença nesta tribuna.

A ausencia do orador desta noite, por motivos alheios a sua vontade, armou-me esta cilada de máu gosto. Falar sem estar preparado, a um auditorio selecionado e sem duvida portador de preferências intellectuais, é tarefa por demais acima das minhas possibilidades que absolutamente não me fascina.

Aqui estou, portanto, mais no cumprimento de um dever do que na desobriga de uma missão.

O confrade Nestor Lima incumbiu-me de dizer algumas palavras nesta solenidade.

A exiguidade de tempo para escrever um trabalho á altura do momento e das necessidades desta semana, ao lado das naturais deficiências de quem vos fala, fez-me pensar numa grande figura dos nossos sertões, digna porisso mesmo de figurar em qualquer certame de história.

É o acaso que a traz aqui. Aquele mesmo aca-

so que a levou, em 1945, a um Congresso da Academia Fluminense de Letras, em Niteroi, numa tese escrita por mim.

A figura de quem pretendo falar nesta noite é a do Coronel José Bezerra de Araújo Galvão.

Trazendo-a ao debate sereno e limpo desta Semana da História, creio prestar ao Sertão e ao seu povo uma das maiores homenagens que se poderá prestar aos pioneiros do progresso e da civilização.

Se o Jesuita foi, como disse Monsenhor Herônimo, o primeiro mestre na alvorada do Brasil colonial, o colono português foi o primeiro fazendeiro que penetrou o sertão, e lá enfiou as estacas dos primeiros currais e os enxamés das primeiras casas.

Se o Jesuita e o Franciscano foram os primeiros catequistas que ensinaram as primeiras noções da doutrina cristã aos amerábas, os bandeirantes, vindos do São Francisco e de São Paulo, foram os primeiros cabos de guerra que devassaram as matas de ignoto sertão para rechassar o índio bravo, iludido e insuflado contra o português pelo espírito aventureiro do francês e do holandês.

Foi nessas estradas pelo deserto, nesses fluxos e refluxos de gente indo e vindo do litoral para o sertão e vice-versa, que se fixaram os primeiros moradores no *Hinterland* norte-riograndense.

E lá ficaram. Uns como criadores, com leguas e leguas de terra para criar o gado. Outros como agricultores, plantando mandioca, cana de açúcar, feijão, milho, melancia, melão. Outros ainda, vivendo das frutas silvestres, da caça e da pesca. Outros mais comerciando, mascateando pelo interior, fazendo duas três viagens por ano ao Recife de Pernambuco.

Esta, a fisionomia do sertão nos três primeiros séculos da colonização.

Os coroneis do interior, portanto, tão discutidos, incompreendidos, por vezes mal tratados e repudiados, vêm desse regime social, político e econômico.

Cheios de defeitos, sem duvida, são, no entanto, homens de grandes virtudes que merecem o exame sereno e justiceiro da história.

Porisso, venho me dedicando ao seu estudo, procurando interpretar-lhes a fisionomia sem falsear a verdade dos fatos.

II

Não sei de patriarca, coronel sertanejo, mais discutido, estimado, venerado, gabado, do que o coronel José Bezerra de Araújo Galvão.

O seu nome, vivo ou morto, constituiu sempre motivo de admiração e simpatia. Não foi, para maior relevo da sua personalidade, um “inofensivo”, indiferente a tudo e a todos. Antes e acima de tudo foi fiel a si mesmo, ao seu temperamento, ao seu tempo, ao seu meio, às condições sociais e políticas da sua época. Não foi, por conseguinte, como bem salientou Assis Chateaubriand, estudando a sua figura, um Homem-Comum, do estofa e do tipo desse homem-comum dos nossos dias, medíocre, descaracterizado, desfibrado, sem vontade, sem energia, sem altivez, sem coragem, sem fé, sem orgulho de ser homem, renegando, de bôa ou de má fé, todos os direitos e deveres que Deus lhe outorgou como autor da sua criatura. Foi, pelo contrário, um Homem-Singular, excepcional, para o tempo e para o meio em que nasceu, viveu e desempenhou a sua missão de patriarca soberano e glorioso. Singular, pela força moral, pela irradiação natural, pelo poder de sugestão que infundia aos homens do seu clã, da sua grei, do seu município, de sua região. Excepcional,

pelas qualidades morais, pela experiência que tinha dos homens e das coisas, pela brandura com que tudo resolvia, sem arrogancia, sem presunção, macio como um floco de arminho, astuto como o gato, valente como o tigre, mas tudo isso praticado dentro de uma nobreza, moderação, bom humor, malícia, doçura que, parecendo calculada, não o era, na realidade, porque era própria e inata da sua personalidade complexa e variada.

A sua fama corre mundo, em ditos e gracejos, pilherias de bom tom, tornando-se quase lendária, pelas várias maneiras de que se reveste, aparecendo aqui, ali, como fóco de criação de outras lendas e mistérios pelos quais eram encarados os homens padrões do regime patriarcal do nordeste. Recordo-me de como ouvi, pela primeira vez, na minha meninice, falar desse grande seridoense. O seu nome soava como uma nota de clarim, vibrando nas quebradas das serras e dos vales, como defensor da honra alheia, dos limites da propriedade privada, da moça ofendida, do pobre que apelava para a sua proteção, inimigo da prepotencia, defensor dos hábitos e costumes do seu povo, transformados por uma sedimentação de vários séculos em norma de vida ou código de lei. No seu município predominou por muito tempo o regime do "Estado sou eu". O município era ele. A lei era ele. O Juiz, o Delegado, o Padre, era ele. Tudo isso, é lógico, dentro do decoro, da prudência, da polidez, da cordura que o seu nome de homem superior, inteligente, experimentado, abrangia, sem dizer que estava mandando.

A sua sombra, reflexo superabundante da sua personalidade de escól, ampliava-se por toda a vasta região do Seridó. Basta dizer que, durante a sua vida, nunca o município de Currais Novos foi policiado por força do governo. Os seus homens-de-confiança eram os guardiões da segurança da cidade, do município, da redondeza. Vem dai, grande parte,

o seu prestígio, a sua força moral, perante o povo bom, honesto e simples do sertão. Antes da sua morte, Currais Novos era uma espécie de paraíso. As famílias viviam unidas, confraternizadas na dôr, no sofrimento, na alegria, em torno do seu chefe. Mesmo depois de morto, sob a égide do seu nome venerando, viveu a família currais-novense três ou quatro anos de paz, de trabalho fecundo e proveitoso, seguindo os exemplos do seu máximo representante na vida social e política do município.

Com a revolução de 1930, porém, toda aquela harmonia, toda aquela paz habitual, quase desapareceu, cedendo lugar à incórdia, à animosidade, à desconfiança, entre irmãos da mesma carne, do mesmo ôsso. A imagem do velho patriarca da Aba da Serra, que presidiu, em vida, os destinos da sua grei, foi por algum tempo esquecida, no meio das competições sociais e políticas que a revolução outubrista provocara em todo o Brasil, e particularmente no Rio Grande do Norte e no seu feudo. Felizmente, nunca é vão o trabalho que se pratica em bem da comunidade social, política ou religiosa. Os exemplos do coronel José Bezerra foram suficientemente grandes e nobres para serem em tão pouco tempo esquecidos. Passada a luta dos primeiros anos, os choques naturais entre os "revolucionários" e os "não-revolucionários", viu-se ressurgir, a figura legendária do grande patriarca seridoense, gabado por todos, sem distinção de classe, de côr, de condição política, social, religiosa, O primeiro centenário do seu nascimento foi uma consagração. O município, refeito das lutas ocasionais e apaixonantes da política regional, acordou num côro de homenagens nunca visto naquela terra. A região do Seridó, reagindo contra o silencio criminoso em torno do seu chefe supremo, cantou hinos de glorificação e de reconhecimento ao seu último e autêntico patriarca desaparecido.

Não só o Seridó, mas também o Estado, pela colônia seridoense, nesta capital, pela sua imprensa, solidarizou-se ao grande acontecimento. Jornalistas e escritores de renome, vieram, mais tarde, com o prestígio dos seus nomes, ampliar o grande movimento de consagração daquele que foi em vida uma das expressões mais vivas e curiosas do patriarcalismo nordestino.

Assis Chateaubriand, cangaceiro paraibano da melhor estirpe, transformado em jornalista poderoso e cintilante, retratou-o num artigo fiél, de grande oportunidade, com esses trechos do mais típico bandoleirismo, por ocasião do batismo do avião que recebeu o seu nome: "No coronel José Bezerra, o patrono desta célula, se reúnem as qualidades de chefe sertanejo, na sua energia, na sua coragem e no seu inquebrantável valor".

Depois de outras considerações, apresentando o papa-gerimú Peregrino Junior, orador oficial da solenidade e paraninfo do avião, disse: "No coronel que é o "barbatão" da Guarda Nacional dos sertões brasileiros, personificamos o tipo de junker do "farwest" tropical. Ele nasce e se educa espontaneamente, com virtualidades de chefe e no trato dos homens e da política, encontra ensejo de apurar os dons nativos. O Seridó fica no Nordeste como uma espécie de Pomerânia, onde a raça dos príncipes do coronelato se desenvolve em estado crú. José Bezerra, morto há três decênios, se alimentava do mais grosso caldo de cultura do patriarcado potiguar. Era divinamente telúrico. Exercia o caciquismo naturalmente, como quem bebia água ou tomava pinga. Lealdade, fervor das coisas públicas, firmeza de convicções, eram os sucos das suas reservas. Imperava soberano, na latitude do Seridó. O Matusalém rio-grandense do norte. Devera dar e mandar dar "pissas homéricas" de cipó de boi em obediência aos princípios de disciplina, que herdara dos senhores

romanos e da experiência educativa sertaneja. Pegava à unha marroais, que nunca levaram o ferro dos donos. De Currais Novos onde tinha o quartel general, a fama lhe irradiava pelo sertão afóra, vindo toda gente submissa e assustada, pedir-lhe a benção, tomar-lhe o conselho de político atilado e prudente e beijar-lhe o nó da peia. Educou o Seridó surrando-o piedosamente! O plano e o raio da sua influência se estendiam do agreste às caatingas do longinquo sertão. Não tinha só espinhos, mas também mél. Surrava e praticava atos de infinita misericórdia. Distribuía justiça debaixo das aroeiras, como um druida, de quem tinha as longas barbas, apanágio da sua dinastia e da sua autoridade com que batia no gênero humano insubmisso. Educador e disciplinador, armado de cipó de boi, astucioso e dinâmico, o “junker” nacional José Bezerra não era nada um “homem comum”. Sua lenda não topa a fábula contemporânea do individuo medíocre, responsável por façanhas dignas de apreço”.

Peregrino Junior, escritor de renome, cioso da tradição familiar, de haver dado ao Rio Grande do Norte, as mais fortes vocações da cultura do Estado, paraninfando o avião Coronel José Bezerra, definiu-o nesses trechos do mais puro e agradável sabor regional: “Foi um autêntico patriarca”. Era o tipo acabado do coronel sertanejo”. “O coronel José Bezerra, como José Bernardo e Silvino Bezerra, pertenciam a essa privilegiada aristocracia rural, dos coroneis seridoenses, a cuja ação social e política o Rio Grande do Norte tanto deve, porque, na verdade, todos eles foram fatores importantes de equilibrio, disciplina e estabilidade na paisagem rude e livre da vida sertaneja”. “Dele se podia dizer o que de um outro chefe do Seridó disse um historiador da nossa terra: “O velho Zé Bezerra, de espirito lépido e frase pronta, granito das serras, ouro das minas, bondade dos invernos, doçura das noites, é

o príncipe da mais legítima de todas as dinastias do mundo, a do trabalho, da dignidade e do coração”.

Juvenal Lamartine, aroeira da propria terra, bafejada e tostada pelo vento e pelo sol da mesma região, com a dupla responsabilidade de amigo e devoto do São José D’Aba da Serra, afirmou num discurso da mais alta e eloquente sensibilidade: “O homem cujos dotes de inteligência, de caráter e de coração acabo de focar sem exagerar os traços, foi o herdeiro de nobres antepassados, vergôntea sadia de velhos troncos de rijo cerne, que o tempo não corrompe nem desgasta”.

Vivaldo Pereira, jornalista currais-novense, pertencente ao grupo que fundou a imprensa na terra do Capitão-Mór Galvão, discípulo fiel de “Matusalem riograndense”, devoto das suas virtudes, amando-o até o cerne, fez-lhe o necrológio num discurso consagrador que o coloca entre os precursores da sua glorificação e que servirá de base e de roteiro ao estudo da personalidade do solitário patriarca da Aba da Serra.

Vejamos alguns trechos, já que não é possível transcrever na integra o seu trabalho: “O desaparecimento objetivo do coronel José Bezerra, senhores, teve, de fato, a repercussão de uma grande, de uma imensa, de uma terrível catástrofe. E vós todos bem o sabeis, e vós todos bem o sentís. Ele era esse ancião viril e devo dizê-lo assim — que agitava as multidões com um gesto apenas e que fazia vibrar a mocidade com um sorriso ligeiro. Foi um forte e foi um bom. O encanto de sua bondade distendia-se como os albores fulvos de uma alvorada, vitalizando, acariciando, e a ação de sua resistência de forte dilatava-se como a ideia de uma bandeira tremulante, tal era o seu poder de sugestibilidade. Como poucos, como pouquíssimos, soube ele criar um nome, e esse nome, senhores, qual almenára refulgente colocada no vertice dos destinos sociais e políticos de

sua terra, atravessou gerações, sobrepujou-se aos designios da propria morte, e ainda hoje — evangelho luminoso de uma doutrina pura — nos dá lições de fé social e lições de civismo, consolidando, destarte, a estrutura moral de um povo que foi sempre seu, que sempre lhe escudou os ensinamentos e que continúa se orientando sempre pelo código admiravel de sua vida publica, cheia de virtudes cívicas que orgulham, cheia de exemplos edificantes, que formam o substrato sentimental da alma de minha terra”.

Mariano Coelho, médico da grei currais-novense, amigo do chefe desaparecido, anos depois da sua morte, deixava cair da sua pena, numa patética demonstração de ceticismo e de descrença, essas palavras amargas e desoladoras para o povo seridoense: “Depois do coronel José Bezerra, Currais Novos não teve mais um chefe”. E prosseguindo, focalizando traços da figura do patriarca seridoense, reagia contra o desânimo dizendo: “O brocardo “rei morto”, “rei posto”, não podia ter aplicação entre nós. Porque a majestade de José Bezerra não se exerceu apenas como governo do povo. Tinha imensamente muito de mais extenso, elevado e patriarcal. Ninguém podia substitui-lo e ficou insubstituído. Ninguém podia se investir daqueles predicados que o constituíam simultaneamente chefe, amigo e patriarca, e que eram dons excepcionais e intransferíveis. A sua autoridade moral insuperavel constituiu um fato rarissimo em todos os tempos. A sua avassalante personalidade se impunha de logo a uma admiração a mais intransigente. Aquele modo pausado e manso de falar denunciava de pronto a sua avidez com que a sua imensa autoridade se exercia. Depois do coronel José Bezerra, repito, Currais Novos não teve mais um chefe. O seu lugar era impreenchível e está impreenchido”.

“Continúa, porém, ele a chefiar Currais No-

vos pela sua memória perpetuada no bronze, na praça publica, como na consciência de todos os cidadãos”.

“Aqueles que lhe herdaram o sangue veneram com orgulho e carinho a sua memória imorredora. Não a veneram menos intransigentemente, quantos o conheceram e admiraram, porque a obra moral e patriótica de José Bezerra, a sua pregação e o seu grande exemplo não se confinaram no ambiente da família, porque se estenderam ao patrimônio moral do povo. O coronel José Bezerra, desaparecido de entre os vivos há quasi vinte anos, continua a guiar e conduzir o seu povo. É aquela mística de união que ele tão bem soube implantar entre os seus chefiados, a pedra de toque que aqui nos reúne para assentarmos as bases de nossa participação no grandioso movimento que hoje se agita em todos os quadrantes da nacionalidade pela redemocratização do país, após esta longa e torturante noite de pesadelo totalitário”.

Quem mais?

José Augusto Bezerra de Medeiros, brilhante espirito norte-riograndense, sobrinho do patriarca seridoense, dedicou-lhe algumas páginas consagradoras, num livro inédito sobre o Seridó.

Baldomero Chacon, num artigo, logo depois da sua morte, teve esta frase feliz: “Rebento de uma das estirpes mais illustres do nosso Estado”.

Pedro Pereira, num assomo de entusiasmo, de bom e autêntico currais-novense, definiu-o concisa e precisamente: “Orgulho de uma raça e glória das plagas sertanejas”.

Quem mais?

O *Porvir*, jornal dirigido por Nelson Geraldo,

sentenciou dogmaticamente: “Ancião benemérito, patriarca despretençioso e bom cujo maior interesse foi trabalhar pelo bem comum da coletividade, pelo bem comum da sua gente”.

Quem mais ainda?

Inúmeros outros que seria enfadonho enumerar. Mas, para terminar, vejamos o que disse o poeta Barreto Sobrinho, um dos inúmeros protegidos do saudoso patriarca sertanejo: “Desde o chefe supremo, o saudosissimo e imortal coronel José Bezerra, vulto de patriarca moderno e amovavel que tinha o prazer talvez unico de disseminar o bem os seus semelhantes”.

Pelos depoimentos acima transcritos, absolutamente idênticos na maneira de encarar as suas qualidades, a sua projeção na sociedade sertaneja, três conclusões já se pode tirar, a respeito da sua figura excepcional: Primeira, que foi na mais alta acepção do termo, um Homem Superior, com qualidades excepcionais de condutor e de chefe. Segunda, que os sentimentos de bondade, cordura, integridade moral, inteireza de carater, retinilidade, espirito publico, compreensão dos deveres civicos, sociais, politicos, madrugaram nele, sem quebra dos principios de autoridade, liberdade, disciplina e igualdade, sem jamais confundi-los com covardia, capitulação, licenciosidade, anarquia, ou tirania dos grandes contra os pequenos. Terceira, que a sua figura, mesmo depois de morto, continúa a inspirar os atos e atitudes dos homens daquela região, dando-lhes aquela consciência de unidade, agudamente notada pelo espirito agil e culto do grande pastor seridoense, D. José de Medeiros Delgado, Pacifico do Seridó, num artigo da mais exata e oportuna compreensão do que é, na realidade, o espirito social-religioso da familia seridoense.

III

Ai está quem foi, na opinião dos maiores escritores do seu tempo, o Coronel José Bezerra de Araújo Galvão.

Evocando a sua memória na Semana da História Norte-riograndense, faço-o na persuazão de que presto a todos os patriarcas do sertão potiguar, um preito de justiça e compreensão, simbolizado na figura máscula e singular do solitario da Aba da Serra.

(1) Trabalho lido a 27-3-52.

Algumas lendas e tradições potiguares

Palestra realizada a 28 de março de 1952,
no Instituto Historico, como parte da SE-
MANA DA CULTURA POTIGUAR

Meus senhores e minhas senhoras:

I — Uma circunstancia de ocasião trouxe-me, outra vês, nesta “Semana da Cultura”, á tribuna das conferencias do Instituto Historico, quando se festeja o transcurso do 1º cinquentenario da sua fundação.

É que um motivo imperioso e invencível, para o nosso caro e eminente consocio deputado José Augusto, que se achava inscrito para a Conferencia de hoje, impediu-lhe a vinda até aqui, como “era do seu agrado e do seu dever”, para cooperar conosco nesta alentada série de conferencias, que, com grande brilho, se vem realizando desde o dia 24 do corrente.

Daí, a necessidade de um substituto, que, á ultima hora, se torna impossivel, pois, todos temem a tribuna da erudição e da eloquencia, em momentos que taes.

Mas, o dever, que se me impõe de completar a SEMANA DA CULTURA, por isso que a inventei e incentivei, com todas as forças da minha devoção pelo Instituto Historico, obrigou-me á repetição, nesta tribuna, para preencher, ainda que pallidamente, aquela ausencia, que tanto nos entriste-

ceu, porque só a presença daquele denodado compatriota e amigo seria um motivo de jubilo justificado, nas festas do 1º cinquentenario.

Vale, porém, como um dos imperativos do dever de quem assumiu, ha vinte cinco anos, as responsabilidades desta “Casa da Memoria” e não consente nem admite jamais que ela desfaleça, na larga estrada que vem trilhando.

Com essa justificação e por esses motivos, vou procurar entreter-vos, minhas senhoras e meus senhores, por alguns instantes, afim de que o programa se cumpra fielmente, com aquela fidelidade que o Instituto consagra aos seus destinos e os seus associados demonstram, por fatos e por palavras, desde o seu ingresso nas fileiras sociaes.

II — Tratarei de contar-vos algumas lendas e tradições do nosso *hinterland*, conforme a versão que recolhi, nas minhas constantes viagens pelo interior do Estado, ao tempo em que dirigia o setôr da educação publica. (1924/1929).

Elas constam, quasi todas, do meu modesto repositório de notas sob o titulo “Municipios do Rio Grande do Norte”, editado na “Revista” do Instituto Historico.

Umás são puramente emotivas e comovem-nos o coração e a sensibilidade; outras, austéras e terríficas, que revoltam e despertam o ímpeto da revolta; outras ainda, são violentas e cruéis, para nos infundirem pavor e repulsa; finalmente, outras mais, com o seu cunho religioso, ou fetichista, demonstram os sedimentos cristãos da nossa gente, ou o cunho acentuadamente propenso ás credices e superstições.

Entretanto, elas formam um conjunto de preciosidades folkloricas, que é necessario resguardar e difundir, porque, do contrario, serão destruidas

pelo esquecimento e pela indiferença. Sonhos, ilusões, embustes ou o que sejam, elas deverão ser defendidas e resguardadas do olvido.

Belas e suaves, emocionantes ou terríveis, as nossas lendas e tradições se desdobram pelos varios rincões do Estado, onde constituem um substrato de brasilidade e de regionalismo, que se entrecrusam para um só destino.

Aprecia-las, na sua simplicidade e na riquêsa dos seus pormenores, julga-las, como elementos de fixação do homem á terra, ou como élo de ligação étnica entre varias gerações, é trabalho meritorio, a que se vem dedicando uma pleiade de espiritos bem avisados, sob a guía do nosso emérito confrade Camara Cascudo, um especialista de alto renome.

Pois bem, minhas senhoras e meus senhores, passo a relatar-vos as lendas e tradições, que tanto me interessam.

III — Comecemos pelas tradições do Acari, em que aparece a figura varonil de Tomas de Araujo Pereira, 1º Presidente constitucional da Provincia, em 1824.

Era ele fazendeiro no Acari e tinha fama de exato cumpridor da sua palavra. Ele, que faleceu em 1847, foi casado com Teresa Lins de Vasconcelos, filha do coronel Antonio Garcia de Sá Barroso e Ana Lins de Vasconcelos. Residia no povoado do Acari. Sua filha Maria José de Medeiros casou com Antonio Pereira de Araujo, e deste casal, provieram o Padre Tomás Pereira de Araujo, Isabel casada com Cipriano Bezerra Galvão, João Damasceno, Joaquim Pereira, Porfíria, casada com Antonio Pires de Albuquerque Galvão (pernambucano), Anna Marcolina de Jesus, casada com Cipriano Lopes Galvão e Antonio Pereira Junior.

De Cipriano Galvão e Isabel Pereira vieram

Silvino, Manoel, José, (ainda hontem recordado, aqui) Isabel, Josefa, casada com Servulo Pires, Maria, casada com o dr. Manoel José Fernandes, Porfiria, casada com Zábolo Jóvem Heróe da Trindade, Antonia, casada com Laurentino Bezerra Filho, Teresa, casada com Ezequiel Fernandes (Caicó), Francisca, casada com Bernardino Pires Galvão, João e Cipriano Santa Rosa.

A sua religião era o cumprimento da sua palavra empenhada. Contam que, certa vês, foi ao Brejo de Areia (Paraíba) cumprir um “trato” e tal era o seu estado grave de doença, que precisou ser conduzido em rêde.

De outra vês, relatam o seguinte :

D. Maria do Ó de Faria, viuva do capitão José Ribeiro de Faria, residente no sitio *Poassá*, em Assú, confiou a Tomaz de Araujo a tutoria de seus filhos e a gerencia dos seus dinheiros. Todos os anos, o tutor prestava suas contas. Em certo ano foi combinado o dia da prestação das contas e Tomás se comprometeu a estar presente. Reunidos todos os interessados, aguardavam a chegada do tutor.

Caíu pesado inverno, desde a véspera, e o rio *Paraú*, a cuja margem fica o sitio *Poassá*, desceu com grande enchente. Anoiteceu. Tomás de Araujo chegou á margem oposta, vindo de Acari, a cavallo, mas, não pode tentar a travessia: era impossível. Todos estavam anciósos por vê-lo cumprir a palavra empenhada, como era do seu feitío, mas, já começavam a desconfiar. Sem outro meio de transpor o rio e guiado por “cabaços com vélas”, que trasia e indicam os remansos, ele se *meteu nagua* e atravessou, com risco enorme, o rio, já alta noite. Parece que, na casa, todos dormiam, ou somente velava uma pessoa, que dizia para ser ouvida :

— Desta vês, Tomas de Araujo faltou á palavra...

Ao que ele, exáusto e enregelado de frio, tirando, no alpendre do Poassá, respondia em vós alta:

— Ainda desta vês, Tomaz de Araujo cumpriu sua palavra...

Contam tambem, embora se conteste o episodio, que ele era um tanto féro com os seus escravos e tinha na casa do Sitio “Serrote”, a poucos metros da rua do Acari, um cubiculo para prender negros cativos.

Já velho, tendo resolvido confessar-se pediu ao seu neto, Pe. Tomaz Pereira, que o ouvisse em confissão, ao que suasoriamente se esquivou o padre néto.

O velho insistiu e o néto acedeu, afinal.

Fes-se a confissão e contam que o vigario deu-lhe a penitencia de passar algumas horas no cubiculo...

O avô submeteu-se á penitencia.

Mas, passado pouco tempo, não suportou a enxovia e mandou pedir comutação da penitencia. E o neto vigario concedeu, sob a condição de faser demolir aquella prisão ignobil. Disem que assim se cumpriu; outros negam, pois que ainda alcançaram o cubiculo do sitio do “Serrote”.

Vale como tradição, apenas, e com as reservas devidas e necessarias...

— O Caicó tem suas lendas e tradições.

Primeiramente, a do “vaqueiro perdido”.

É voz corrente que, de um certo ponto, ao nascente da vila do Seridó, vinham dois vaqueiros do Acari, afim de pegar dois bois, que tinham bebida certa nas “Itans”, e, á hora aprasada, o “cabêça de campo” (designação por que era conhecido o chefe

da vaqueijada) preveniu aos companheiros que teria de assinalar as rêses procuradas, recomendando que lhes evitassem a fuga, pelo lado do riacho da Fortuna (hoje Avenida Seridó).

Consoante se previra, um dos bois correu nessa direção e dois dos cavalos, postos no encaço, não acompanharam um terceiro, que desapareceu com a rês, no cerrado do mato. Seguindo-lhes o rastro, os outros vaqueiros dêram no “Trancado”, de onde regressaram, devido á impossibilidade de seguir a pista dos desaparecidos e para obter ferramentas, que lhes permitissem continuar na busca. Assim o fizeram e após esforços sobrehumanos, descobriram vaqueiro e boi, entrançados no mato, mais ou menos, no lugar, onde hoje está edificada a Igreja de Santana. É que o vaqueiro perdido havia feito um voto á Santa Mãe de Maria para que, si saísse dali vivo, haveria de erguer, ali mesmo, uma Capela com essa invocação.

E, de fato, cumpriu-se a promessa.

Outra lenda é a do caboclo desaparecido no fundo do Poço de Santana.

Resa a tradição que, em epoca mui afastada, viajavam através do Seridó, uns estudantes que descançaram na povoação, que é hoje a cidade — cabeça da região.

Aí pernoitando, foram, pela manhã cêdo, banhar-se no “poço de Santana”, no Rio Seridó. Logo depois, chegou o caboclo que lhes servia de “arriero”, o qual, entrando nagua e tendo vindo uma vês á tona, tornou a mergulhar e não mais voltou.

A credence popular dizia que, no fundo do Poço, havia “um reino encantado”, onde deveria ter ido abrigar-se, para sempre, o “caboclo desaparecido”.

— Acredita-se muito no Seridó que o “Poço de Santanna” é fonte de milagres.

Ao tempo da construção da Igreja, que é hoje a Catedral do Bispado de Caicó, pelos meados do século 18^o, faltou água para o serviço, o vigário dispensou os operarios, e, no outro dia, o poço amanheceu cheio e até hoje nunca mais secou, como daquela feita.

Foi nesse mesmo “Poço de Santanna”, que, ao tempo da luta do “Quebra-kilo”, foram lançados todos os pesos e medidas existentes na Cidade e que tinham sido apreendidos pelos amotinados do “Quebra-kilo”.

Uma tradição, que bem retrata os costumes de antanho, está registrada no “Livro de Tombo da Matriz”, e é a seguinte:

Por edital de 22 de setembro de 1777, D. Tomáz da Encarnação da Costa e Silva, bispo de Pernambuco, proibiu “novenas” particulares em honra da Virgem da Conceição e de outros santos, bem como um culto, que o edital chamava de “indecente e supersticioso a São Gonçalo do Amaranto”, e que se realisava por meio de *danças*, “com mistura de um e outro sexo”, comidas, bebidas e canticos ilicitos, “Que soavam mal aos ouvidos cristãos...” (Livro do Tombo, Caicó, pag. 18).

Ó tempora, ó mores...

— O crime de Ana Freire de Brito e as suas consequencias são uma das mais trágicas tradições do Caicó.

Francisco Galdino de Araujo e Ana Freire de Brito eram sobrinhos do padre Guerra, viviam casados e em franca harmonia.

Ana Freire era de grande belêsa e maiores virtudes.

Por ignorado motivo, o marido tentára, mais de uma vês, matar a esposa, empregando *verde fran-*

cês e outros toxicos, embora sem resultado. Projectou uma viagem e incumbiu a sinistra tarefa a dois serviçaes, Cordolina e seu marido.

Estes desempenharam a sua missão, certa noite, quando ella se achava a sós, no quarto de dormir, em trajas intimos.

Os sequáses surpreenderam a sua desventurada vítima, passando-lhe ao pescoço uma toalha, para asfixia-la.

Ella resistiu estoicamente, impedindo a consumação do delito, pois, aos gritos, attraíu ao aposento um seu escravo, que, compelido pelos assassinos, auxiliou a empreitada sinistra, sob ameaça de morte, e mesmo em prantos, segurava as pernas da pobre senhora, enquanto Cordolina e o marido, apertavam-lhe a garganta, atavam-lhe os pés e os braços, até mata-la aos poucos.

Na manhã seguinte, a noticia da morte de Ana Freire encheu a vila, dando-se como causa um mal subito qualquer.

O marido della regressou, logo a seguir, á casa, fingindo-se sorpreso com o acontecimento.

Mas, alguém que se recordava das tentativas frustadas de eliminação da infeliz esposa pelo seu perverso marido, levantou a hypothese do assassinato. Vieram peritos, appareceram os vestigios da violencia e o crime ficou patenteado. Prêsos os dois serviçaes, descobriram tudo e Francisco Galdino, temendo a punição, conseguiu evadir-se para o Ceará, segundo uns, ou para Recife, segundo outros.

No processo, foram todos condemnados á pena ultima e os reos presos foram executados, num dia da decada de 1830 a 1840. O ceremonial do estilo foi observado e constou da assistencia pelos condemnados á missa, até a elevação, quando foram afastados da porta da Igreja. Organizou-se o cortejo e

seguiu para os lados do cemiterio velho, onde foram abatidos a fusil, conforme disem uns, ou enforcados, de acordo com outros informantes, sendo que os dois caboclos caíram mortos e o escravo, que saíra incolume, foi, em seguida, varado por tiro certo.

Então, disia a vós do povo que a justiça do Céu poupára o escravo, que agíra violentado, mas, a do Ouvidor e seus auxiliares não poderia poupa-lo absolutamente.

De Francisco Galdino, porém, nunca mais houve noticia alguma...

— De Canguaretama, veem-nos tradições curiosas e terríveis.

A primeira é a do “solar de Cunhaú”, celebre por sua gente fidalga, que terminou mergulhada no crime e na desonra.

Os filhos de Jeronimo de Albuquerque, Antonio e Matias, (o general da insurreição pernambucana contra os holandeses, em 1630), tiveram uma sesmaria de 5.000 braças de terras no vale do Rio Curimatãú-Cunhão, e aí, fundaram uma vasta cultura de assucar para exportação.

Era um dos maiores nucleos coloniaes no seculo XVII, e a familia dos Albuquerque teve fastigio, fortuna e gloria, por muitos anos. André de Albuquerque, o chefe do movimento republicano de 1817, padeceu morte afrontosa na Fortalêsa dos Reis Magos, do ferimento que lhe fêz Antonio José Leite do Pinho, a 4 de abril daquele ano.

Afonso de Albuquerque Maranhão foi senador do Imperio e o Brigadeiro André Sobrinho, (o celebre Dendé,) derivou na senda do crime até acabar a vida, num cêrco, dentro da sua propria residencia, no Cunhaú.

Depois, a familia dispersou-se e os remanescentes residem longe do Estado.

— A matança do Cunhaú é outro tristissimo episodio historico bem documentado.

A 16 de julho de 1645, na hora da missa do padre André de Soveral, na capela do Cunhaú, para a qual foram chamados, de véspera, os moradores do engenho, por iniciativa e artes do judeu-holandês Jacób Rabbí, foram todos trucidados pelos indios Janduís, ao mando daquele chefe, numa das maiores carnificinas da historia do periodo holandês no Brasil.

Morreram cerca de setenta pessoas, inclusive o vigario Soveral, já otogenario e de illustre progenie paulista.

Mas, a “lenda da Ressuscitada” é mais curiosa pelos lances a que deu lugar e pelo ardil e pelo imbuste, de que se revistiu.

Anacleto José de Matos, irmão do vigario Pe. José de Matos Silva, de celebre memoria, era casado com D. Maria de Albuquerque Maranhão, da familia dos Cunhaús.

Faleceu subitamente D. Maria e foi o seu corpo velado na Capela de N. S. das Candeias, no Cunhaú, para ser sepultado no dia seguinte. Frei Serafim de Catania, que andava por aquele vale, aconselhou ao povo a acompanhar-lhe os restos mortaes.

Estava em efervescencia a politica local, devido á mudança da séde da freguesia e do municipio de Vila Flôr para o “Saco do Uruá”, hoje Cangua-retama.

Quatro anos depois, apresenta-se ao dr. Regueira Costa, chefe de Policia da Paraíba, uma mulher

que se dizia Dona Maria de Matos, esposa do capitão Anacleto.

Alegava que fôra vitima do seu marido com veneno, a que escapàra, durante o velório, e, auxiliada por um portugêz, que se condoêra da sua triste situação, embarcou com ele em uma barcaça do mestre Pantaleão, para Recife, onde sarára, voltando a residir na visinha capital do sul.

A queixosa fazia terriveis acusações a seu marido, revelando intimidades com tal precisão, que confundia toda a gente.

As autoridades se impressionaram, mandaram requisitar os parentes e amigos, e, acareados com a resuscitada, ela os confundia a todos, revelando particularidades de cada um, com toda a verosimilhança.

A policia quiz proceder um exame na propria mãe da resuscitada, ao que se opôs energicamente o marido, sob pena de “passarem-lhe sobre o cadaver.”

Afinal, a intervenção de pessoas amigas e conspícuas conseguiu demover a policia dessa diligencia. O dr. Amaro Beserra, chefe liberal nesta Provincia e ligado á familia Cunhaú, veio ás pressas da corte, descobriu habilmente a “ponta da meada” e o estratagemma usado pela suposta “ressuscitada”, fazendo remover, logo, o chefe de Policia, que estava convencido da autenticidade da “ressuscitada”. Houve trégua no caso.

Era tudo falso. A mulher era uma pessoa do Bujari, logar de Canguaretama, que devido á sua parecença com a finada D. Maria de Matos, prestava-se a esse papel para vingar velhas queixas de uns certos Cavalcantis, que o capitão Anacleto, como delegado de policia, outrora, fisera expulsar como “ladrões de cavalos”.

Saiu o dr. Regueira, desfês-se o escandalo, mas,

Anacleto não mais pode contrair novas nupcias, porque ainda havia muita gente que, pelo sim e pelo não, admitia a possibilidade do caso e sua verosimilhança.

— CEARÁ-MIRIM, ou mais especialmente Extremos, a velha vila da margem da Central, trás-nos também o seu belo quinhão de lendas e tradições.

As mais curiosas são: a do “Carro caído”, a das “Cobras da Lagôa” e a do “Tesouro dos Jesuitas”.

A lenda do “Carro Caído” é mui graciosa e, em parte, é verosimel.

Nos começos do aldeamento do Grajerú, nome primitivo do nucleo colonial dos jesuitas, estava em construção a Igreja da Aldeia e vinha de Natal, num carro puchado a parelhas de bois mansos, o sino para a referida Ermida. A certa altura do caminho, noite alta, o carreiro adormeceu sobre a mêsá do carro e, chegando a bifurcação das estradas, a que segue para a aldeia e a que devia encaminhar-se para o sertão, os bois, sem direção, sentiram sêde e, á proximidade da agua da Lagôa, tomaram esse destino. Aí, o carro impedido por força da gravidade, precipitou-se pela ladeira íngreme, num dos socavões da Lagôa, desaparecendo no abismo das aguas, com o carreiro, o carro, os proprios bois e o sino.

Nunca mais se soube do destino do carro e da sua carga.

Mas, dizem que, na noite de Natal, ou na “Noite de Festa,” quem passa por ali, na calada da madrugada, escuta, de sob as aguas tranquilas, na ladeira do “carro caído”, o *chiado* monotono do carro, a vós do carreiro e o repique do sino submergido, da lenda secular.

— Outra lenda bem aceita é a das “cobras da Lagôa”.

Acreditava-se que, dentro da Lagôa do Grajerú, havia dois monstruosos anfíbios, que devoravam as crianças (curumins), filhos dos índios aldeados pelos jesuitas.

Alarmados com o desaparecimento de seus filhos, vês por outra, foram os indígenas suplicar ao missionario que benzesse a Lagôa e extinguisse os monstros devoradores das crianças. Assim se fêz.

No dia seguinte, uma das enormes serpentes appareceu morta, á beira da Lagôa; a outra, deixando a Lagôa, arrastou-se até á porta da Igreja e tal era o seu tamanho, que, pondo a ponta da cauda na porta principal, rodeou exteriormente a Ermida e veio ajustar a cabeça no mesmo lugar, onde deixára a cauda. E, aí morreu a grande cobra.

Mas, acabou-se tambem o flagelo dos curumins...

E o “Tesouro dos Jesuitas” é outra criação lendaria, que muito tem dado que falar e pesquisar.

Consta que havia, no Convento dos Jesuitas, uma galeria, que communicava com a Lagôa e no labirinto da qual estava depositado o “Tesouro dos Jesuitas”, constante de onse estatuas dos apóstolos, de ouro massiço, ali deixados pelos padres missionarios, em consequencia da fuga, á perseguição do Marquês de Pombal.

Diversas pessoas ali residentes teem sonhado com o tesouro e até outros de varios logares deste e de outros Estados.

Ha mais de trinta anos, uma criança da familia dos Honorios, ali domiciliados, sonhou insistentemente com o tesouro, e, com a familia, verificou os pontos indicados no sonho, que foram encontrados e bem assinalados.

Começaram então a cavar e a pesquisar a galeria, que é uma vasta abobada de cerca de um me-

tro e meio de altura, atulhada de terra de diferentes cores e matises.

Ha, aqui, no Instituto Historico, uma garrafa lastreada dessa terra, e colhida pelo tenente Aristoteles Costa, quando era ali delegado de policia, em 1913.

Teem sido feitas muitas escavações, em varias épocas, umas com muita animação, outras bem desanimadas. O fato é que a galeria existe e tem tantos ramaes que não se podem identificar.

Embalde os exploradores se cançam e gastam, em busca do sonhado “Tesouro dos Jesuitas”. Mas, a pobre Igreja é que tem sofrido os agravos e consequencias das excavações, a ponto de se ter arruinado completamente.

Uma outra Igreja, mais ampla e mais moderna, ali existe, por construção dos padres da Sagrada Familia.

Nada tem podido, contra a ganancia dos exploradores, o zêlo das autoridades episcopaes... Mas, o “tesouro” é um mero sonho mal sonhado...

— De Goianinha, vêm-nos á lembrança a tradição concernente á Padroeira dos Jundiás.

Dizem que é miraculoso o culto de Nossa Senhora dos Praseres, que, em épocas afastadas do seculo 17^o, foi encontrada, sobre um tronco de carnaubeira, a qual foi reconhecida como a santa dessa invocação.

A noticia divulgou-se e interessou vivamente a população circunvisinha, que deveria ser escassa, todavia. Todos se apressaram em levar á Santa o seu filial amor, trasladando-a para um altar, provisoriamente edificado, em logar proximo á Lagôa da Batalha, onde pretendiam erigir a Capela.

Assim feito e colocada a imagem no seu altar,

foram, no dia seguinte, surpreendidos os catolicos com o desaparecimento inexplicavel da Imagem, que fôra novamente vista sobre o tronco da carnaubeira, de onde havia sido trasladada.

Tornaram a trasê-la ao nicho, pondo-lhe guardas, na suposição de um *engano*, ou de um gaiato, ou terceiro malévolo.

Maior foi ainda a surprêsa quando verificaram que a imagem retornára ao seu primitivo lugar.

Então, todos compreenderam que era ali mesmo que a Santa desejava permanecer, e por isso, trataram de construir outro altar, ou nicho, no mesmo lugar da Carnaubeira, o qual veio a ser, mais tarde, a Capela e, depois, a Matriz atual.

— Na Macaíba, ha tambem as tradições e lendas, que se não são verdadeiras, são bem provaveis, como diriam os italianos.

a) A matança de Uruassú é a pagina mais emocionante da tradição local.

A 3 de outubro de 1645, foram levados para aquele lugar, situado á margem esquerda do Rio Jundiáí, varias pessoas gradas desta Capital, inclusive o vigario Ambrosio Francisco Ferro, João Lostau de Navarra, Antonio Vilela Cid, Antonio Vilela Cid Junior, Francisco de Bastos, Diogo Pereira e outros, que se haviam refugiado no Forte "Van Keulen", após os morticinios do Cunhaú, a 16 de julho do mesmo ano.

De ordem de João Bulestraten, membro do Supremo Conselho Holandês, em Pernambuco, e, nesse mesmo dia, esses infelizes refugiados, despidos, de joelhos, foram massacrados barbaramente ao mando de Jacó Rabbi, que figurára tambem no massacre de Cunhaú. Matias Moreira morreu, por lhe tirarem o coração, pelas costas, dando gritos:

“Louvado seja o SS. Sacramento”, Antonio Baracho, amarrado a uma arvore, cortando-se-lhe a lingua e queimando-o com ferro em brasa, o Vigario Ferro, a quem fiseram “tais anatomias” que os narradores “teem pejo de descreve-las”, á esposa de Manoel Rodrigues de Moura, cortando-lhe os pés e as mãos e deixando-a ainda viva.

A matança foi presenciada por dois homens, que se esconderam no mato e puderam vêr bem as atrocidades, que as palavras não podem elucidar, mas, acarretaram o eterno opróbio contra os responsáveis por ela, e que foram, mais tarde, vítimas da propria hediondês.

— Finalmente, de Port’Alegre, ha aquella tristissima tradição de Cantofa e Jandí, tão bem narrada por Nonato Mota, nosso saudoso consócio do Apodí e emerito covoqueiro daquelas lendas e tradições do oéste potiguar.

Ei-la: Tinha-se dado a cruenta cena de sangue entre os indios e os moradores brancos de Portalegre (1825).

Essa luta se prendia a “questões de terras”, que, concedidas na “legua dos indios”, iam sendo apropriadas pelos brancos. Os indios reagiram; muitos prêsos; vieram os outros, arrebutaram as portas da cadeia e puseram em liberdade as vitimas. Houve combates, morreram varios indios e brancos; mas, ficou o rancor, o desejo de vingança. Inculcavam como inspiradora da reação a velha india Cantofa, que disiam feiticeira.

Os indios revoltados fugiram para os Cariris.

Cantofa e sua néta Jandi estavam ocultas nas grutas da Serra do Regente, ou de Portalegre.

Velha e alquebrada pelos anos, sentindo-se doente, a feiticeira aguardava que serenasse a íra do povo para seguir em busca dos seus parentes; a néta

Jandi, perseguida pela fome, procurava alimentos nas roças e colhia cajús, nos sitios alheios.

Em certo dia, foi vista pelo dono de um sitio, que, cautelosamente, seguiu-a até o seu esconderijo.

A noticia do paradeiro de Cantofa divulgou-se com facilidade e o povo, ainda irado, foi procura-la.

Sob frondoso cajueiro, a velha dormia á sesta, quando foi despertada pelo povo em alvoroço.

Abriu o oratorio tósco, ajoelhou-se aos pés do Cristo Crucificado e começou a resar o officio de Nossa Senhora.

Jandi, debulhada em lagrimas, pedia aos amotinados perdão para sua avó. Um dos algôses, supondo que o pranto de Jandi e a resa da velha poderiam comover e obstar os instintos sanguinarios da turba, aproximou-se da velha.

Ela resava a columna:

“Deus vos salve, Relógio
Que andando atrasado,
Serviu de sinal...”

foi-lhe cravado um punhal no peito e caiu fulminada e lavada em sangue.

A néta Jandi caiu tambem desmaiada aos pés de sua avó.

No dia seguinte, Cantófa foi sepultada no mesmo logar, onde fôra assassinada.

Jandi nunca mais foi vista nem encontrada e não se sabe do seu destino: desapareceu completamente.

Mas, contavam os antigos que, durante muitos anos, aquele logar ficou mal assombrado.

Todas as pessoas que, dali se aproximam, per-

cebiam, na solidão da mata, as colunas do Ofício de Nossa Senhora, especialmente, aquela que diz:

“Deus vos salve, Relógio..”

É uma tradição, parecida com a verdade, que daria até um librêto de ópera, mas, espera o inspi-rado compositor, afim de tradusi-la em vóses imor-taes...

IV — Eis aí, minhas senhoras e meus senhores, o que pude conseguir para oferecer-vos, nesta noite de gála da vida do Instituto Historico.

Se não vos agradou a narração das nossas lendas e tradições, que a memoria do povo guarda avaramente, como um apanágio de suas virtudes e de suas recordações, perdidas umas na bruma do esquecimento, outras ainda alentadas pela pertinácia dos mais arraigados a elas, poupai-me, entretanto, da vossa reprimenda, ou da vossa desaprovação, porque eu quiz apenas entreter-vos alguns minutos, com o repasto das tradições e das lendas, que se não devem destruir, porque elas “são a propria essencia da nacionalidade”, como dizia Gustave Le Bon.

Confio em que não me reprovareis a intenção de servir-vos, e ao nosso Instituto, que, amanhã, completa o seu cincoentenario glorioso, em meio de expansões cordeaes e ternas da sua alegria e do seu justo jubilo.

Mas, de resto, guardemos essas tradições, bôas ou más, belas ou horriveis, porque, com elas, guardaremos a “*alma viva da nação potiguar*”, berço dos nossos maiores, tumulo que ha de ser de todos nós, que nos arrastamos, nesta hora, de incertêsas e de confusões, em busca do Porvir.

Como decorreu a celebração do 1º ciocoenteoario do Instituto Historico e Geografico

Realisaram-se, conforme havia sido programado, as solenidades culturaes em comemoração da passagem do 1º cincoentenario da fundação do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte.

Toda a sociedade natalense demonstrou por atos e palavras o apreço e o contentamento pela feliz efemeride, que consagrou, mais uma vês, o venerando sodalicio no conceito da imprensa e das outras associações, que constituem o patrimonio intelectual da nossa terra.

O Governo do Estado, por ato expresso, solidarisou-se com as festividades civicas do cincoentenario, tomando parte direta nas celebrações e dando todo o apoio aos atos respectivos.

A "Semana da Cultura Potiguar", que se realizou de 23 a 29 de março de 1952, constituiu um belo efeito comemorativo, porque nela foram explanados assuntos de palpitante interesse cultural, que atraiu á séde do Instituto figuras marcantes do nosso meio intelectual.

Tomaram parte nesse importante conclave: Dia 23, abertura da Semana, o nosso Presidente, dr. Nestor Lima, que falou sobre o "Jubileu de Ouro do Instituto", dia 24, capitão de fragata Raul de Valença Camara, "Aspetos Geo-politicos do Rio Grande do Norte, dia 25, Dr. Juvenal Lamartine de Faria, "Aspetos Economicos do Rio Grande do Norte", dia 26, Monsenhor Paulo Heroncio de Melo, "Ação dos

jesuitas na fundação do Rio Grande do Norte”, dia 27, Manoel Rodrigues de Melo, “Um patriarca do Seridó”, dia 28, Nestor Lima, “Algumas lendas e tradições potiguares”, e dia 29, na sessão solene do cinquentenario, o dr. Camara Cascudo, orador official, que pronunciou vibrante e erudito discurso, sem titulo, sobre a obra construtiva dos Institutos Historicos no Brasil, quando foram encerradas as festividades.

Falou tambem na sessão de encerramento, a 29 de março, o ilustrado dr. Americo de Oliveira Costa, secretario geral do Estado, em nome do Governo, o qual produziu uma peça brilhante a respeito da cultura historica do Estado.

Ainda fizeram-se ouvir, pela “Casa de Euclides da Cunha”, Manoel Rodrigues de Mélo, pelo Clero Norte-Rio-Grandense, Mons. Paulo Heroncio, e dr. Edgar Barbosa, pela Academia de Letras, em belas e elegantes alocuções.

Na manhã de 29 de março, S. Exa. Revdma. Sr. D. Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, então bispo e hoje Arcebispo de Natal, celebrou missa *actiarum gratiæ* na Cathedral de N. S. da Apresentação, proferindo nessa ocasião, ao Evangelho, o belo discurso que vai publicado noutra seção, bem como as conferencias que foram ouvidas durante a “Semana da Cultura”, e que completam estas notas, com exceção das do Comte. Raul Camara, já inserta no nº do Cinquentenario, Vols. XLVIII-XLIX, 1951-1952, pags. 229-245 e do dr. Luiz da Camara Cascudo. que não a escreveu e cujo resumo consta da ata que será publicada adeante.

O Instituto Historico manifesta nesse momento a sua imperecivel gratidão a todos quantos socios ou extranhos concorreram para o brilho e imponencia das solenidades comemorativas do seu 1º cinquentenario de fundação.

CRONICA

O INSTITUTO HISTORICO

O Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte acaba de comemorar os primeiros cinquenta anos da sua existencia. É um reduto de homens illustres que pelo tempo afóra vem relembando um dos passos do inesquecivel conterraneo Alberto Maranhão nos periodos em que nos governou. A sua formação inicial teve materia prima da melhor qualidade com o mesmo prosseguimento no futuro — vinte e seis estudiosos da historia, sobretudo da nossa historia regional, reunindo-se a 29 de março de 1902 na Biblioteca do Estado, que funcionava no Ateneu, aliaram-se definitivamente no compromisso de manter viva e produtiva a nova colmeia.

* * *

Hoje, a vida do Instituto Historico está assinalada por uma brilhante e ininterrupta atuação, acolhendo e estimulando outras instituições nascentes que se servem da sua séde. Possui uma volumosa serie de publicações periodicas. Os volumes da sua Revista, que tiveram começo, logo após a fundação, constituem documentario preciosissimo do que se tem passado no Rio Grande do Norte. Fatos da sua historia politica, passagens da sua vida social, estudos de individualidade vinculadas à terra nas lutas contra invasores, a contribuição ao conhecimento do trabalho intelectual, sobretudo das nossas atividades jornalisticas e assuntos outros da maxima importancia no acervo das fatigantes pesquisas documentais — as paginas da Revista do Insti-

tuto guardam como alicerces para novos empreendimentos.

* * *

Nestor Lima, presidente ha vinte e cinco anos desse respeitavel sodalicio, comemorou condignamente com os seus companheiros o fecho do vasto periodo das atividades do Instituto. E fê-lo com um programa que foi uma continuidade à obra lieeraria e historica que fortalece cada vez mais o seu ambiente cultural. Deixo aqui as minhas homenagens aos eminentes historiadores Augusto Tavares de Lira, Eloi de Souza, desembargador João Batista de Siqueira e Antonio de Souza, fundadores dêsse nucleo de trabalho, cuja utilidade deveria, ao fim deste meio seculo, ser mais reconhecida pelo Estado, ajudando-a na sua função social e organica como melhor deveria e poderia faze-lo.

"Diario Natal", 31-3-52.

Danilo

MISCELÂNEA

José M. D. Castelo Branco

(Socio correspondente)

I

Tendo publicado na edição desta Revista referente aos anos de 1951-1952, artigos intitulados — “A Republica no Rio Grande do Norte” e “O assassinio do presidente Ribeiro”, e, havendo colhido mais alguns informes sobre esses assuntos, venho trazer-los á publicidade, para que melhor se possa aprecia-los.

Como o dr. Joaquim Teodoro Cisneiros de Albuquerque houvesse sido o paladino da propaganda republicana na então provincia, no quinquenio de 1870 a 1875, procurei saber o que havia a respeito de sua pessoa.

Era bacharel em ciencias juridicas e sociais, formado, provavelmente, pela Faculdade de Direito do Recife, figurando na lista apresentada por Clovis Bevilaqua, sem o cognome “Cisneiros”, do ano de 1857, que o apontava como natural de Pernambuco. (Historia da Faculdade de Direito do Recife, vo. I, 24).

Já em 1859, dizia o presidente A. M. Nunes Gonçalves, ter sido Cisneiros nomeado juiz municipal de Natal (Relatorio de 4, out. 1859, 6), o que parece engano, pois, o RIO GRANDE DO NORTE, de 21, abril, 1861, pg. 2, o dava como juiz municipal do termo do Cearamirim; e a 23, sete, 1863, o mencionado Cisneiros de Albuquerque participava

ao secretario do governo provincial, haver deixado o exercicio do cargo de juiz municipal e de orfãos do termo de Cearámirim, por ter findado o seu quadriennio (CORREIO NATALENSE, de 3, out., 1863; "Parte Oficial"); correspondente justamente aos quatro anos iniciados em 1859.

Renomeado para ocupar identico cargo no termo referido, foi julgado sem efeito o respectivo decreto. (O PROGRESSISTA, de 7, set., 1864; Carta do Rio de Janeiro).

Passou a advogar; tendo desempenhado a função de secretário do governo provincial (administração Olinto Meira) desde janeiro de 1866, permanecendo, ao que parece, ainda interinamente, na do presidente Luis Barbosa da Silva, em cujo período foi efetivado por carta imperial de 17, agosto, 1866 — "desempenhando satisfatoriamente o cargo devido às suas luzes, intelligência e elevadas qualidades". (Relatório do presidente Barbosa da Silva, de 1 out., 1866, 3 a 8, e 20).

Foi também secretario da presidência Gustavo Adolfo de Sá, subscrevendo várias leis no ano de 1868. (Coleção de Leis do Rio Grande do Norte, 1868, 4 a 61).

É provável que houvesse ocupado outras funções, exercendo sempre a advocacia, que ainda em 1875, praticava (O LIBERAL, de 9, jul., 1875, 2 a 4).

Mais tarde transferiu-se para a provincia de Minas Gerais, na qual chegou a exercer as funções de juiz de direito de varias comarcas, como as de Abre Campo, Alto Rio Doce, Palma e S. Paulo de Muriahé, sendo a última de segunda entrancia, devendo ter servido numa outra antes de chegar em Abre Campo, uma vez que, nomeado para esta por decreto de 22 de fevereiro e tomado posse a 18 de junho de 1892, já contava a 31 de dezembro desse ano, 2 anos, 4 meses e 6 dias de exercicio (RELA-

TORIOS DO SECRETARIO do Interior do Estado de Minas Gerais, de 1894, 1902, 1913, bem como Relats. do Trib. da Relação anexas aos mesmos, ps. 44, 48, 85, 56-7, respectivamente).

Não tendo encontrado os Relatorios do Secretario referentes aos anos de 1914 a 1917, recorri ao desembargador Arnaldo Moura, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas, o qual não encontrando dados seguros no arquivo do Tribunal, pediu-os à Secretaria do Interior, que adiantou haver o doutor Cysneiros falecido como juiz de direito de Muriaé a 18 de janeiro de 1914.

Segundo informações dos desembargadores José Cantidio de Freitas, Sebastião de Souza e Arnaldo de Moura (por intermédio deste), Cysneiros foi muito conceituado na região da Mata, pelo que deixou um dos seus apelidos — CYSNEIROS — num dos distritos da comarca de Palma, o qual também fixou-se numa estação da E. F. Leopoldina, na mesma zona. (A MATTA (jornal de Palma, Minas) de 26, dez., 1909; e GUIA LEVI (E. F. Brasileiras), 1946, p. 93).

* * *

Relativamente à ação do nosso conterraneo José Leão Ferreira Souto no Rio de Janeiro, encontrei dois números de revista POTIGUARANIA, mensario e “Orgam do Centro Republicano Potiguaranense composto de filhos do Rio Grande do Norte”, saindo o primeiro número em julho e o segundo em agosto de 1888. No verso da primeira capa, lia-se: Comissão Executiva — Presidente José Leão, Secretário A. Raphael e Tesoureiro Hermes Cavalcanti; ficando a redação e tesouraria na rua Sete de Setembro, 81.

No primeiro artigo intitulado POTIGUARANIA, defendia êste nome, lembrado por Cândido Mendes no “Atlas do Imperio do Brasil” e achava que na futura republica, o Rio Grande do Norte perderia

esta denominação para adotar a proposta. Dizia ter sido a Potiguarania a primeira terra sul-americana descoberta por europeus e se isto não bastasse para salientá-la na historia, o facto de ser patria de D. Felipe Camarão e do padre Miguelinho, a torna desejada dos que ambicionam ter um berço igual ao desses illustres varões; acrescentando que esta publicação tinha “por fim estudar as necessidades materiais da provincia, discutir as questões relativas ao seu território, esclarecendo os problemas politicos, discutindo as formas de governo e proclamando a eficacia da Republica”. “É um órgão de propaganda que tem sua razão de ser na fundação do Centro Republicano Potiguarense creado na côrte a 21 de abril findo, aniversario da morte de Tiradentes, com os intuitos acima e no firme proposito de reunir e congregar os elementos favoráveis a essa mudança de governo e levando ao seio das camadas sociaes a solução racional do problema politico que mais nos convém como povo americano” (pgs. 1 e 2).

No artigo que se segue, denominado “PROCLAMAÇÃO”, trata da extinção da escravatura, movimentos politicos de 1817, 1822 e 1824, na provincia, e da republica, creando-se para realizar-se esta, clubes e centros de propaganda, reformas sociais, etc. (pgs. 3 a 11); referindo-se um terceiro artigo a “Questão de Limites”, em virtude de ter aparecido no ano anterior, na Câmara dos Deputados, uma representação dos moradores de Areias do Ceará sôbre limites com Mossoró do Rio Grande do Norte, pelo que o CLUB NORTERIOGRANDENSE nomeou êste ano, uma comissão composta dos cidadãos José Leão, relator, Antonio Rafael e Hermes Cavalcanti, para estudar o caso e levar ao conhecimento da dita Câmara, o resultado desses estudos (pg. 12). Em seguida, vê-se a representação dirigida pelo dito clube aos Representantes da Nação Brasileira, datada de

16 de junho de 1888, e assinada por M. A. Galvão, presidente; José Leão Ferreira Souto, 1º secretário; Alfredo Duarte Ribeiro, 2º secretário; e Manoel Francisco da Trindade, tesoureiro (pgs. 14 a 16).

O segundo número ainda se dizia “Orgam do Centro Republicano Potiguaranense”, atacando no artigo intitulado “Nobreza Caricata” os titulares do império, o clero e a princeza que dirigia os negócios públicos, terminando com a frase: “Guerra ao terceiro reinado”. (pgs. 17 a 19); seguindo-se a “Lei Organica do Partido Republicano Brasileiro”, assinada por Saldanha Marinho (presidente), Quintino Bocayuva v. pr.), Aristides Lobo (secret.) Campos Salles e Ubaldino do Amaral, datado de 2 de julho de 1888 (pgs. 20/21).

Mais adiante, encerrava artigos denominados “Pronunciamento Republicano” (pgs. 26/28), “Reinado de Saia” (pgs. 29/30) e “De torna viagem” (pg. 32), em que combatia o terceiro reinado; falava no entusiasmo que havia pela republica; e na volta do imperador, que viajava a pretexto de curar afeções incognitas, mas, na verdade, por incapacidade de governar; estando sua filha com mania artistica e religiosa; somente podendo salvar o pais — a Republica.

II

Como o assassinato de Antonio José Leite do Pinho se relaciona com a morte de André de Albuquerque, chefe do movimento republicano de 1817, no Rio Grande do Norte, transcrevo em seguida a noticia publicada a êste respeito pelo Jornal do Comercio (Côrte).

“Na noite de 14 do corrente mês, cerca das 7 horas, estando o tenente coronel da segunda linha, Antonio José Leite de Pinho, brasileiro adotivo, casado, estabelecido nesta cidade, homem pacifico,

amante da boa ordem, bom pai e esposo, assentado à porta de Joaquim Inacio Pereira, seu genro, conversando com diversas pessoas, apresentaram-se dous assassinos armados, e agarrando-o, derão-lhe dez facadas, entre as quais duas mortais, uma junto ao embigo (lado direito) e a outra em cima do peito esquerdo, atravessando-o, e onde ficou cravada a faca. Feito isso, sairão os assassinos á vontade como se estivessem passeiando e, não obstante ajuntar um grande número de pessoas que os seguirão, nem uma só atreveu-se a aproximar-se deles, até que os deixarão. Hoje pelas dez horas do dia, deu a alma a Deus.

Quando soubermos os motivos ocasionadores da catastrophe, os transcreveremos para intelligência dos nossos leitores". (Edição de 23, abril, 1834, 2;— "INTERIOR" — "Rio Grande do Norte, Cidade do Natal, 15 de março: (transcrito do "Natalense").

Nada mais encontrei sobre o caso nesse jornal.

III

O ASSASSINIO DO PRESIDENTE RIBEIRO

Francisco Gomes de Albuquerque e Silva, velho cronista de Natal, conhecido por "Chico Bilro" fornecêra há tempos, ao dr. Marciano Alves Freire, nosso conterraneo, atualmente, residente no Rio de Janeiro, umas notas sobre êsse atentado, que reproduzo na integra, conforme forneceu-me o referido Marciano. Ei-las:

"Em uma roda de politicos, onde estavam Estevão Moura (Estevão José Barbosa de Moura), Joaquim Romão Seabra de Melo, professor José Nicacio da Silva — professor de Latim e cêgo de uma vista — e outros".

“Comentavam eles a vida de Parrudo que era um libidinoso — tendo Estevão Moura dito: — “No dia em que êsse canalha bolir com uma mulher ou a filha de um homem, êle morre”.

“Joaquim Romão foi contar ao Parrudo a conversa em que tomara parte”.

“Parrudo chamou Estevão José Barbosa de Moura — coronel de milicias e senhor do Engenho Ferreira Torto — por officio”. Estevão Moura chegando ao Palacio, Parrudo deu-lhe uns arrancos, arrancou-lhe os botões do dolman e disse-lhe: “Você andou se importando com a minha vida particular”.

“Chegando em casa e contando o ocorrido a sua mulher — D. Maria Rosa — ela indignou-se e pediu-lhe para trocar as suas calças pela saia dela. Disse-lhe: “*Monte a cavallo e vá se esconder no Assú e só apareça quando souber que Manoel Ribeiro da Silva é morto*”.

“Ela escreveu a um compadre e parente, coronel João de Oliveira Mendes, residente na serra do Pires, hoje São Bento, municipio de Sto. Antonio, participando o ocorrido.

“E a resposta foi esta:

“*Comadre descance que êste Presidente não há de ser mais homem para ofender a outro*”.

“E no dia 11 de abril de 1838, em uma quarta feira de trevas segundo reza a tradição, pelas 5 horas da tarde, foi assassinado no sitio Passagem de Braz Alves, de propriedade do major Joaquim Francisco de Vasconcelos — conhecido por “Quinquim” — lá no Barro Vermelho, na altura do Baldo.

“Contam as cronicas que Parrudo ajoelhou-se perante os assassinos implorando misericordia e oferecendo dinheiro.

“Cipriano José Barata de Almeida — último e

intimo amigo de Parrudo admoestava-o muito da sua luxuria desenfreiada”.

“De uma certa vez, Parrudo desejando uma mulher, filha de Chico Eloy, foi enganado por esta, que passou pelo corpo roxo e cola para semelhar a lepra — o que lhe fez correr horrizado.

Essa noticia do coronel Estevão haver sido chamado a Palacio por Parrudo, é confirmada por alguns parentes de Estevão, que, aliás, narram o incidente por várias formas, inclusive, haver o presidente Lisboa pegado nas barbas de Estevão, fato que mais indignara a sua esposa.

No entanto, segundo procurei informar-me, o coronel Estevão não tinha barba, puxando nesse particular ao sangue caboclo que lhe corria nas veias, salvo se foi tomada na acepção de queixo”.

O JORNAL DO COMERCIO de 25 de maio de 1838, resumiu assim o fato: “No dia 11 de abril p. p., foi assassinado o dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, presidente da província do Rio Grande do Norte. Êste triste acontecimento nada tem de relativo com a politica (pg. 3).

Não lhe deu título e a colocou na parte final de duas notas referentes a assuntos inteiramente diversos.

Em seguida, traslado trechos dos discursos dos deputados Carneiro da Cunha, da Paraíba, e D. Manoel de Assis Mascarenhas, do Rio Grande do Norte, referentes ao mesmo atentado, indicando como fonte o JORNAL DO COMERCIO (Corte), que, nesse tempo, era quem publicava os atos do parlamen-

to; sendo os ANAIS deste, mais tarde organizados, com fundamento nessas publicações e outros documentos.

Em abril de 1843, o deputado pela Paraíba, Carneiro da Cunha, discursando, lembrou na Câmara Geral, o atentado contra Silva Lisboa, indagando do ministro do império, na sessão de 21 de abril, se ignorava que no Rio Grande do Norte se assassinara um presidente, quem eram os assassinos, se houve procedimento “e se saíram culpados alguns desses individuos que ainda hoje influem na administração da provincia”.

E acrescentava que era preciso que o ministro soubesse “que nenhum procedimento tinha havido, nem responsabilidade”.

D. Manoel de Assis Mascarenhas, presente, aparteu, dizendo não ser exato; ao que Carneiro da Cunha retrucou: “o governo imperial parece que deixou isto sem tomar energicamente as medidas necessárias para que fossem punidos; mas a desgraça não é só porque não forão punidos, é que o mais culpado está feito vice-presidente”. D. Manoel diz que isto é muito e é preciso prova-lo; ao que o orador acrescenta “que não só matarão o pobre presidente, como até insultarão a pobre mulher que veio morrer na Bahia, e o muito digno magistrado Ayres ainda está hoje sendo vitima, porque o governo nunca se lembrou de o empregar”.

Carneiro da Cunha acrescentava — “esses homens que desde 1817 entrarão a bolir, “ainda estão bolindo” e desejava saber se o ministro quer conservar o vice-presidente aludido, acto que êle orador não podia deixar de censurar, por morar perto do Rio Grande do Norte e saber de tudo quanto se passou a respeito. Journ. do Com., de 24, abril, 1843

“Camara dos Srs. Deputados”; ANAIS da Camara dos Deputados, 1843, T. II, pg. 855).

D. Manoel, na sessão de 29 de abril referido, diz que se reservou para responder a essas censuras, esclarecendo devidamente o assunto, quando lhe tocasse a vez de falar, o que se verifica, e aproveita para informar à Câmara sobre o horroroso crime a que alude o deputado pela Paraíba, e narra:

“Em abril de 1838 foi barbaramente assassinado o presidente da provincia do Rio Grande do Norte, em um lugar não mui distante da capital. Os diferentes vice-presidentes que estiverão à testa da administração da mesma provincia, antes de minha chegada, creio que mandarão proceder sobre o fato na forma da lei; procedeu-se a corpo de delicto, inquirirão-se testemunhas, mas, não houve pronuncia, provavelmente porque os depoimentos dellas não indicarão quem fôsse o autor de tão horrivel attentado. Sete mezes medirão entre aquelle assassinato e a minha chegada a provincia, a qual, teve lugar em novembro de 1838. Achei a provincia assaz agitada; os dous partidos que alli existião e existem ainda se guerreavão terrivelmente. Eu já tinha algumas informações sôbre o estado da provincia, antes que a ella chegasse; sabia que o assassinato do meu infeliz antecessor fôra filho de vinganças particulares; emfim convenci-me que todo o meu empenho devia consistir em promover uma conciliação entre os partidos, e procurar acalma-los. A justiça competia não descançar nos seus esforços para chegar ao conhecimento dos mandantes e mandatarios do assassinato do meu antecessor; e ao governo da provincia unicamente incumbia fazer efectiva a responsabilidade das autoridades que fossem negligentes ou omissas em cumprir os seus deveres. O crime não foi até agora punido, nem há pessoa alguma pronunciada. Tal é o estado desgraçado a que tem chegado o paíz. Venha mais esse horroroso cri-

me polluir as paginas da nossa historia judiciaria, e mostrar a fraqueza das nossas leis”.

Acrescentou que teve a felicidade de acalmar a irritação desses Partidos e por espaço de mais de dous anos viver com todos na maior harmonia; sendo êle orador eleito deputado, com pequena discrepancia. (Jorn. do Com., de 2, maio, 1843, “Camara dos srs. Deputados”; ANAIS e T., pgs. 1004 e 1005).

Voltando à tribuna na sessão de 22 de maio seguinte, explicou que logo que chegou à côrte a noticia do assassinato do sr. Manoel Ribeiro, o governo tratou de nomear um presidente para o Rio Grande do Norte, e estando êle D. Manoel nomeado para a provincia do Espirito Santo, foi removido para aquella: “Então me disse o ministro do imperio, que era o senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, que não tivesse o menor susto, que aquelle assassinato fôra filho de vinganças particulares, que emfim esperava que na gestão do meu emprego eu me conduzisse de modo tal. que correspondesse às vistas do governo imperial”. (Jorn. do Com., de 25, maio, 1843 — “Com. dos Srs. Deputados; ANAIS, cits., maio, T. I, pg. 318).

E aduz: “Gravissima censura fez o sr. deputado pela Paraíba ao gabinete transacto e ao actual por haver nomeado e este conservado na vice-presidencia do Rio Grande do Norte ao senhor Estevão José Barbosa de Moura, dizendo que ele tivera parte no assassinato do meu infeliz antecessor”; mas acrescenta que, o governo assim agiu, talvez, em consideração à eleição da assembleia provincial do Rio Grande do Norte, nomeando o mesmo “primeiro vice-presidente da provincia, o qual por três vezes tem administrado com satisfação dos seus habitantes, pois não me consta que contra elle se tenham dirigido queixas ao governo imperial; devendo o sr. deputado pela Paraíba ser mais pausado e circuns-

pecto quando neste augusto recinto proferir proposições taes como a camara ouvia”. (Jorn. e Secção, cits; ANAIS, T. e pg., cits).

O CONSTITUCIONAL NORTISTA (Natal) disse em 1852, que D. Manoel fôra “mandado ao Rio Grande do Norte para punir o crime e fazer triunfar a justiça; mas não deu um só passo que tivesse por fim o descobrimento da verdade” (Edição de 11, maio, 1852); e João Carlos Wanderley, redator do “Correio do Natal”, numa breve resposta ao deputado Amaro Cavalcanti, fala nas mortes dos presidentes Ribeiro e Neves, e esclarece quanto ao atentado contra o primeiro: “O assassinato do infeliz presidente Ribeiro, sendo um facto real, é sabido em toda a provincia que, motivos particulares de honra, que não politicos, é que lhe dêrão lugar”. Quando êste acontecimento se deo nesta capital em abril de 1838, achava-me eu a esse tempo na cidade do Assú gozando trez mezes de licença que havia sido concedido pelo infeliz Ribeiro, de quem era então secretario, e que sempre me tratou com a maior distincção e particular amizade”. (Corr. do Natal, de 20, junho, 1879).

Êsse jornal, na edição de 30, set., do mesmo ano, confirma êste depoimento, dizendo que o referido assassinato foi: “por motivos completamente estranhos a questões politicas, como é geralmente sabido” (pg. 1).

O deputado O. C. Raposo da Camara, defendendo o presidente da provincia do Rio Grande do Norte, dr. José Joaquim da Cunha, de acusações feitas pelo deputado Amaro C. Bezerra Cavalcanti, disse, na sessão de 16 de julho de 1853, que, constando ao presidente da provincia que, no distrito de São Bento, havia vários criminosos de morte, entre

os quais um dos que cravarão o punhal no peito do ex-presidente Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, e que também tomara parte nos assassinatos dos guardas da cadeia de Goianinha, para dali arrancar presos de 1850, assim como o assassinio do capitão João Alves Viana, mandou o chefe do governo provincial, usando de sagacidade e tino, que se tomasse as providencias necessarias para efetivação dessas prisões, afim de não falharem as diligências, como malograram as adotadas pelo presidente Neves que, também os pretendeu prender, uma vez que os criminosos tinham protetores no lugar, sendo que um destes era a “pessoa mais influente no distrito de São Bento”.

E continuava: Num bom dia, quando não esperavam, foram cercados e presos os dois acusados, bem como 3 filhos do primeiro: 2 suspeitos de cumplicidade e o terceiro destinado ao recrutamento. Durante a condução para a capital (ANAIS da Cam. dos Deputados, 1853, T. III, fls. 236), evadiu-se um dos criminosos, chegando a Natal, apenas, seus três filhos, que, ouvidos pelo chefe de policia e verificada sua inocência, remeteu-os ao presidente, e êste reconhecendo isenção legal em todos, ordenou a sua liberdade (pg. 237).

O deputado Amaro Bezerra achava que essas prisões foram feitas por perseguição politica, evadindo-se um em caminho mediante a quantia de 300 mil reis. (ANAIS cits., T. IV, pg. 101).

Tobias Monteiro

Faleceu, no Rio, a 3 de agosto de 1952

A noticia do desaparecimento de Tobias Monteiro constituiu um gravissimo golpe á cultura e ao patrimonio historico do Brasil, do Rio Grande do Norte e, especialmente, do Instituto Historico, de que se tornou em vida grande benemerito.

A repercussão desse acontecimento foi notavel e os mais reputados escritores dedicaram-lhe á memoria as mais sentidas e comoventes rememorações.

Na Camara dos Deputados, José Augusto, na Imprensa, Mosart Monteiro e Barbosa Lima Sobrinho, e nos jornaes do Rio e desta Capital, outros publicaram brilhantes elogios ao Grande Morto, os quaes trasladamos para esta *Revista*:

No *Diario de Natal*, edição de 5 de agosto, Nestor Lima publicou:

“A 3 do mês corrente, finou-se, no Rio de Janeiro, Tobias do Rego Monteiro, nosso conterraneo e notavel escritor.

O emerito historiografico faleceu aos 86 anos de idade, pois nascêra a 29 de julho de 1866, nesta capital, na casa em frente à Igreja do Rosario, que ainda existe.

Foram seus pais Jesuino Rodolfo do Rego Monteiro e D. Maria Inacia do Rego Monteiro, por sua

vês, filha do coronel João Crisostomo de Oliveira, muito conhecido nesta capital.

Teve irmãos ilustres, como o desembargador Zacarias Monteiro, general Francisco Monteiro, coronel Gaspar do Rego Monteiro, major João Batista do Rego Monteiro e Gonçalo do Rego Monteiro, unico que lhe sobrevive e móra na Capital Federal.

O ilustre homem, ora desaparecido, era solteiro e gosava do mais alto conceito nos cisculos intellectuais no Rio e no resto do Brasil.

Ouví, certa vês, de Aluisio de Castro, que ele precisava fazer parte da Academia Brasileira de Letras, mas ele se excusava delicadamente.

Desde moço, aqui no Natal, onde se criou, demonstrou acentuado pendor para as letras e, mais tarde, já no outono da vida, consagrou-se brilhantemente ao cultivo das letras historicas, deixando verdadeiros monumentos no seu trabalho “Da elaboração da Independencia”, “Historia do Brasil”, 1º e 2º Reinados, e outros, que lhe grandearam a fama de uma das maiores autoridades nesse setor das letras nacionais.

Jornalista de pulso firme, fês parte da redação do “Jornal do Comercio”, durante os ultimos anos da Monarquia e os primeiros da Republica, e, como tal, atingiu altissimo grau de cultura, impondo-se aos proceres do regime, que o fiseram auxiliar do gabinete de Rui Barbosa, primeiro Ministro da Fazienda, na fundação da democracia.

Acompanhou, como jornalista, o sr. Campos Sales, à Europa, publicando, em seguida, um belo trabalho a respeito.

Publicou tambem “Funcionarios e Doutores”, uma vibrante sátira acerca das duas classes sociais em epigrafe.

Foi abolicionista e republicano historico de ele-

vada fibra combatente, tendo tomado parte ativa na politica republicana, após o advento do novo regimen, em 1889.

Em 1884, ainda jovem, fundou em Natal uma associação para propugnar pela libertação dos escravos. A Assembleia Provincial concedeu-lhe uma subvenção para facilitar-lhe os estudos de medicina, no Rio, não tendo ele passado do 4º ano, por ter entrado nas atividades do jornalismo e da politica.

Adquiriu regular fortuna, que sabia administrar com todo o zêlo e descortino.

Em 1920, foi eleito senador da Republica, por influencia do Presidente Epitacio Pessoa, de quem fôra amigo, desde a mocidade, tendo-o indicado em 1898 para Ministro da Justiça ao presidente Campos Sales (1898-1902).

No Senado Federal, deixou traços do seu talento e da sua capacidade, tendo tomado parte ativa nos seus trabalhos, elaborado projetos importantes e relatado assuntos de relevante valor social. Deixou o Senado em 1923.

Ultimamente, Tobias havia dedicado todos os seus esforços, na elaboração na vasta obra historica, que conseguiu publicar, e em virtude dos quais esgotou as suas energias, para cair em decadencia mental, durante varios anos.

Não o surpreendeu a morte, porque ele já se achava na eterna noite da inconsciencia, quando a vida se lhe escapou do organismo muito combalido.

Entretanto, Tobias Monteiro deixa um vacuo imenso da vida mental do país, especialmente do Rio Grande do Norte, a cujos destinos nunca foi indifferente, ao contrario, profundamente interessado, como demonstrava nos seus gestos de amparo e assistencia a todas as obras que o solicitavam, especialmente ao Instituto Historico e Geografico de que

era SOCIO BENEMERITO, em vista dos muitos e valiosos auxilios que lhe prestou, na parte da sua Biblioteca, que tem secção propria com o seu nome illustre.

A perda, que ora experimenta o Estado, é das mais sensiveis e merece um registro especial, dada a benemerencia do grande Morto, que os conterraneos devem homenagear e carpir cordealmente”.

A “Tribuna da Imprensa” do Rio, edição de 4 agosto 1952, inseriu:

“A Literatura e a vida politica brasileira perderam, às 19,15 de ontem, uma de suas figuras mais venerandas e illustres, o historiador Tobias Monteiro, que desapareceu aos 86 anos de idade, depois de uma vida dedicada tanto ao estudo do nosso passado histórico e social quanto á participação direta nos problemas politicos do pais.

FOI UM GRANDE JORNALISTA

Tobias Monteiro nasceu em Natal, em 1866. Muito moço ainda veio para o Rio, onde se iniciou como reporter, e estudou por conta do Estado do Rio Grande do Norte.

No govêrno provisório da Republica, foi official de gabinete e secretário particular de Rui Barbosa, ministro da Fazenda, ao qual o ligava fraterno amizade, consolidada nos tempos da luta contra o regime imperial.

No govêrno de Floriano Peixoto, foi prêso e sofreu várias perseguições, em vista de sua amizade a Ruy.

De 1894 a 1902, como redator político do “Jornal do Comercio”, destacou-se como uma das maiores e mais combativas figuras da imprensa brasileira.

Cabia-lhe escrever as famosas “várias” do “Jornal do Comercio” que, naquele tempo, tinham o poder de derrubar ministérios.

Em vista de sua condição de jornalista profundamente empenhado no aperfeiçoamento dos costumes políticos brasileiros, mereceu a amizade dos presidentes Prudente de Moraes e Campos Sales.

Em companhia de Campos Sales, foi à Europa, na missão presidencial destinada ao solucionamento da questão das dividas externas brasileiras. Escreveu então “A viagem do Senhor Campos Sales”.

A VOLTA DE JOAQUIM NABUCO

O Brasil deve a Tobias Monteiro outra contribuição: foi êle um dos principais fatores para a volta de Joaquim Nabuco à vida pública, no tempo de Campos Sales. O autor de “Minha Formação”, que vivia longe da política, por seu sentimento de fidelidade à família imperial, concordou em aceitar e defender a questão da Guiãna.

HISTORIADOR

Em 1920, Tobias Monteiro foi senador pelo Rio Grande do Norte. Após dois anos de ativa participação parlamentar, resolveu renunciar ao seu mandato, dedicando-se completamente à vida intelectual.

Solteirão, vivendo em Petrópolis, numa bela casa com uma das maiores bibliotecas particulares brasileiras e um sem número de antiguidades, começou, então, a escrever uma serie de livros que figuram entre o que de melhor e de mais erudito possui a nossa historiografia, muito embora não tenha podido executar todo o plano de estudos que se traçara.

Suas obras principais são “A Elaboração da Independencia” e uma “História do Primeiro Reinado”, em 3 volumes, que é sua obra capital.

A intenção de Tobias Monteiro era escrever apenas uma "Historia do Senado do Império". Para realizar essa obra, foi-lhe necessário estudar os antecedentes históricos do Senado Imperial. Êsses estudos levaram-no, então, a elaborar a importante obra histórica que nos deixou, sem que lhe fôsse possível, entretanto, concretizar sua idéia inicial.

Seu conjunto de obra mereceu o Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira. Tobias Monteiro destinou a quantia do prêmio à Casa do Estudante do Brasil.

O ENTERRO

O enterro de Tobias Monteiro, cuja morte foi recebida com o maior pesar nos círculos políticos, sociais e culturais do país, realiza-se às 17 horas de hoje, saindo da Capela da Real Grandeza para o cemitério de S. João Batista".

No Centro Norte Riograndense, no Rio, o deputado José Augusto proferiu a brilhante conferência seguinte:

"O Rio Grande do Norte é do ponto de vista de recursos naturais, (pelo menos tendo-se em atenção os que atualmente são conhecidos e explorados) um dos Estados mais pobres do Brasil.

A sua economia repousa principalmente sobre o algodão e o sal, produtos da melhor qualidade, êste rivalizando com o melhor do mundo, que é o de Cadiz, e a êle até superior por mais rico em cloreto de sódio, e aquêle de fibra equivalente à do famoso algodão egipcio, longa, sedosa, resistente, mas em quantidade que não atinge 30 milhões de quilos anualmente.

As outras fontes de atividade prática mais utilizadas, e para as quais o solo potiguar é apto, são

os cereais e a pecuária, profunda e periodicamente prejudicados pelas longas estiagens, a cêra de canaúba, no Vale do Açu, o agave, a cana de açúcar, esta nos poucos e pequenos vales úmidos do litoral.

Acresce que seu território está situado na região mais sêca do Brasil, quase totalmente atingido pelo flagelo periódico e inexorável a destruir o muito pouco que o hercúleo esforço do homem consegue reunir e guardar.

Natal, a capital, do Estado, a cidade em que Tobias Monteiro nasceu e viveu a sua infância e a sua adolescência, é um dos recantos dêsse território mais desajudado da fortuna e de mais parques recuos naturais. Centro urbano sem agricultura, sem indústria, a população local vive de emprêgo publico, do comércio, um pouco da pesca e da colheita de um fruto silvestre, — a mangaba.

Natal é um pôrto, mas a população do Estado, em grande parte, pelo menos a de além Borborema, a do Seridó, se escôa por Campina Grande para a Paraíba e para o Recife, e a do oeste para Fortaleza, Areia Branca e Macau.

Natal, por isso, foi sempre, e ainda é, uma cidade de gente pobre, vivendo na maior simplicidade e modéstia.

A família de Tobias Monteiro, (os Rego Monteiro), era como tôdas as demais da cidade, desprovida de dinheiro e se conduzia modestamente, embora fôsse das de melhor condição social ali fixadas.

A vida de Natal, de população muito pequena, por volta de 1866, quando Tobias Monteiro nasceu, decorria monótona como em qualquer outra modesta *urbs* nordestina. apenas agitada, vez por outra, pelas brigas entre *Xarias* e *Canguleiros*, como eram chamados os habitantes dos dois bairros em que ela então se dividia, a Ribeira (onde ficavam os Can-

guleiros) e a cidade alta, (onde moravam os Xarias), brigas comuns, sobretudo nos encontros das procissões, por ocasião das festas religiosas.

A politica também por vêzes turvava a placidez do viver cotidiano, nas pugnas e disputas, entre os chefes de graduação na Província dos dois Partidos existentes, o Liberal com Amaro Bezerra, Moreira Brandão, Euclides Deocleciano de Albuquerque, José Bernardo, Antonio Basilio, e o Conservador, com F. Gomes da Silva, Bonifácio Câmara, Padre João Manuel, Tarquinio de Souza e outros mais.

O meio intelectual nenhum aspecto interessante podia oferecer. O maior estabelecimento de ensino secundário era o Ateneu Norte-Riograndense, acrescido de algumas rarissimas aulas particulares, sobressaindo a de latim, do Professor José Gothardo.

Jornais raros e periódicos; nenhum diário. Apenas um poeta: Lourival Açucena, a declamar os seus versos nas serenatas habituais.

Tobias revelou-se desde cedo um estudante de rara aplicação e participava com outros colegas também estudiosos, André da Rocha, Ribeiro Dantas, seu irmão Zacarias, todos três mais tarde, grandes magistrados fora do Estado, Moreira Brandão Filho, depois politico de prestigio em Minas Gerais, alguns outros, das associações literárias de vida precária que formavam, nas quais se ensaiavam para futuros vôos nos domínios da intelligência.

Concluidos os estudos secundários, ou preparatórios, como naquele tempo se chamavam os atuais cursos ginasiais e colegiais, e, após permanecer algum tempo na provincia por lhe faltarem recursos para a procura do bacharelado, transportou-se para o sul, como o fizeram muitos outros filhos do pequeno e pobre Estado nordestino.

Veio para a capital do Império, para a Côrte,

para o Rio de Janeiro, o que lhe foi facilitado por uma pensão que lhe foi atribuída pela Assembléia Legislativa da Província, por iniciativa do Presidente da mesma, José Bernardo de Medeiros, chefe liberal que tinha especial predileção pela inteligência de Tobias.

O seu destino era o curso superior, era o doutorado, era a Faculdade de Medicina, que passou a frequentar e cujos dois ou três primeiros anos iniciais transpôs com facilidade.

Por êsse tempo, as idéias liberais começavam a tomar vulto no país, e duas delas, a da abolição e da república, empolgavam os espiritos mais novos e os mais idealistas. Tobias desde logo alistou-se nas duas campanhas. Já então, em missões académicas se aproximara de homens de maior evidência e prestígio, como Souza Dantas, Paulino de Souza, Ouro Preto, Ruy Barbosa, em cada um dos quais ia fazendo um amigo e um admirador, tal a vivacidade de sua inteligência, tal o ardor de sua combatividade.

O JORNALISTA

Tobias revelára sempre pendores e tendências para o jornalismo. Ainda quase menino escrevia em Natal na «A Idéia» e na «A Luz», jornalecos de estudantes e de vida efêmera. No Rio, já se ensaiara na «Gazeta da Tarde», defendendo pontos de vista, interessando à vida académica, mas a sua ambição era a redação de um grande jornal de combate, sobretudo «O País», de Quintino Bocaiuva, para o qual chegou a escrever alguns artigos.

Não conseguiu desde logo a sua legítima aspiração, apesar de para tanto não lhe faltar talento, mas não tardou muito em ingressar na grande imprensa do País, no «Jornal do Brasil», no «Correio Paulistano», (cartas sem título sob o pseudônimo de

José Estevão), no «Diário de Notícias» de Ruy Barbosa, e afinal no «Jornal do Commercio», onde se projetou de maneira excepcional, e em cujas colunas sustentou campanhas das que mais interessavam ao futuro do País.

Basta assinalar que Prudente de Moraes, o pacificador do País, Rio Branco, o delimitador das nossas fronteiras, Campos Sales, o consolidador das nossas finanças, tiveram no «Jornal do Commercio, através da pena magistral de Tobias Monteiro, o verdadeiro esclarecedor da opinião pública, o defensor sem hesitações das grandes causas nacionais, a cujo serviço puseram êles todo o seu patriotismo.

Quando se fizer a história da imprensa, nas primeiras décadas da nossa República, estou seguro de que caberá a Tobias Monteiro um lugar destacado entre os nossos jornalistas de maior porte.

Todos os assuntos de capital importância para o Brasil tiveram de sua pena comentários e análises, aplausos ou críticas em relação à maneira por que eram conduzidos pelo poder público, sempre num estilo sóbrio, medido, numa linguagem, a um tempo, elevada e pura.

O problema da ordem pública, o da ordem constitucional, o da regularidade nas finanças públicas, a questão do Acre, a da vacina obrigatória, todos os acontecimentos marcantes agitados e trazidos à baila entre 1891 e os dois primeiros decênios dêste século, foram vistos e encarados pelo jornalista potiguar que lhes dava o verdadeiro sentido, o sentido que mais se ajustava à conveniência da coletividade brasileira.

Tobias não era, como tôda gente de elite no Brasil, *bacharel formado*, pois, como vimos, não cursou senão os primeiros anos da Faculdade de Medicina, mas debatia todos os problemas, os de or-

dem econômica, financeira, ou jurídica, como se fosse um homem neles versado ou especializado.

Veja-se, por exemplo, como no debate sobre a famosa questão da anistia, que tanto notabilizou Ruy Barbosa, o jornalista potiguar interveio com palavras que bem podiam ser escritas e tese que bem podia ser sustentada pelo melhor dos juristas. Era assim que se pronunciava Tobias:

«A anistia é o esquecimento do delito e das suas consequências, inibe a ação pública contra os que tenham cometido o crime e extingue a pena imposta aos condenados. No interesse do Estado, ela desce como o véu, que esconde para sempre o passado, e, em sua ação benfazeja, não deixa sobre o anistiado a mais leve mancha sequer. Mas, para que a anistia seja uma realidade e importe tôdas as consequências do seu valor jurídico, é preciso que nenhum subterfúgio, nenhum sofisma, nenhum erro possa prejudicar a elasticidade da sua ação reparadora, que restitui á sociedade, tão limpos como antes do crime, todos aqueles que tenham de qualquer modo atentado contra ela, em alguma manifestação condenável pelas leis penais. Tôda limitação imposta aos direitos de que gozava o anistiado, antes da infração, é contrária ao carater da formula juridica, que a sociedade inventou para banir a lembrança de suas divisões intestinas, no interesse da paz e do bem-estar comum. Nenhuma medida pode ser decretada simultaneamente com a anistia, importando a mais leve punição, prejudicial aos individuos, a quem ela alcança».

Dir-se-ia que falava o próprio Ruy ou Waldeck Rousseau, êste quando, da tribuna do Senado Francês, doutrinava: *«L'amnistie ne juge pas. Elle n'innocente pas, elle ne condame pas: elle ignore. Elle s'inspire non pas de la cleménce, ni même du sentiment de la justice positive, elle s'inspire de l'intérête*

politique, et quand on veut savoir si une loi d'amnistie doit être votée, ou si elle doit être repoussée, il ne faut point s'attacher à l'intérêt que méritent les personnes, il faut se demander ce qu'il écite l'intérêt général».

Poderia citar aqui as dezenas ou centenas de trabalhos jornalísticos de Tobias Monteiro a revelarem o sentido construtor que dava a todos os debates em que se envolvia, no exame constante dos problemas sugeridos pela evolução do país.

Impossível, porém, fazê-lo, pois não o permite a natureza desta ligeira análise da personalidade do meu grande conterrâneo.

Mas não posso fugir ao prazer de deixar aqui êsse pequeno trecho de uma de suas «Cartas sem Título», a exprobar a mania legiferante que, desde os dias primeiros da República, se introduziu nos nossos hábitos:

«Um dos males que afligem a sociedade é o abuso das leis com que o Estado quer substituir o individuo e a família. No caso em discussão, êle deve reconhecer que, tendo proclamado a liberdade de religiões, e sendo a moral religiosa um laço importantissimo de reunião conjugal, o mais que lhe cabe é estabelecer para todos os cidadãos, qualquer que seja a sua fé, uma forma leiga de casamento, declarando que todos os direitos escritos da familia, que se apuram perante os órgãos da autoridade pública, ficam dependentes da realização dessa cerimônia civil.

O Estado que não pode evitar nenhuma ordem irregular de união entre os sexos, não pode considerar crime a simples celebração de uma cerimônia religiosa antes do ato civil exigido nas suas leis. Nessa esfera da consciência a sua intervenção é uma tirania. Não lhe cabe examinar quais as condições

de ordem moral que os individuos julgam imprescindiveis para santificar as uniões. A sua ação só começa no terreno das relações juridicas, e, perante as suas leis, essas só se iniciam quando termina o ato civil, que foi criado para estabelecer o casamento.

Fique o Estado na sua função leiga e deixe à evolução moral dos individuos a constituição e o aperfeiçoamento da familia”.

O POLITICO

Rápida foi a passagem de Tobias Monteiro pela vida pública. Foi official de gabinete de Ruy Barbosa, quando êste, nos albores da República, ocupou a pasta da Fazenda, secretariou, isso mesmo em caracter particular, o Presidente eleito, Campos Sales, quando êste, antes da posse, viajou pela Europa; e ocupou, por muito poucos anos, um lugar de Senador Federal pelo Rio Grande do Norte.

Como participante do gabinete de Ruy, gozou dêste a mais absoluta confiança, incumbido de abrir e dar destino a tôda a sua vasta correspondência. De como se conduziu secretariando Campos Sales, na sua excursão pelo velho mundo, dá êste depoimento o próprio ex-presidente no seu livro «Da Propaganda à Presidência»: «No dia 18 de Abril de 1898, eu partia de São Paulo para o Rio, onde deveria tomar o paquete a 20. Após um almoço, que ali me ofereceram amigos e membros do govêrno, o Dr. José Carlos Rodrigues, diretor do «Jornal do Commercio», perguntou se seria do meu agrado levar, como companheiro de viagem, o representante daquela fôlha: Tobias Monteiro, a quem eu conhecia desde o tempo do Governo Provisório quando, ainda muito jovem, revelara apreciáveis dotes de intelligência e de caracter, prestando serviços no ga-

binete a conspícuo membro daquele govêrno. Aceitei o oferecimento como um serviço, e Tobias Monteiro acompanhou o Presidente eleito, como representante do Jornal, apresentando-o eu depois no interêsse de sua missão, como meu secretário particular. É valioso testemunho dos serviços que êle prestou o seu livro «O Sr. Campos Sales na Europa», em que tamanho relevo deu ao patriótico interêsse que lhe despertam as coisas do nosso país».

Para o Senado da República entrou Tobias Monteiro na vaga deixada por Ferreira Chaves, quando nomeado Ministro da Marinha pelo Presidente Epitácio Pessoa, isso no ano de 1921.

No Senado, revelou-se um homem eficiente, preocupado com as questões de vital interêsse para o país, as quais defendia com a maior elevação de vistas, o que lhe valeu considerável simpatia e prestígio entre os seus pares.

Não foram poucos, e sempre dos mais relevantes, os problemas que examinou e discutiu, e para os quais indicou as melhores e mais acertadas soluções. A sua forma de eloquência, conforme o testemunho de um seu contemporâneo no velho palácio do Conde dos Arcos, Eloy de Souza, era «intermediária entre a conversa e o discurso», sem ênfase, sem arroubos, sem a gesticulação peculiar à maioria dos nossos oradores. A própria voz era medida, de modo a não ir além do diapásão, em que as pessoas bem educadas costumam conversar, conforme as dimensões do recinto. Sem embargo dessa sobriedade, que não excluía o calor emanado da própria convicção, prendia o auditório, numa corrente de simpatia e de compreensão proveitosas. Mudar convicções foi uma fortuna que acompanhou os grandes oradores do parlamento. Bem raros, porém, foram os que conseguiram fazer os convencidos mudarem de voto. Tobias Monteiro alcançou

êsse milagre, só produzido uma vez no Senado da República, por Manuel Victorino, e tal resultado foi conseguido no debate de um projeto, no qual sua proposta suspeição poderia influir para reduzir a força dos seus argumentos». No Senado pouco demorou Tobias, e eis que em 1923 renuncia o seu mandato. É que o seu espirito não se coadunava bem com as regras de formalismo partidário, com as praxes e normas da disciplina das facções. Isso não quer dizer que a Tobias faltassem as qualidades do político.

Político é que êle era, é dos da melhor estirpe, pois política é a parte de dirigir os povos e a Tobias nunca faltou, antes nele sempre preponderou, a preocupação constante de dar a sociedade brasileira a direção reclamada pelos imperativos do bem público. Com o que êle não se conformava era com o partidarismo, com as conveniências das facções postas acima dos interesses coletivos. Era esta a sua compreensão da vida politica, manifestada invariavelmente desde o seu inicio, desde o começo da República, quando passou a ter voz, a falar sobre a condução dos negocios públicos do Brasil ou do seu Rio Grande do Norte. Na vasta correspondência em meu poder, trocada com meu avô, Senador José Bernardo, seu amigo desde os tempos monárquicos e para quem êle falava de alma aberta e franca, há inúmeras demonstrações dessa sua preocupação de por os principios acima de tudo e em não faltar aos deveres para com as idéias. Numa dessas missivas, a de 3 de Março de 1893, escreveu êle a José Bernardo, seu correligionário na opposição ao Governador do Rio Grande do Norte: «Quando eu soube dos movimentos de deposição no Maranhão e Amazonas, telegrafei para Natal, significando que a transferência do Nery (tratava-se de Pedro Nery, comandante do 34º Batalhão de Infantaria) era apenas um ato de força moral a nosso favor e nunca um es-

timulo à deposição da *besta*. Você sabe como eu penso nesse sentido e tenho a felicidade de contá-lo do meu lado na mesma opinião. A violência dá força aos violentados; o *assombrado* está hoje degradado em nossa terra, mas, se a força pública o depuser, amanhã, êle será um centro de simpatias, desfrutadas pelo sentimento de revolta que a opinião desperta. Quem fôr republicano e federalista, não deve querer em conjuntura nenhuma servir-se da tropa contra a autoridade pública. Se permitirem êsses hábitos estamos perdidos, teremos construído a política em caudilhagem. É preciso atender às lições de ontem; Pedro Velho subiu pelas baionetas do batalhão e hoje tem contra si essas mesmas baionetas. A linha reta é sempre o melhor caminho, vamos trabalhando devagar, haveremos de chegar ao nosso alvo».

Quando estas linhas, repassadas do mais puro sentimento democrático, eram escritas, Tobias tinha apenas 27 anos de idade e já se revelava o político na mais exata expressão do vocábulo, pondo os principios acima dos interesses de momento. E foi esta sua orientação invariável.

Outro aspecto do seu espírito público, que cabe ressaltar, é o interesse pelo aproveitamento no Rio Grande do Norte dos homens moços e de inteligência, capazes de rasgarem novos horizontes para a terra estremecida. Nesse sentido há várias cartas dele para José Bernardo, insistindo na indicação de quem pudesse servir à nova política que as instituições livres reclamavam. Um dos seus candidatos prediletos era o então muito jovem potiguar Manoel André da Rocha, que estava no Rio Grande do Sul e por cujo retorno ao Rio Grande do Norte Tobias quebrava lanças. Em carta de 19 de Abril de 1890, (Tobias tinha então 24 anos), era assim que êle se dirigia ao meu avô: «Tinhamos combinado aqui, e com o P. Velho, que era conveniente ter M. André

na Capital para trabalhar, não pelo lado estragado dos enredos e dos mexericos, da giria política, mas pelo caminho intelectual das organizações futuras do nosso Estado, nas questões de ensino e de Constituição. Conheço, como poucos, o mérito superior dêsse excelente rapaz, muito dado ao estudo e ao trabalho, e compreendo a necessidade de aproveitar os homens como êle». O aviso não foi ouvido, e André da Rocha continuou no Rio Grande do Sul, que lhe soube apreciar os grandes méritos, fazendo-o diretor de sua Faculdade de Direito e Presidente do seu Superior Tribunal de Justiça, postos que tanto honrou com aquêlê saber jurídico que o distinguira sempre entre os juristas de sua geração.

O episódio, um entre alguns outros, retrata o papel que Tobias considerava imprescindível em bem do futuro da democracia, reservar à intelligencia e à cultura na direção dos negocios públicos.

O HISTORIADOR

Ao deixar a cadeira senatorial e, do mesmo passo, a política militante, para a qual não sentia inclinações nem atrativos, Tobias declarava: “É melhor voltar aos meus alfarrabios”. Os seus alfarrabios eram os papeis velhos, os arquivos, nos quais muito havia o que perquirir para descobrir o filão da evolução histórica do Brasil. Nesse vasto campo há muitas coisas a desbravar, muito acontecimento a reconstituir, muito perfil de homem de Estado a recompor. Tobias, desde muito moço, sentiu o seu espirito atraído por êsse gênero de pesquisas e indagações.

E não houve documento repousando nos arquivos no estrangeiro ou nas nossas Secretarias de Estado e nos Instituto Historicos que não remexesse e repassasse na ância de reparar injustiças e verdades dos historiadores, para repor fatos e ho-

mens dentro da verdade histórica e na sua exata configuração.

Os seus estudos voltaram-se de preferência para a formação da vida de nossa nacionalidade, desde o seu alvorecer até os últimos dias do Império. O seu "Pesquisas e Depoimentos", no qual foi buscar a palavra e a informação dos nossos homens de Estado, dos quais pode se aproximar e foi possível colher as próprias narrativas, é um livro precioso para quem pretenda conhecer e compreender a vida da monarquia brasileira, nos seus últimos instantes, dos dias que precederam imediatamente à proclamação da República.

O que interessava a Tobias, na sua tarefa de historiador, era a verdade dos acontecimentos a expor e narrar, era dar o retrato exato da época, apanhando as personalidades marcantes nos seus precisos caracteres a situando-as nos limites certos de sua ação, dentro de cada acontecimento. Tobias não se apaixonava pelas personalidades estudadas, não as exaltava ou depreciava no *apriorismo* comum a certos historiadores dos mais afamados e ilustres. Era mais um fotógrafo do que um advogado ou acusador das figuras trazidas à cena. As suas conclusões em relação a cada uma delas e em relação a cada fato decorriam da documentação encontrada, honestamente exibida. Recordo-me que ai por volta de 1926 ou 1927, era eu Governador do Rio Grande do Norte e acolhi em minha residência da "Vila Cincinato" D. Pedro de Orleans e Bragança, com sua consorte a Princesa Elizabeth e sua filha, então a princesinha Isabel, hoje a Duquesa de Paris. No momento, o carteiro do correio entrega-me o primeiro volume da grande obra histórica de Tobias, poucos dias antes aparecida no Rio de Janeiro. Passo o livro às mãos de D. Pedro e êle abre justamente na página em que se estampa o retrato de Carlota Joaquina. Lê algumas linhas e, voltando-se para

mim, exclama: “A minha avó não era bonita, mas não era tão feia quanto está na fotogravura. De qualquer maneira, o que vale é que o historiador dá o outro retrato — o da imperatriz — com as tintas vivas e seguras de sua inteligência e de sua capacidade”.

É que Tobias divulgava documentos até então inéditos, reveladores do gênio político de Carlota Joaquina. O que dominava em Tobias, historiador, era a paixão da verdade, na descoberta da qual o seu instrumento de investigação era o documento autêntico e veraz, eram os fatos na sua nudez. Não se conclua daí que as suas narrativas históricas fossem monótonas e áridas, sem que delas o autor procurasse tirar o sentido psicológico. Por outro lado, eram escritas em um estilo que situa o escritor entre os melhores homens de letras com que já contou o país. Não resisto aqui ao prazer de copiar uma das suas páginas litero-históricas mais formosas, aquela em que, a propósito do Chalaça, retrata e exproba o papel do *bajulador* junto aos dirigentes dos povos. Ei-la:

“Em todos os tempos, não só os reis, também os governantes não coroados, ainda os mais ciosos da sua autoridade, são muitas vezes inspirados por certo gênero de serviçais, que se degradam para melhor conseguir os seus fins. Tanto se mostram receiosos de parecerem influenciados por colaboradores independentes e esclarecidos, cujo auxilio solicitem e até lhes suprem as deficiências, quanto se deixam enganar pela habilidade dos aduladores e o servilismo da criadagem graduada, cuja subalternidade não deixa alguém suspeitar da influência que de fato exercem. Explorando a vaidade do senhor, sabem os meios de preveni-los contra a franqueza dos que não lisonjeiam e são verazes. «Tal é a sagacidade dos aduladores e a sua potência», dizia o

Padre Antonio Vieira, no sermão acerca da funesta caterva, “e tão tiranizadas andam entre êles as mesmas Majestade aduladas, que não lhes dizem verdade, nem querem que outros lhe digam; mas afastam e lançam muito longe da côrte a todos que lha podem dizer».

Uns insinuam-se no ânimo das vítimas, exaltando-lhes a missão salvadora, concordando com todos os seus despropósitos, incitando-os a agravá-los, garantindo-lhes o aplauso público, que trazem das ruas, envoltos em mentiras, ou chegam a simular em manifestações de encomenda; outros empregam-se principalmente em serviços de domesticidade, que na casa se estendem à copa e à cozinha e exercem-se também com habilidade de bufão, e fóra descem até a alcovitice e às vezes a tolerâncias ainda mais abjetas. Farejam por todos os cantos, tudo advinham; notam as predileções das senhoras, o gôsto das crianças, as preferências de paladar de cada pessoa e esbofam-se em trazer a cada uma o mimo apetecido, ou a promover clandestina, ou ostensivamente, subscrições para compra dos mais custosos. Não há dificuldade que não vençam — a procura de fâmulos, a descoberta de cozinheiros, o encontro de manjares, a escolha de animais domésticos. Abarrotam de perfumarias o toucador das jovens e mimoseiam as damas com prendas de joalheria. Arvoram os quartos dos meninos em lojas de brinquedos e transformam os quintais em jardins zoológicos, trazendo-lhes cavalos «piquiras», carneirinhos de sela, vacas de leite, cães de raça, gatos de Angorá, passarinhos, canários, papagaios e periquitos, macacos e saguins. Acompanham os patrões por tôda parte, esperam-nos à entrada e às plataformas das estações, levam-nos à portinhola da carruagem ou ao estribo dos bondes, carregam-lhes as maletas e os embrulhos, tomam-lhes os últimos recados e vão executar, a correr, as providências olvidadas. Há dessa gente

cortes privativas, que cercam um só senhor e só da sua sombra beneficiam, por não terem meios doutra conquistar. Se ela lhes fugir, anulam-se, desmancham-se e ninguém lhes servirá, pois só por favor ao amo atenções lhes eram dispensadas. Essa espécie defende-se, aspirando reduzir-se, devorando-se entre os seus membros, em lutas de ciúmes e intrigas, para predominância de um só ou de alguma aliança, que desfrute em paz a preferência disputada. Mas em geral ela é nômade e passa de casa em casa, conforme as mutações do poder. Recebidas às vêzes com prevenções, essas turmas ambulantes acabam por vencer, tamanha é a sua utilidade, tão grande o seu desinteresse aparente, tão poderoso o filtro de que vêm munidas, mistura de humilhação, agrado e lisonja. A vida pública de fato não as preocupa, pouco se lhes dá que haja liberdade ou absolutismo, tolerância ou reação, protecionismo ou livre câmbio, papel moeda ou circulação metálica, suavidade de impostos ou grande carga de tributos; tudo apoiam, tudo defendem, contanto que o poderoso dê mostras de qual seja o seu pensar. Têda aquela submissão só visa a um fim: despertar a munificência do governante, desmanchada em favores. Quando êsse fim está atingido e a fonte das suas graças é transferida a outro ponto, os sedentos acompanham-na de cara alegre, deixando sucumbido o despojado iluso, que, entretanto, não se emendará com a lição recebida, e se um día, volta-lhe o poder, ainda torna-se vítima da própria fraqueza e da astúcia alheia. Bem dizia La Fontaine: «*Tout flateur vit aux dépens de celui qui l'écoute*».

PALAVRAS FINAIS

Examinei a figura de Tobias Monteiro, embora em traços muito rápidos, como jornalista, como político, como historiador.

Certo de sua responsabilidade, por todos os títulos excepcional, mesmo restringindo o seu estudo a êsses três aspectos principais, muito poderia eu ainda dizer. Bastaria ater-me aos seus artigos de imprensa e aos seus livros, em cada uma de cujas páginas quanto a êstes e em cada coluna em relação àqueles, há pensamentos altos e lições a colher em proveito do Brasil.

Mas há um outro manancial (e por felicidade possuo parte dele), a que é possível recorrer e que muita luz proteja em relação às idéias diretoras de tôda a sua vida: é a sua correspondência com os homens representativos da sua época.

Infelizmente, nos limites de uma hora, espaço de tempo, de que disponho aqui para falar, não posso descer à análise dêsse vasto e precioso material. Vou, assim, encerrar estas palavras, dizendo que o meu Rio Grande do Norte, pobre e pequeno na extensão do seu território e nas suas possibilidades geo-econômicas, muito tem dado ao Brasil em valores morais e intelectuais, um Padre Miguelinho, sacrificando-se pela liberdade, um Augusto Severo, tombando a sonhar com a paz universal, um Amaro Cavalcanti mestre entre os mestre de direito, não sei quantos mais.

Na galeria dêsses potiguares que tanto honraram a terra comum, figura, aos melhores e mais valiosos títulos, Tobias Monteiro, o jornalista insigne, o historiador honesto e veraz, o político para quem a política só era digna de ser praticada em busca do progresso e da grandeza do Brasil.

O Rio Grande do Norte orgulha-se de tão illustre filho.

O primeiro centenario do nascimento

do Desembargador Joaquim Ferreira Chaves

Transcorreu, a 15 de outubro de 1952, o primeiro centenario do nascimento, em Recife, capital de Pernambuco, do desembargador Joaquim Ferreira Chaves, que no Imperio e na Republica prestou ao Rio Grande, do Norte, assinalados serviços, quer como magistrado, quer como politico, tendo governado o Estado tres vezes e o representado no Senado Federal durante longos anos.

O Instituto Historico, por iniciativa de sua diretoria, promoveu homenajens especiaes ao seu benemerito consocio desaparecido, realisando, a 15 de Outubro, missa solene na Catedral por Monsenhor João da Matha Paiva, Vigario Geral do Arcebispado, e sessão solene, ás vinte horas, na séde social, em que foi orador oficial, o ilustre consocio Dr. Luis da Camara Cascudo, que produziu uma magnifica oração de saudade ao seu grande amigo e padrinho, o desembargador Ferreira Chaves, tradusindo com a eloquencia e erudição costumadas o perfil do magistrado e do politico desaparecido a 12 de março de 1937, no Rio de Janeiro.

A seguir, falou tambem o desembargador Silvino Bezerra Neto, 1º secretario do Instituto, trazendo o seu depoimento em torno da personalidade do ilustre e saudoso confrade, no aspeto da sua vida publica, o qual vae adeante transcrito, nesta *Revista*.

No Rio de Janeiro, houve solenes exequias na Matriz da Candelaria e sessão solene do Centro Norte-Rio-Grandense, quando falaram varios oradores, entre os quaes o dr. Adauto da Camara, com o discurso, em frente, e no Senado e na Camara dos Deputados repercutiu essa efemeride, tendo os nossos eminentes confrades, deputados José Augusto, socio benemerito, e Dioclecio Duarte, proferido os discursos que adiante tambem vão insertos.

Disse o desembargador Silvino Bezerra Neto:

“Sr. Representante do Governador do Estado
Sr. Presidente do Instituto Historico
Minhas senhoras
Meus sehores:

Não venho proferir discurso, mas trata-se neste momento de homenagem muito justa à memoria do desembargador Joaquim Ferreira Chaves e eu julgo do meu dever trazer a minha modesta colaboração ao Instituto, de que sou obscuro secretario, no tocante à vida publica do pranteado pernambucano e insigne brasileiro que tanto serviu ao Rio Grande do Norte.

A narração de um pequeno episodio fotogràfa, ao meu vêr, a elevada compreensão do homenageado nas suas deliberações no trato da coisa publica.

Ocupava o cargo de diretor da Escola de Aprendizizes Artifices deste Estado, quando em dia de Março de 1918, fui chamado a Palacio pelo governador Ferreira Chaves.

Vagára o juisado de direito de Mossoró, com a nomeação do grande juiz Felipe Guerra para o egregio Tribunal de Justiça e o Chefe do governo desejava saber se eu aceitava a nomeação para preencher a vaga verificada naquela importante comarca.

Segredava-me então que o meu irmão — depu-

tado José Augusto lembrava-lhe o nome do dr. Joaquim Inacio de Carvalho Filho que era um jurista culto e um cidadão de qualidades morais aprimoradas, porém acontecia, acrescentava, que em Mossoró havia duas facções politicas, tendo ascendencia em uma delas a familia do nosso inolvidavel consocio Joaquim Inacio e não queria que se suspeitasse siquer que iria nomear o magistrado para agradecer a qualquer das aludidas facções, embora conhecesse a integridade do candidato de José Augusto, que foi a seguir nomeado Secretario Geral do Estado e, após, juiz de direito de outra comarca igualmente importante — a de Caicó.

Naquele tempo não havia a indicação em lista triplíce para a escolha pelo governo e o Poder Executivo tinha assim grande arbitrio para nomeação dos juizes, de vez que podia escolher qualquer dos bachareis que estivessem habilitados perante o Tribunal, provando um tirocinio de seis anos na advocacia ou no Ministerio Publico.

Os escrupulos eram, pois, evidentes.

Este um episodio que mostra, pelo menos num dos sectores da administração, o zêlo e o cuidado do desembargador Ferreira Chaves da invertidura dos magistrados.

Outros eu poderia narrar, no dia em que se comemora o centenario do seu nascimento, com relação ao prestigio que ele dava invariavelmente à magistratura togada, quando eram envolvidos na alçada da Justiça pessoas ligadas a destacadas influencias politicas, como ocorreu, algumas vezes, em comarcas por mim jurisdicionadas.

E' de assinalar isto; pois quem conheceu o velho estadista sabe que era ele um homem de bem, porém, impulsivo e, reunindo, a demais, às funções de governador as de chefe de partido somente com uma educação esmerada e espirito de justiça inato,

poderia se controlar e deliberar de tal maneira, como sempre fez, na solução dos problemas complexos e delicados que se apresentam frequentemente aos homens de governo.

E' este o meu testemunho para a historia da vida publica, do dr. Chaves, no Rio Grande do Norte, testemunho que não é de hoje, porquanto na «Republica» de 10 de Janeiro de 1920, ha um meu telegrama a ele dirigido e no qual afirmava: “Como magistrado devo agradecer o apoio e as providencias que o vosso governo jamais recusou para eu bem cumprir os sagrados deveres do cargo que exerço”.

Este o meu depoimento.

O Dr. Aduino da Câmara leu, então, o seguinte estudo sôbre o homenageado: (1)

“Não querendo deixar de concorrer mesmo com uma pequena oblata para festejar a passagem de um século do nascimento do desembargador Joaquim Ferreira Chaves Filho, valho-me da boa vontade dos caros conterrâneos, para fazer chegar até êste recinto, onde se manifestam e resplandecem os mais nobres sentimentos do nosso povo, minha voz enrouquecida e estranha, que procura também interpretar o sentido de justiça destas homenagens a um grande servidor da nossa terra, um notável brasileiro que honrou o país em todos os altos postos que exerceu, na política e na administração.

Nasceu o Dr. Chaves em Recife, na rua da Palma, que hoje se estende até a rua Nova. Filho e ir-

(1) Este discurso foi proferido pelo nosso confrade Dr. Aduino da Câmara, no “Centro Norte-Riograndense”, dois dias antes do seu pranteado falecimento a 17 de Outubro de 1952 (N. da R.)

mão de magistrados, o seu destino estava traçado, havia de êle ser igualmente magistrado, ilustrando, assim, uma familia inteira no melindroso officio de distribuir justiça. Na Academia de Recife, onde se bacharelou em 1873, deu demonstrações sobejas de seu talento e aptidão para a vida pública. Portador de sólidas Humanidades, manejava com facilidade e brilho, o italiano e o francês, cuja poesia cultivou até os últimos dias.

Quando deixou a Academia, estávamos na éra em que retumbantes acontecimentos políticos prendiam a atenção do país e o enveredavam para os novos tempos que se anunciavam. A mocidade acadêmica tomava o seu lugar, no cenário dos dias novos, procurando encaminhar o país para a frente, agitando idéias pregando uma palavra diferente, preparando o momento de receber a herança do Império liberal de Pedro II.

O Dr. Chaves figurou entre os jovens impulsionados pelo anseio de ser o Brasil, em outros rumos, dignos daquele fim de século pronto para o advento das novas instituições.

Promotor Público em Palmares, no seu Estado natal, exerceu ali esse cargo, até 1874, quando iniciou a sua atividade no Rio Grande do Norte, a quem se ligaria pelo resto da vida. Desde então, Ferreira Chaves revelou um entranhado afeto pelo Rio Grande do Norte, que o levou ao Senado, ao Governo do Estado, duas vezes; lider de duas sempre memoráveis campanhas partidárias que inauguraram outra fase nos costumes políticos de nossa terra, quando os candidatos aos cargos eletivos percorriam o territorio que queriam governar, falavam aos seus concidadãos, cujo voto pleiteavam, desdobravam, nos comícios os seus programas, em fim, a longa pregação democrática de Ruy Barbosa, penosamente embora, começa a produzir resultados.

No Rio Grande do Norte a campanha despertou por toda a parte um entusiasmo eletrizante, sob a chefia de Ferreira Chaves e de José da Penha, um grande potiguar cujo nome será sempre pronunciado com respeito. Na história política de nçssa terra não há nenhuma que se lhe possa comparar, — porque ela foi a de maior vibração, pela qualidade de seus guias, pelas demonstrações exidentes e iniludíveis de que o povo já estava cansado e disposto a sair da letargia e da minoridade política.

Em 1889, as portas estavam abertas aos moços inteligentes que quizessem iniciar sua vida na Província, onde tudo os convidava para triunfar com brilho nas atividades honestas. Quando o novo regime se implantou e se organizou, havia lugar para todos; surgiram elementos novos e dinâmicos, na magistratura e na política, na advocacia e no magistério, dando realce invulgar, aspectos novos à vida social e aos embates políticos, de vários Estados e do nosso próprio meio, alguns que vegetavam em injusto esquecimento, assomaram à tona e afirmaram de quanto eram capazes.

Tive a honra de conviver com o notavel patricio, cuja memória recebe estas homenagens. Guardo do Dr. Chaves (assim o tratavamos) recordações indeleveis. Frequentamos a acolhedora Vila Cincinato, hoje Vila Potiguar, na Praça Pedro Velho, residência oficial dos Governadores. Desde então lhe dediquei aquela do meu coração de jovem, para todos os homens públicos de vida limpa. O Dr. Chaves era paradigma de honestidade pessoal e de retidão de carater. Tendo vivido longamente, finando-se aos 85 anos, sempre despertou nos que o conheceram de perto o maior respeito pelo homem decente e probo, de uma personalidade tão rica de facêtas multiformes; escrúpulo inexcedível em matéria de dinheiro do povo, (o que aliás não era raro entre os homens de govêrno do Rio Grande do Norte),

declaração que nos honramos de fazer. Tendo exercido tão eminentes posições, delas todas saiu com as mãos vazias. A limpidez de sua vida se reflete na modéstia dos haveres legados à família, todos oriundos de economias do Juiz sertanejo e de subsídios parlamentares dos mandatos de que o investiu por tantos anos a confiança dos seus concidadãos: uma casa residencial na Tijuca, outra em Natal, uma velha fazenda em Angicos. A Vila Cincinato foi primitivamente uma desprezenciosa casa de campo, desprovida de qualquer luxo, edificada em amplo terreno. Mas, revela notar que, naqueles tempos, era muito fácil adquirir grandes lotes de terra na Capital, pouco povoada e pobre. O Estado veio depois a adquiri-la, por 32 contos de reis, quando o seu valor era multiplicado de algumas vezes.

Habitado, desde longos anos, a manusear cahamaços forenses, acostumado a estudar pela noite a dentro os casos que tinha sob sua responsabilidade, ele era realmente o «operário que a madrugada encontra de pé no meio da oficina», a que se refere Ruy Barbosa com alusão a si próprio. Recolhendo-se às 9 horas, começava o seu dia às 4 horas, e se punha a despachar o expediente, a estudar processos, depois de considerar atentamente as circunstâncias em que se apresentavam.

Entre os feitos de sua ação administrativa, é de pôr em destaque a estrada de automoveis para o Seridó, o 1º dos nossos grandes caminhos de penetração, sem me referir às ferrovias. Aquela estrada como que ensinou a marchar para o sertão, por aqueles caminhos que pronunciavam as excelentes rodovias de hoje, que pareciam um sonho para um Estado sempre pobre e que carecia de tudo, quando o governo federal não construía rodovias no território dos pequenos Estados nordestinos.

Não podemos deixar no esquecimento o deci-

dido apoio que o Governador Ferreira Chaves deu a Henrique Castriciano, permitindo-lhe objetivar seu grande e generoso plano de reforma da Educação da Mulher brasileira, pelos moldes das Escolas domésticas da Suíça e da Belgica.

Eis uma síntese da vida e da ação do brasileiro eminente que, há um século, veio ao mundo enobrecer a vida; para com exemplos de uma rara dignidade, honrar o nome dos seus antepassados e a confiança dos seus patrícios. O Rio Grande do Norte, por cujo progresso tanto ele trabalhou, se sente ufano de poder render-lhe as homenagens, a que tem direito um dos maiores e mais lúcidos batalhadores de sua grandeza. Ferreira Chaves, homem digno, que, ao descer à sepultura, na tarde de 12 de Março de 1937, depois de haver sido Governador, Senador, Ministro de Estado, teve a acompanhar-lhe os restos mortais um cortejo de 19 automoveis, até o cemitério de São Francisco Xavier, é hoje rememorado pelo sentimento popular da Potiguarânia e pelas maiores expressões sociais, políticas e intelectuais do Rio Grande do Norte».

NA CAMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS:

— O Sr. José Augusto proferiu este discurso: —
Sr. Presidente: Ao se ultimar a organização institucional do país sob a forma republicana, federativa e presidencial, desaparecidos os partidos tradicionais, que a monarquia havia criado e ia aos poucos consolidando, as forças políticas mais ponderáveis, trazidas à tona pelo novo regime, aglutinaram-se no Congresso Nacional, sob a direção unipessoal de Francisco Glicério, o general das 21 brigadas, como se dizia então, porque tinha sob seu comando parlamentar as 21 bancadas representativas na Câmara Federal dos 20 Estados e do Distrito Federal.

Criou-se, então, o partido Republicano Federal,

sob a chefia daquele ilustre representante da política paulista, vindo da propaganda republicana, de que fôra um dos mais combativos e prestigiosos elementos.

O país estava em uma fase de grandes agitações, que culminaram na revolução federalista que se iniciara no govêrno de Floriano Peixoto e continuáram no de Prudente de Moraes. Em breve, e a propósito da anistia que alguns chefes republicanos, entre êles Campos Saies, reputavam imprescindível conceder aos revolucionários gaúchos, com o fim de pacificar o país, surgiram as primeiras divergências, que conduziram à cisão de 1897, determinada ocasionalmente por uma revolta da Escola Militar, mas de que sucessos anteriores revelavam já positivas manifestações.

A situação política do Rio Grande do Norte era então dirigida pelo gênio político de Pedro Vello, e o govêrno do Estado estava entregue ao Dr. Ferreira Chaves, cujo centenário de nascimento hoje se comemora, e que era, dentro da organização política estadual, depois do chefe incontestado, a figura de maior relêvo e graduação.

Foi por essa época que, concluídos os meus estudos primários na Escola Pública do Professor Tomas Sebastião de Medeiros, em Acari, iniciei o meu aprendizado ginásial, ou o meu curso de preparatórios, como então se dizia, na Capital do Estado. Minha família participava então, e ativamente, da política. Meu avô materno, José Bernardo, era, desde a Constituinte de 1891, Senador Federal, e meu avô paterno, Silvino Bezerra, havia terminado o seu mandato de Vice-Governador, no primeiro periodo republicano, e ambos eram chefes de incontestada força eleitoral na Zona do Seridó. Meu pai, Manoel Augusto, era deputado à Assemblêia Legislativa norte-riograndense.

Vivi, assim, na minha adolescência (tinha eu então 13 anos de idade), em um meio familiar em que a política era o assunto de todos os dias. Natural era, pois, a minha curiosidade e explicável o meu interesse pelas coisas e pelos homens que encarnavam o pensamento partidário do momento.

Chegado a Natal, revelei o desejo de ver o Palácio do Govêrno e conhecer o Governador, que na minha imaginação de menino sertanejo, devia ser um homem diferente dos outros, e fui por meu pai atendido.

Ferreira Chaves era então um homem moço, forte, inteligente, acolhedor.

Na cisão Glicério — Prudente de Moraes, como é de uso e prática nos países presidencialistas da América Latina, raras foram as situações dominantes nos Estados que não esqueceram seus compromissos com o general das 21 brigadas, e, mesmo dentre os fiéis da primeira hora, ainda alguns descobriram pretextos para, no meio da caminhada, se passarem para as fileiras do governismo.

Ocorreu então a sucessão presidencial, candidatos Campos Sales pelas hostes obedientes ao Catete e Lauro Sodré pelos remanescentes do Partido Republicano Federal.

Dois pequenos Estados, o Paraná e o Rio Grande do Norte, mantiveram seus compromissos partidários, (digo dois pequenos Estados reportando-me àqueles tempos de 1897 e 1898, porque o Paraná é hoje sem favor um grande Estado) e fizeram triunfante nos seus colégios eleitorais a chapa oposicionista — Lauro Sodré-Fernando Lobo contra a situacionista — Campos Sales-Rosa e Silva.

Vou ler um documento da época que bem retrata a firmeza e a lealdade de um político de evidência, um chefe autêntico, Pedro Velho. É uma

carta por êle endereçada a meu avô, o Senador José Bernardo, a 9 de fevereiro de 1898.

Ei-la nos seus trechos mais incisivos: “Você conhece melhor do que ninguém como eu pensava sobre candidatura à presidência da República. Antes da cisão, pensei no Campos Sales e confesso que também no Rosinha, como uma prova de boa vontade aos neo-quinzenovembristas. Acresce que, quanto ao primeiro, as impressões que dêle tinha como govêrno eram as mais gratas. Quando eu não passava de um debutante na política, sempre me atendeu e procurou servir, e fê-lo estou certo, por considerar-me, como em verdade me reputo, um bom, leal e esforçado amigo da República. Senti não poder conversar com êle quando estive ultimamente no Rio. Dada a cisão (não me arrependo no que respeita ao Prudente: não foi amigo nem como 5 e está sendo inimigo como 500), meu candidado, de acordo com Pinheiro, Vitorino e outros, passou a ser o Julio. Lembra-se como falei claro e firme ao Glicério que me parecia estar marombando. Penso que o C. Sales é por muitos títulos capaz de governar honrada e dignamente o Brasil. Vejo com lástima a miséria de certos safardanas que procuraram bajular o eminente paulista sem o estimar, nem comungar o seu programa; reconheço que a eleição do Lauro, em que nunca podemos acreditar, vai ser uma fiasqueira ridícula, mas repugna-me em absoluto faltar a compromissos, buscando pretextos sem fundamentos sérios e dignos para um tal proceder. Não fui patrono da candidatura do Lauro, como outros que já o deixaram no mato sem cachorro...” E acrescentava: “Aborreci-me com as trapalhadas da Convenção, mas assinei. Os homens políticos que têm responsabilidades e algum valor intrínseco não podem ser saltimbancos: do contrário ninguém, em tempo algum, poderia confiar nêles. São os meus moldes de aldeia e ainda os reputo os melhores”.

Era esta a orientação firme, retilínea, do chefe do Partido Republicano Federal no Rio Grande do Norte. Não era outra a do Governador do Estado, cuja deposição se preparava e se anunciava todos os dias. O Presidente Prudente de Moraes enchia as repartições federais de funcionários hostis à situação estadual. Tôda a oficialidade do 34º Batalhão de Infantaria fôra também adredemente composta de filhos do Rio Grande do Norte, com tendências políticas contrárias aos que estavam dominando no Estado. Trava-se o pleito a 1º de março, e o situacionismo local perde a eleição na capital, embora vença com grande margem nos demais municípios do interior. Naquele mesmo dia, realisa-se em Natal, (as notícias do interior ainda não haviam chegado, salvo as dos raríssimos municípios servidos por linha telegráfica) uma estrepitosa manifestação promovida pela oposição ali vitoriosa. Uma passeata sai à rua com a presença de muitos oficiais do Exército, com discursos inflamados, revolucionários, proferidos por oradores fogosos, entre êles Nascimento Castro, antigo membro de uma das Juntas Governativas do comêço da República, advogado de nota, figura de relêvo excepcional. Tudo indicava que havíamos chegado ao dia da deposição tantas vezes anunciada. Os correligionários de Pedro Velho e Ferreira Chaves enchem os salões do Palácio do Govêrno, e, não sei porque eu criança, então de pouco mais de 13 anos de idade, também achei de penetrar na casa do Govêrno. Naquele momento, e diante do que presenciiei, a minha simpatia pelo governador Ferreira Chaves transformou-se em admiração. Empolgou-me a sua atitude serena, enérgica, decisiva, pronta a oferecer tôdas as resistências, se preciso fôsse até o sacrifício da propria vida, na defesa do prestígio da autoridade e no interêsse da manutenção da ordem pública. Em breve, a passeata se dissolve, perdido o entusiasmo da hora primeira em face das notícias

que começavam a chegar do insucesso eleitoral do oposicionismo potiguar nas zonas sertanejas e também diante da varonil atitude de Ferreira Chaves, cujo prestígio na opinião do Estado se consolidou definitivamente naquele momento, como não podia deixar de acontecer, provado como ficou que se tratava incontestavelmente de um homem forte.

Terminando o seu período governamental e com a renúncia do Senador Rocha Fagundes, Ferreira Chaves é mandado por seu partido para o Senado da República, onde, a breve trecho, conquistou notável situação de simpatia e prestígio, membro de comissões as mais importantes e mais tarde, primeiro secretário da sua mesa diretora, pôsto a que serviu por alguns anos. Ligou-se intimamente a Pinheiro Machado, que lhe dispensava incondicional confiança.

Por volta de 1907, no governo Afonso Penna, surge nos horizontes do país o chamado Jardim da Infância, capitaneado por uma plêiade de jovens e brilhantes políticos, Carlos Peixoto à frente, visando o rejuvenescimento dos quadros dirigentes da política nacional e, mais imediatamente, à queda de Pinheiro Machado, então o chefe onipotente, o másculo condutor dos destinos nacionais, no que se referia à sua vida partidária.

Desertam do morro da Graça muitos dos seus frequentadores diários, mas Ferreira Chaves permanece ao lado do chefe das horas de bonança, firme, leal, sem restrições.

Nessa ocasião, vim residir no Rio de Janeiro, fiscal do Governo Federal junto ao Colégio Abílio, na Praia de Botafogo, e todos os domingos, ia almoçar com alguns outros conterrâneos na residência de Ferreira Chaves, à rua do Viana, em São Cristóvão, e foi nessa época que mais de perto pude aquilatar das virtudes daquele homem de clara inteli-

gência, de caráter inflexível, de probidade inexcedível para quem a vida pública só podia ser conduzida pelas inspirações do dever para com o bem público.

Sobrevem o Govêrno Hermes e com êle o período das *salvações*. É o baquear sucessivo e vertiginoso das oligarquias estaduais: Lemos no Pará, Rosa e Silva em Pernambuco, Malta em Alagoas, Nery no Amazonas, Acioly no Ceará. Por tôda a parte, cedem e tombam os chefes até então considerados invencíveis das várias organizações políticas dominantes nas unidades federativas. Não cái a do Rio Grande do Norte, a despeito do gigantesco esforço do arrojado e brilhante J. da Penha, a dirigir a batalha demolidora, e não cai porque, por um lado, Pinheiro Machado retomára o seu ascendente junto ao Govêrno Hermes da Fonseca, e, por outro lado, havia como bandeira o nome sem mácula de Ferreira Chaves, o candidato com que as forças situacionistas locais, sob o comando de Alberto Maranhão, se apresentaram às urnas para a disputa memorável. J. da Penha lançára mão do nome de Leonidas Hermes, filho do Presidente da República, para competir com Ferreira Chaves. Supunha ser um golpe decisivo. A todos procurou para ajudá-lo, alegando que era preciso derrubar a bastilha oligárquica dos Maranhões, encarnando o poder desde os primeiros dias da República, e no momento sob a direção de Alberto Maranhão e Tavares de Lyra, genro êste e irmão aquele de Pedro Velho, o grande chefe da propaganda republicana desde o início do regime, falecido pouco tempo fazia. Era eu, já então, juiz de direito da comarca de Caicó, cidade do meu nascimento. Fui um dos procurados por J. da Penha, a quem respondi demitindo-me da magistratura para entrar na liça... mas contra a candidatura de que Penha se fizera arauto.

É que não podia eu admitir a preterição de um

nome que era uma tradição de honra e de civismo, nos fastos da vida republicana do Estado, por um moço, ilustre embora, cuja candidatura só era apresentada, por ser êle filho do Presidente da República.

O Presidente Hermes conduziu-se no caso com a maior dignidade e fez com que o filho desistisse da empreitada insensata.

Estavamos vitoriosos, e Ferreira Chaves retornava ao Govêrno do Estado, cujo território percorreu palmo a palmo, com a consagração pelo voto da confiança popular.

Empossado em 1914, de logo me distingue com a designação para seu Secretário Geral, posto em que me conservei 10 meses, tendo então de demittir-me para disputar um lugar na representação federal.

Durante êsses 10 meses de íntima e diária convivência, pude bem apreciar novas facêtas do espirito e do caráter de Ferreira Chaves, já agora considerado o seu amor pelo bem público como administrador, preocupado com todos os problemas interessando ao progresso do Rio Grande do Norte e à felicidade dos norte-riograndenses.

Na sua primeira administração — 1896-1900 — o seu lema fôra o da manutenção e defesa da ordem, fiel à palavra de Waldec Rousseau que tantas vezes repetia: “Croyez moi, mes chers concitoyens, l’atteinte, même legère, à l’ordre est un danger. C’est pour la conjurer que je m’adresse à votre patriotisme et que je vous dis: — Aimez et pratiquez l’ordre”.

Na segunda, a que se iniciava em 1914, ainda não era esquecida a defesa da ordem, e assim um dos seus cuidados essenciaes foi o combate sem treguas ao banditismo que, por algum tempo, tanto prejudicou alguns rebanhos do nordeste e que, nos sertões do Rio Grande do Norte, Ferreira Chaves con-

seguiu exterminar definitivamente, negando pão e água aos chefes políticos locais que de qualquer forma favoreciam ou simplesmente condescendiam com a praga nefanda. Ainda aí não era esquecida a defesa da ordem, repito, antes redobradas as providências para dar-lhe o primado necessário, mas se cuidava também dos outros aspectos essenciais da vida pública do Estado, nenhum dos quais era pôsto de lado.

Na propaganda de sua candidatura, Chaves prometera repetidamente aos potiguares que lhes daria, se vitorioso, um govêrno de "*moralidade e justiça, liberdade e progresso*". Realmente, assim o fez, e, para concretizar tão salutar orientação, começou por adotar como norma inflexível afastar de todo da influência partidária a designação dos magistrados, bem como a do professorado, na escolha de cujos servidores punha desvelos especiais e o mais rigoroso escrúpulo.

Outra preocupação fundamental foi a de por ordem na finança pública, então profundamente desorganizada em face de fatores vários, como as secas periódicas, as lutas partidárias, o excesso de funcionalismo, o desleixo na arrecadação dos dinheiros públicos. Nêsses casos, foi modelar a sua atuação de governante, como o foi no interêsse com que atacou e procurou solucionar os problemas que de perto diziam respeito ao progresso econômico do pequeno Estado que governava, começando por abolir o privilégio que vinha de decênios em favor de determinada Companhia que explorava, a título exclusivo, a exportação de nosso sal, uma das nossas fontes primaciais de vitalidade econômica, e continuando pela defesa e resguardo do seu maior fator que é o homem, amparado na sua saúde e na sua educação, para terminar pela política de abertura de estradas de rodagem, que, é de justiça proclamar, lhe deve o vigoroso impulso inicial.

A servir de alicerce e base a toda essa nobilíssima atividade, havia uma probidade sem máculas que dava à administração um cunho de respeitabilidade e de austeridade que podia servir de modelo a todos os governantes do país e com a qual a tarefa governamental marchava com facilidade e sem tropeços em bem do povo, de cuja confiança ilimitada, era merecidamente credor.

Terminada a sua segunda administração, plena de serviços sem conta ao Rio Grande do Norte, o eleitorado não esqueceu o seu grande servidor e fê-lo novamente seu embaixador no Senado da República de onde, pouco tempos depois, era tirado pelo Presidente Epitácio Pessoa para confiar-lhe, a princípio a pasta da Marinha e depois a da Justiça e Negócios Interiores, relevantes funções de que se desincumbiu com o alto espírito público de sempre.

Em 1923 retorna ainda uma vez ao Senado que era como que a sua casa política predileta e em cujo seio ocupou sempre situação de marcado relêvo.

Sr. Presidente, nos poucos minutos que o Regimento me proporciona não pude materialmente desincumbir-me da grata tarefa que para mim seria estudar a personalidade varonil e ilustre de Ferreira Chaves pelos múltiplos aspectos que ela oferece a quem esmiuça a evolução republicana do Rio Grande do Norte. Limitei-me, assim, a dar os traços dominantes, muito rápidos embora, da sua figura de eleição e da sua atuação cívica no Estado em que não nasceu (Chaves era pernambucano), mas a que serviu com a dedicação que igual só poderia ter o mais extremoso dos seus filhos.

Não quero terminar, Sr. Presidente, sem dizer o seguinte: — a ninguém na minha terra, e através de toda a minha vida pública, deví mais do que a Ferreira Chaves. Por êle fui nomeado secretário geral do Estado, por êle fui indicado para a Câmara Federal em 1915, ano do meu ingresso nesta Casa

do Parlamento brasileiro, e em 1923, para o cargo de Governador. Mas, não é somente isso que devo ao homem cujo centenário de nascimento hoje comemoro por entre as minhas saudades. Devo-lhe muito mais do que isso. É que foi na sua convivência, longa, constante, jamais interrompida, mesmo quando as contingências partidárias nos colocaram em campos opostos, que colhi a mais sábia das lições, aurida do roteiro de tôda a sua longa vida, lição que não me arrependo, antes me orgulho, de seguir sem desfalecimentos — a de que não é preciso deixar de ser homem de bem para ingressar na política.

De Ferreira Chaves, e como síntese de sua existência, a justiça manda que eu diga que, por todos os postos pelos quais passou, na magistratura, no govêrno, no parlamento, numa longa caminhada em busca da felicidade do povo, foi sempre aquilo que também era na vida privada: um homem de bem, *vir probus*. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

O SR. DIOCLECIO DUARTE — Sr. Presidente, na data em que se comemora o centenário do nascimento de Joaquim Ferreira Chaves, não posso esquecer que foi durante seu govêrno, no Estado do Rio Grande do Norte, quando se iniciava, por assim dizer, novo capítulo da história política em nossa terra, que comecei minha atividade na vida pública.

Fui, mais tarde, seu secretário particular, quando o eminente cidadão, com grande probidade e patriotismo, desempenhava as funções de Ministro da Marinha e, em seguida, de Ministro da Justiça e Negócios Interiores, na presidência do preclaro brasileiro Epiácio Pessoa.

Pude, assim, conhecer intimamente as grandes

virtudes que formavam seu caráter, o grande entusiasmo que experimentava em auxiliar os jovens que revelavam vocação para as funções públicas. Conheci de perto as suas altas qualidades morais e, nessas condições, numa hora de saudade, é com emoção que recorro os dias magníficos e inesquecíveis que passei ao seu lado, as lições excelentes de política na alta interpretação da palavra que recebi daquele ilustre estadista, que reunia os predicados aconselháveis do verdadeiro líder.

Austero, generoso, intrépido e leal, sabendo nos instantes oportunos afartar-se da defesa dos seus interesses privados para sustentar, com elegância, aqueles que atendiam aos superiores interesses da sociedade e do país.

Na sua convivência de muitos anos, deu-me êle a liberdade de divergir das suas opiniões, não impedindo ao secretário particular, ao jovem e audacioso auxiliar, o direito de defender aquilo que o idealismo impunha. Ao contrário de muitos chefes autoritários, numa época de passadas oligarquias, Joaquim Ferreira Chaves reunia, no seu gabinete, no Govêrno do Rio Grande do Norte ou no Ministério que dirigia, os conselheiros, velhos ou jovens, para lhes ouvir a opinião desassombrada. A principio, evidenciando um orgulho de homem que pensava, por ser o mais velho, ter o direito de dirigir, mas logo depois transigia, aceitava o ponto de vista de quem lhe falava com franqueza.

Nessas recordações, Sr. Presidente, lamento que não haja mais nesta época, justamente quando o Brasil mais os reclama, chefes políticos e dirigentes com a honestidade, com a probidade e, sobretudo, com o desinterêsse do conspicuo e austero varão que hoje completaria 100 anos. Começou sua vida pública como magistrado no Rio Grande do Norte, galgando tôdas as posições, desde Promotor e Juiz Mu-

nicipal até a presidência do Tribunal Superior de Justiça do Estado.

A sua formação foi, assim, de magistrado, de homem que se integrava no espírito da Justiça para resolver, mais tarde, na vida política os problemas do Brasil, dando-lhes solução acertada e sempre justa.

Era um nobre varão. Olhar firme e enérgico lembrava as austeras figuras dos tempos monárquicos, de gestos sóbrios e atitudes resolutas. A cabeça grisalha, cuidadosamente tratada, em posição altiva, afirmava as qualidades de comando. Na sua fisionomia fechada que as sobrelhas bismarkianas tornavam ainda mais respeitável, era difícil descobrir o coração acessível e simples que ela envolvia. Notava, entretanto, o arguto obvisto e admirado. Daí naturalmente a preocupação quasi feminina das roupas que usava e o prazer ingênuo com que ouvia os comentários a seu respeito. De temperamento impetuoso com os rompantes das almas tropicais, à primeira vista, fazia temer a sua aproximação. Os pusilânes jamais lhe poderiam falar e guardam alguns o juízo erroneo da generosidade do seu caráter. Dependia de uma simples questão de oportunidade. Permittedes desanuviar os horisontes tempestuosos e tudo que fosse honesto encontraria aprovação do seu espírito educado, desde criança, nos exemplos de justiça e elevação moral. Poucos homens encontrei capazes de experimentar maior encanto em atender amigos.

O conjunto de virtudes que formava sua estrutura moral e as linhas rígidas da fisionomia energética apresentavam o perfil de um chefe singular. Para isso não lhe faltava mesmo o ambiente sedutor de um lar amigo que as tradições de hospitalidade da gente sertaneja a todos recebia com simplicidade encantadora. Tornava esse encanto mais atraente, onde todos se consideravam em família, Dona Alexandrina, a quem a ausencia de letras era

suprida por um bom senso extraordinário e aquele raro instinto que a fazia penetrar no conhecimento dos indivíduos e na alma fria das próprias coisas. O íntimo contato enfraquecia o poder do chefe. Apenas a honestidade e o culto da justiça que constituíam para Joaquim Ferreira Chaves uma verdadeira religião, tendo sobre êle a fôrça dos antigos fanáticos indianos, religião interior e não de superfície, religião que se volta para os pontos infinito e eternos mas não se alheia aos que padecem na terra, religião de amor, que une as criaturas, religião de sofrimento que desperta as consciências, religião de beleza que empolga os espíritos, o tornavam, de um certo modo, inacessível aos assaltos dos aventureiros ousados.

Como não possuía, entretanto, malícia já era uma arma indispensável nos torneios políticos de Florença, quando pontificava Machiavel e os espiões dos Médicis assustavam os espíritos — recebia a primeira irradiação dos untuosos insensadores. Depressa, porém, se corrigia do êrro cometido e, sob a influência da bondosíssima amiga, tudo fazia, mesmo ferindo o orgulho natural, para penitenciar-se. E após sentir que a falta fôra perdoada reintegrava-se mais comodamente no desejo de continuar a fazer o bem e distribuir justiça. Nele existiu sempre uma capacidade única de admirar o valor dos outros. Admirar e aplaudir. As inteligências moças exerciam, verdadeiro magnetismo no espírito do velho magistrado. E o ancião austero, quando o crepúsculo dos anos rouba os entusiasmos e murcha tôdas as esperanças, revive em si a intrepidez e os sonhos da juventude. A beleza da mocidade, com o arroubo dos gestos ao desassombro da coragem, retempera a alma que as vicissitudes não conseguiram abater. Porque era um temperamento apaixonado não resistia às atrações de um rosto formoso. Dentro das suas veias corria o sangue dos trigueiros dos trópicos.

Foi assim que vi o velho Chaves. As pernas curtas e fortes bambearam. Cansaram os olhos de ler e a catarata progressiva quasi lhe tirou todo o prazer de enxergar. Os cabelos outrora carinhosamente cuidados, embranqueceram. Mas o amigo dos moços, o estimulador sincero das inteligências que se armavam para os embates do mundo, o leal companheiro resistiram.

Eu guardo fiel recordação do largo período em que juntos vivemos. Lembro os seus conselhos e não esqueço a doçura com que ouvia as minhas apóstrofes de rapaz rebelado contra a subserviência dos homens nos instantes de pleitearem favores pouco lícitos. Nunca deixou de, pacientemente, ouvir a exposição franca de minha maneira de pensar e de agir. Poderia estar errado — era natural, que acontecesse muitas vezes — mas descobria em mim, dizia-me, num tom paternal que me comovia, gostar do estilo com que eu lhe falava, estilo de quem ainda não se acostumara a mentir nem aprendera as manhas dos políticos matreiros ou os “trucs” dos vigaristas que enfestam as baixas e altas sociedades, num mimetismo repugnante, porém, de certo modo eficiente e lucrativo.

A primeira vez que falei ao velho Chaves — era assim que o chamavam no meu Estado, ocupava êle a curul de governador. Fôra agradecer-lhe a visita que me mandou fazer pelo seu ajudante de ordens. Uma grande honra para um jovem estudante, que outra coisa não possuía além da confiança no seu próprio esforço. Encontrava-me em férias académicas e fôra descansar das lutas a que me obrigava a existência amarga de moço que procura a imprensa como arrimo dos estudos na provincia. Não me queixo, entretanto, disso. Bem ou mal devo à imprensa haver me permitido galgar certas posições e adquirir a faculdade de conhecer as fraquezas e

vaidades de muitos idolos de barro que o povo ingênuo ainda desconhece e aplaude.

Havia terminado ferrenha campanha eleitoral. Saira triunfante do prélio Joaquim Ferreira Chaves. O candidato contrário era filho do Presidente da República. Dirigia a propaganda oposicionista um bravo conterrâneo, brilhante intelligencia, de uma combatividade impar. José da Penha não conseguira, todavia, convencer as massas. Do sertão ao litoral o povo sentira o êrro do valente patricio. Mais empolgante teria sido o espetáculo se José da Penha não houvesse esquecido o fator moral da campanha. São esses enganos psicológicos que perdem mesmo os espíritos mais perspicazes.

O governador estava cercado de vários amigos. Somente êle falava. Não havia ainda esquecido as cicatrizes da luta. E por isso as frases veementes ecoavam no ambiente de Palácio.

Dava a impressão de um pequeno Júpiter. Ninguém ousava interrompê-lo na crítica aos adversários. Apertei-lhe a mão que carinhosamente me estendeu. Começavamos a conversar, mostrando interesse pela minha vida. Encheu-me de perguntas.

Não me preocupa a situação presente, meu caro governador. Sou ainda muito moço. Apenas desejo, e mais do que desejo, trabalho para que o destino me ajude no sentido de ser útil ao meu país. Vejo, porém, que o Brasil ainda sofrerá muito devido á incompreensão dos seus dirigentes. Estes me parecem demasiadamente personalistas. Agradar-me-ia verificar que os homens de responsabilidade numa grande República, como a nossa, estimulada por maravilhoso futuro, onde tudo convida á tranquillidade e ao trabalho, olvidassem os interesses imediatos e se tornassem artífices de uma obra de reconstrução moral, de solidariedade humana e de fortalecimento economico. Tudo está por fazer entre nós.

Os mestres e os escritores não conhecem a terra brasileira e muito menos, o nosso caboclo, a quem vilipendiam sem lhes imitar as virtudes nativas.

Tudo meu caro governador é fictício e visa a mistificação. Erguemos o nosso edifício sôbre bases falsas. O nosso equilíbrio social está preso por um ápice. E' um milagre a nossa própria existência. Faz pena a ignorância dos nossos homens. Muitos dêles, que a crítica insensata acusa de impatriotas e maus, se me afiguram menos impatriotas e menos maus os do que ineptos. Os políticos — coitados! — são capazes de vender a Pátria por simples ignorância. Não representa outra coisa a série de empréstimos realizados desde o regime monárquico.

Precisamos abandonar o vício de comentar os outros e nos corrigirmos, quanto antes, dos próprios defeitos. Agora mesmo — perdoe-me a impertinência — estamos nesta sala discutindo longamente, e alguns de maneira exaltada, assuntos da conflagração européa. Pouco ou nada isso nos adianta. Dentro das nossas fronteiras um mundo de problemas se levanta reclamando a urgente atenção dos governantes. Porque não cumprem êles o seu dever no sentido de solucionar tais questões que vêm, desde o período colonial, exigindo análise cuidadosa?

— Muito bem! Você fala com absoluta razão, disse-me o governador, enquanto todos permaneciam calados. Que idade você tem?

— Não importa minha idade, respondi-lhe. Estou na fase em que o sentimento predomina e desejaria nunca perder êsse privilégio. Ainda não completei vinte anos, mas tenho trabalhado como se tivesse quarenta. A luta é que ensina as criaturas e lhe fortalece o ânimo. Veja êsses emigrados russos que arrancam as unhas e cegam os olhos nos países estrangeiros. São ainda jovens estudantes, mas falam e agem como velhos experimentados.

E as exposições impressionam porque são sinceras. A verdade não pode ser dividida. Tem uma só interpretação.

Sem contrariar meus conceitos, Joaquim Ferreira Chaves abraçou-me e eu me despedi. Desde essa hora, ficamos amigos íntimos. Quando não ia a sua casa, mandava-se chamar e solicitou-me, muitas vezes, que escrevesse no jornal do partido político de que êle era chefe, jornal de que, mais tarde, fui diretor.

Verificando-se uma vaga na Assembléia Legislativa do Estado, telegrafou-me consultando se eu permitiria na minha eleição. Respondi, imediatamente, que a sua lembrança me sensibilizara, mas não sendo eleitor nem tendo idade que a lei exigia, desaconselhável iniciar a vida política, declinava da honra, mesmo porque era sem autoridade moral. Pouco tempo depois, sem me consultar, incluía o meu nome na chapa de deputados estaduais. Fui eleito. Logo depois deu-se a cisão no Partido Republicano Federal. Um grupo acompanhava o Sr. Augusto Tavares de Lira, então ministro da Presidência Veneslau Braz, ficando o outro com o governador do Estado.

Residia eu no Recife. O Senhor Alberto Maranhão, em viagem para o Rio Grande do Norte, a fim de congregar os seus amigos para o próximo pleito federal, passando pela Capital pernambucana, hospedou-se na minha modesta casa de estudante, onde também residia um seu sobrinho. Teve a elegância de não me falar em política, respeitando os compromissos por mim assumidos.

No mês seguinte, nas sessões da Assembléia para a qual antes da cisão fôra eu eleito, encontrei um ambiente de desconfiança. Os políticos não compreendiam que eu hospedasse e mantivesse estreitas relações com um chefe adversário, por sinal anteces-

sor no govêrno do Sr. Ferreira Chaves. Êste, insistentemente, trabalhando pelos correligionários, intolerante num certo momento, e com muita delicadeza, me interpelou se era verdade que o Sr. Alberto Maranhão se hospedara em Recife na minha casa.

— Absoluta verdade, respondi eu. E não vejo que importância possa isso merecer para qualquer outra pessoa. Faz-me a sua pergunta, meu caro governador, lembrar certa passagem da vida de Bismarck, aliás um dos políticos que o Senhor tanto admira. Intrigado o Imperador Guilherme II com as repetidas visitas dos “leaders” católicos ao grande Chanceler. interpelou-o porque os recebia, sabendo dos ataques dirigidos aos atos do govêrno imperial.

E o admirável obreiro da unidade alemã serenamente respondeu: — Magestade, é preciso que saiba, de uma vez por tôdas, que no Palacete da Princesa de Bismarck somente ela tem direito de escolher as pessoas a quem deve receber.

— Na minha pobre “república”, meu caro governador, não existem princesas. Assim, somente eu e os meus companheiros, um dêles parente próximo do cidadão a quem o Senhor se refere, temos a autoridade de escolher os nossos hóspedes. Se essa circunstância implica, de qualquer modo, na mais livre demonstração de deslealdade partidária, peço-lhe, sem cerimônia, aceitar a renúncia de minha cadeira. Não tenho nisso o menor constrangimento. Longe estou de confundir lealdade política com subserviência. Somente posso transigir com os homens quando estiver em jôgo o interêsse superior de minha terra. Os meus amigos estão acima das limitações partidárias.

E olhando de frente, o governador, notei no seu semblante profunda comoção.

— Meu filho, disse-me erguendo-se da cadeira

onde estava e apertando-me nos seus braços: Hoje subiste muito mais no meu conceito. Não fales a ninguém nesta conversa. Precisamos de caracteres com o teu.

Certa vez surgiu na Assembléia um projeto governamental. Tratava-se de um verdadeiro monopólio. Os plantadores e comerciantes de algodão seriam obrigados a entregar todo o produto a determinada firma estrangeira estabelecida na Capital. Ninguém exportaria algodão pela fronteira e o comprador exclusivo pagaria, em troca de uma prensa de beneficiamento, o preço que entendesse ao pobre agricultor nacional. Iludindo-se o governador, que nenhuma pratica possuía de tais assuntos, obtiveram, não sei como, para melhor impressionar os congressistas disciplinados, que o projeto ventilado apresentasse a letra do primeiro magistrado do Estado e prestigioso chefe do Partido. Não tinham assim os interessados a menor dúvida a respeito de sua aprovação.

Rebelei-me contra o projeto por considerá-lo inaceitável e prejudicar mortalmente a economia de minha terra. Era uma indisciplina jamais vista. Para todos a inconveniência de tal atitude era evidente. Ali estava a própria letra do governador.

— Mas eu não vim aqui, exclamei irritado, para ajudar a matar os meus conterrâneos que trabalham. Estamos, traindo o nosso mandato. Não se trata, absolutamente, de questão política. É um problema de economia do Estado que exige atenção rigorosa e não deve por isso mesmo, ser aprovado apressadamente. Uma assembléia que votar semelhante projeto deverá ser dissolvida como atentatória dos direitos do povo. Duvido que o governador Ferreira Chaves, profundamente honesto como é, continue, depois de examinar o que se esconde dentro desse projeto, a concordar na sua aprovação.

As discussões imprevistas não permitiram fosse o referido projeto aprovado nessa sessão.

Fui imediatamente a Palácio expor ao governador os motivos do meu escrúpulo. Ouviu-me sem discutir e resolveu desaconselhar a aprovação de um atentado aos interesses da terra que, com tanta dignidade, governava. Eu não me havia enganado. Conhecia a retidão do seu caráter para ter outra impressão.

Vários anos, transcoreram. Notava-se que seu espírito estava cansado. A morte da companheira de longos anos abalara sua invelável resistência, O tempo ia minando a firmeza do lutador. Senti com sincera máguá as suas indecisões. E, não contendo os impulsos do meu coração, ousei exprimir, com a lealdade de sempre, ao velho amigo e chefe, minha reprovação a certos atos que poderiam diminuir o elevado e tradicional conceito de que gozara no decorrer de sua larga e brilhante vida política, tôda cheia de honestidade, justiça e bravura moral. Compreendeu que eu tinha razão. Uma fôrça maior, entretanto, o dominava. Voltara o desejo de governar novamente o Estado. Mostrei-lhe os inconvenientes. Seria um sacrifício de sua parte e um prejuízo para a terra. As forças com que contava não consentiriam uma administração autônoma. E discretamente me retirei para o estrangeiro, para não combater, com maior veemência, a eleição que êle tanto aspirava. Antes, porém, lhe assegurei ser inevitável a sua derrota. E maior ainda a sua decepção. Os fatos se encarregaram de provar que eu tinha razão. Vi-o depois velho e alquebrado. Tinha por mim um carinho especial. Nunca deixei de procurá-lo. Admirava a sua pobreza augusto modêlo de integridade moral, exemplo impressionante de honestidade pessoal, de que se orgulhava, símbolo de inquebrantável lealdade política.

E, ainda nos últimos instantes de uma vida que lentamente se extinguia, o velho Chaves, enfermo e titubeante, ao ouvir a voz de um moço, recitava com calor nos versos apaixonados de Tobias e pedia, com ternura, que eu lhe repetisse as doces estrofes de Carducci e Stechetti, como jovem enamorado da vida que ela era.

Sr. Presidente, um homem nestas condições não pode deixar de merecer o respeito e a admiração das novas gerações. A homenagem que a Câmara dos Deputados presta, quando se comemora o centenário do seu nascimento, significa que não saíram ainda da memória dos contemporâneos aquêles que no passado souberam impor-se pelo seu caráter pela sua inteligência, pela sua cultura e, sobretudo, pela firmeza com que defenderam os altos interesses da Nação. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

Bi-Centenário da Padroeira de Natal

Por entre as mais significativas manifestações de fé e de jubilo, a população desta Cidade celebrou, de 21 de outubro a 22 de novembro do corrente ano (1953), o bi-centenário da chegada a esta paróquia da imagem, que serve de Padroeira de Natal, sob a invocação de Nossa Senhora da Apresentação.

O exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano e a comissão executiva, que nomeou, para se encarregar da programação, desenvolveram grande esforço e conseguiram notáveis resultados, realizando nessa trintena as mais imponentes demonstrações de carinho e de religiosidade á Excelsa Padroeira dos natalenses.

As festividades religiosas foram precedidas de uma missão em frente á Catedral, pregada por Frei Cipriano, de Pontechio, do Convento de São Francisco e seguidas de exercícios piedosos do dia 21 de outubro até 10 de novembro, iniciando-se a 11 de novembro, com o hasteamento da Bandeira, no pátio da Catedral, o imponente novenário, como preparatório da Festa, que se consumou nos dias 21 e 22 de novembro, com a missa celebrada por Mons. João da Matha Paiva, ás 5,00 horas, no tablado da "Pedra do Rosario", missa do néo-sacerdote Rui Miranda, em frente á Catedral, sessão cívica ás 19,30 horas, no mesmo lugar, em que se fizeram ouvir o Exmo. Sr. Arcebispo, d. Marcolino Dantas, o dr. Helio Galvão, em saudação ás autoridades presentes, a poetisa Palmira Wanderley, numa Ode á Maria Santíssima, o monsenhor Alves Landim, em nome do Clero, o comendador Camara Cascudo, pela comis-

são executiva e nosso Presidente, dr. Nestor dos Santos Lima, em nome do Instituto Historico, que proferiu o discurso adiante transcrito.

No dia 22 de novembro, em vista da faculdade canonica, realizou-se a missa pontifical pelo Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano, ás 6,30, com grande solenidade; ás 16 horas, saiu á rua a monumental procissão da Virgem da Apresentação, acompanhada de incalculavel multidão e associações religiosas, encerrando-se no páteo da Catedral, com a Benção Papal á Imagem Padroeira, que foi proclamada Protetora de toda a Arquidiocese de Natal, por decreto do SS. Padre Pio XII, gloriosamente reinante.

Registrando nas paginas desta Revista os acontecimentos do Bi-Centenario da Imagem Padroeira de Natal, prestamos uma homenagem ao Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano e á Comissão executiva, presidida pelo Vigario de Natal, Padre Luiz Galdino da Costa.

A verdade sobre o bi-centenario da Imagem de N. S. do Rosario venerada como Padroeira de Natal

Alocução oficial do Instituto Historico sobre as comemorações da aparição casual da Imagem, em 21-11-1953.

Exmo. e Revdmo. Sr. Arcebispo Metropolitano e Presidente desta Assembleia.

Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado.

Revdmo. Clero e Autoridades Civis e Militares.

Exmas. Sras. e Meus Senhores.

I — Não seria admissivel que, entre as manifestações de jubilo que a Cidade de Natal tem experimentado, nestes ultimos trinta dias, por motivo da passagem do 2º centenario da miraculosa aparição da Imagem de N. S. do Rosario, venerada ha dois seculos, como Padroeira da Igreja de N. S. da Apresentação, hoje Arqui-Catedral de Natal, deixasse de ser ouvida a palavra oficial do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, que tenho a honra de representar, neste momento, sobre a veracidade e a autenticidade do fato que se recorda, com tão grandes e comoventes sinaes de alegria de uma população, como que a sancionar a tradição longamente acalentada e transmitida, de

geração em geração, nesta invita e leal cidade dos Reis Magos.

Aqui, estou, Sr. Arcebispo, para acolher o vosso convite e cumprir o vosso mandamento.

Ha 44 anos, quando apenas me ensaiava para penetrar os humbraes da Casa da Memoria, que é o Instituto Historico, afirmei, a 25 de dezembro de 1909, no "Natal-Clube", em conferencia publica, que a Imagem que serve de Padroeira aos Natalenses, havia aqui chegado, segundo a tradição oral, nos meados do seculo XVIII, em um caixão encontrado por pescadores, no alto mar e trasido á terra, para ser trasladado para a Matriz, no dia 21 de novembro, que coincide com a festa de N. S. da Apresentação.

Aceitei a tradição, com as devidas reservas. Proclamei, antes de qualquer outro, (1) a tradição bellissima.

Hoje, confirmo essa tradição, porque os fatos posteriormente investigados e os documentos, que foram vistos por homens de fé e honra civica, demonstraram a procedencia da tradição, que nenhum fato ou outra tradição contradisse.

Si ha pequenos pontos de divergencia, dentro da noticia historica, eles não destroem, antes, corroboram o providencial acontecimento.

Por isso, a população catolica de Natal e o seu honrado e benemerito Metropolita, a quem rendo as minhas homenajens, aceitando a tradição, houveram por bem promover essas grandiosas festas, que são como uma apoteose consagradora, para recordar e definir, na data de hoje, o milagroso aparecimento da Padroeira de Natal, vinda do alto mar.

(1) Acabo de ler no "Oito de Setembro", ano I, nº 5, de 17/11/1897, uma nota que se supõe do Pe. João Maria, acerca desse miraculoso acontecimento, segundo a tradição.

II — Mas, recuémos um pouco no tempo; vamos procurar no inicio da colonisação destas terras potiguares algum fio ou traça para as nossas conclusões atuaes, convincentes e inabalaveis.

Foi, na data exata da fundação da Fortalêsa dos Reis Magos, por emissarios de El-Rei de Castela e de Portugal, em 1598, que se iniciou a evangelisação dos povos aqui estacionados.

Com os fundadores Mascarenhas Homem, Feliciano Coelho e Jeronimo de Albuquerque, vieram tambem os religiosos da Companhia de Jesus Gaspar de Sampéres, Francisco de Lemos e Francisco Pinto, que muito ajudaram na catequese dos selvícolas, ministrando a religião de Cristo aos militares e ao povo em formação.

Não tardou que, com a demarcação do sitio da Cidade, a 25 de dezembro de 1599, se celebrasse a 1.^a Missa na Igreja recém-construida, sem se saber precisamente aonde, porque ha escritores da Historia que falam na inauguração da Capelinha, também nesse dia, (Cap-móres de V. Lemos,) e outros, que não falam senão na criação da Paroquia de N. S. da Apresentação, como faz o autor do "Santuario Mariano." (1722.)

De qualquer modo, Natal já tinha vigario e era paroquia, porque o padre Gaspar Gonçalves da Rocha tinha obtido oito datas de sesmaria, a começar de 24 de abril de 1601, logo após a fuudação da Fortalêsa e da Cidade, de que era capitão-mor João Rodrigues Colaço e porque, a 21 fevereiro de 1614, ao vir aqui a missão real de Alexandre de Moura e desembargador Manoel Pinto da Rocha, para faser a "repartição das terras do Rio Grande," foi o mesmo vigario escolhido para perito informador da comissão, visto ser morador antigo do lugar.

Por documentos, cuja autenticidade não é licito

negar, vê-se que procede a afirmação de Frei Agostinho de Santa Maria, em 1722, de que

“Conquistado o Rio Grande, foi levantada uma paróquia que se dedicou á Rainha dos Anjos, Maria Santissima, com o titulo de Apresentação, quando seus santissimos Pais, Joaquim e Ana, a foram oferecer no Templo, sendo de idade treis anos. Na Capela Mór, se collocou, pouco depois, um grande e formoso quadro de pintura, em que se vê o mesmo misterio da Senhora historiado.”

Aí está o assento fidedigno do famoso historiador das glorias marianas, de cuja palavra não podemos discordar.

Será que ainda se poderá exigir que a referencia do frade mariano alcança a *conquista* (1598), ou á *restauração* do poder lusitano, após a expulsão dos batavos (1654)?

Parece que se trata da primeira, á vista do documento autentico, em que o Padre Leonardo Tavares de Melo, o primeiro que veio aqui, após a quella expulsão, e chegára em 1656, porque a 2 de janeiro de 1660, já requeria terras no Rio Grande ao capitão mór, Antonio Vaz Gondim, alegando que já se achava na paróquia, “desde quatro anos atrás.”

Ele era já o Vigario de Nossa Senhora da Apresentação.

Desde então, não houve mais nenhuma duvida emergente de fato, ou referencia, a não ser da Köster, que informava ser de “N. S. da Conceição” a Igreja de Natal, ao que lhe opôs o egregio Rocha Pombo, (1922) a minha informação contrária na “Matriz de Natal.” (1914.)

Nem o velho cronista Ferreira Nobre, na “Breve Noticia,” nem o emérito Tavares de Lira, nem

Rocha Pombo, já citado, fazem qualquer restrição a esse ponto de vista, com relação á invocação, ou ao templo da Padroeira de Natal.

É portanto, fato incontestavel que a capela primitiva, que, ainda em 1614, não TINHA PORTAS, como afirma valioso documento da época, era da invocação de N. S. da Apresentação, e, ao que parece, estava localizada no mesmo lugar da archi-Catedral contemporânea. Em 1619, como se dedús da “pédra”, que foi encontrada nas escavações para a Igreja definitiva, construida em 1694, e que se acha ali na porta principal, nova construção foi feita, mas, o holandês a incendiou e destruiu completamente na sua retirada precipitada, após a vitoria das armas brasileiras, nos montes Guararapes, em Pernambuco. (1654).

Mas, nessa terceira Matriz, em cujo patamar, hoje nos reunimos, para as festas do bi-centenario, não havia vultos, ou imagens, ao que parece.

O quadro da apresentação da Virgem no Templo, de que fala Frei Agostinho, servia de Padroeira. Depois, foi pregado ao forro da Capela Mór e, mais tarde, retirado, em vista dos estragos, ao que informa a tradição. (2)

(2) D. Clara Maria Soares de Araujo, residente nesta cidade, afirma ter ainda alcançado no fôrro da Capelamór o quadro da Apresentação, na carta que se segue: Cópia. — “Natal, 22/11/53. Dr. Nestor: Cordeais saudações. Hontem, ouvi com atenção, que costume prestar, todos os sermões e discursos e gostei imensamente dos que fiseram os oradores na sessão do Bi-Centenario da chegada da imagem que se venera na Cathedral como sendo de N. S. da Apresentação e que algumas pessoas acham que seja de N. S. do Rosario. Conheço bem diversas imagens de N. Senhora, digo invocações de N. Senhora, e, por isso, digo que é N. S. Mãe dos Homes. A posição da mão não é a de quem está dando alguma coisa e sim, de quem está segurando. Quando criança, lembro-me, tinha ela na mão um ramo de flores. A zeladora do Altar, Lucinda Pereira do Lago, conhecida por Dondon, tia de Alfredo Antonio Pereira do Lago, tinha o cuidado de,

Nada de duvida pode haver sobre a t ela em quest o.

Recentemente, no Rio de Janeiro, frequentei a Matriz de S o Paulo Apostolo, que   ali venerado em um majestoso mural de grandes propor es. N o ha ali vultos do Padroeiro.

Assim j  acontecia aqui nas priskas  ras de 1600.

III — Agora, avancemos no tempo e vamos atingir os me dos do seculo XVIII.

Narra a tradi o que, a 21 de novembro de certo ano do referido seculo, foi encontrado, no mar largo, ou junto   Pedra do Rosario, no estu rio do Rio Jundi -Potengi, que banha a oeste a nossa Cidade, um caixote em que se continha uma Imagem de N. S. do Rosario, perfeitamente conservada, apesar de achar-se imersa nas aguas.

Reconhecida a d diva, o Cl ro e o Senado da Camara convocaram o povo natalense a trasladar, em grande estilo, a Santa Imagem para a Matriz da Apresenta o, onde ficou provisoriamente, como Padroeira da Freguesia. Os detalhes prov m da cren ice popular.

todos os anos, substitui-lo por um novo. Em 1915, Don on precisando de can ar, foi substituida por outra e n o mais botaram, na m o da imagem, o ramo.

Lembro-me tambem que vi no forro da Capela-m r, mais para o lado do Arco do que do Altar-m r, um grande quadro pintado a oleo, colorido, representando a Apresenta o de Maria no Templo, levada pelos pais, Joaquim e Ana, com 3 anos, para ser consagrada a Deus e recebida por um dos sacerdotes do Templo. Ao p  dos degraus, Joaquim e Ana, no meio Maria, subindo e   porta, o Sacerdote.

O referido quadro desapareceu quando as taboas do forro, arruinando-se, cairam. N o me ocorre, si nos ultimos anos do paroquiato do saudoso Padre Jo o Maria, ou nos come os do do Padre Mois s Ferreira. Aceite estas duas verdades para juntar aos seus trabalhos. Oferece-lhe (a) **Clara Maria Soares de Araujo.**"

Não ha documento deste fato, mas, ha tradição fidedigna a respeito. Digna de todo o credito.

Em 1909, quando realisava as pesquisas para escrever a "Matriz de Natal", recolhi a tradição, procurei no Arquivo da Intendencia de Natal o livro de Vereações do Senado da Camara, áqueles tempos e nada encontrei, infelizmente.

Mas, treis pessoas de fé e honra civica: João Neponuceno Seabra de Melo, contador do Tesouro do Estado, Alfredo Antonio Pereira do Lago e José Marinho, antigos amanuenses da Intendencia, me afirmaram ter visto e lido, no Arquivo citado, o termo de vereação do Senado da Camara de Natal, em que se relatava o providencial acontecimento. Todos treis leram e comentaram o fato. O livro desapareceu, nas duas mudanças da Intendencia. Outros confirmaram a tradição, ouvidos pelo ilustrado historiador Dr. Camara Cascudo, conforme expõe na sua "Historia da Cidade do Natal", (1947).

Temos que aceitar tão categoricas atestações, que, no entanto, não foram tomadas, *ad perpetuam rei memoriam*, como se fazia necessario, para comprovar a tradição. As testemunhas já não existem, mas, o depoimento ficou e foi publicado em vida deles, que o não contestaram. Valem como prova provada, para nós, os defensores da tradição.

Não me foi possivel, porém, fixar o *ano certo* da aparição. Nenhum documento ou testemunho conseguiu; tudo era falho. Fê-la, entretanto, com a sua incontestavel autoridade, o dr. Camara Cascudo, em seu belo livro já mencionado.

Referiu duas datas: 1736 e 1753; preferiu a ultima, sem dar as razões da preferencia. (pag. 102). Acaba de justifica-lo nesta solenidade.

Nada que opôr, diremos nós, pois, nada ha em contrario a afirmar. *Nihil obstat*. Deve ser a verdade.

Com base nessa definição, é que todos nós es-

tamos celebrando este bi-centenario da aparição miraculosa da Imagem, que é a nossa Padroeira excelsa e querida.

IV — Ha alguns anos atrás, quando andei por longes paragens meridionaes, em todos os estabelecimentos, que se incumbem da imaginária religiosa, procurei um vulto, ou um conjunto, do Misterio da Apresentação da Virgem no Templo e não me foi possível descobrir, nem sequer a gravura respectiva.

Queria faser esculpir o conjunto artistico, para oferta-lo á veneração dos nossos conterraneos.

Entretanto, comprometi-me com o nosso Prelaro Arcebispo Metropolitano, para oferecê-lo á futura Catedral de Natal, si eu ainda existir ao tempo em que ela fôr erigida.

Porque é um culto emocional á Virgem Maria e representa, na liturgia, todo o afeto do coração humano, a Ela dedicado, na mais profunda compreensão das suas inefáveis e miraculosas virtudes, é que, hoje, como em qualquer outro dia, rendemos a Ela, a “Rainha dos brandos esplendores e das mavisas caricias”, como dizia o grande Alves Mendes, as homenajens da nossa veneração e da nossa gratidão intradusivel, pelos beneficios que prodigalisa a todos nós, que a tomámos por nossa protetora e nossa Medianeira, ante os sagrados altares do verdadeiro Deus!

Assim, penso que tenho traduzido, em nome do Instituto Historico, a palavra official acêrca do fato, que a tradição nos transmitiu e nós guardâmos fielmente, da aparição milagrosa a 21 de novembro de 1753, da Imagem da Virgem do Rosario e que é venerada, na Catedral da Apresentação, como Padroeira dos Natalenses.

Bemdita a crença popular que se traduz num

postulado de qualquer naturêsa e é aceita e consagrada como a verdade, livre de dúvidas e de preconceitos, como aconteceu, no Ano Santo de 1950, em que S. Santidade Pio XII, gloriosamente reinante, definiu, com origem na tradição popular, desde seculos, o dogma da Assunção de Nossa Senhora Mãe de Deus.

Por esse mesmo poder criador e consagrador, que o Instituto Historico possui por seus Estatutos e por suas finalidades, não pode haver duvida sobre a aparição providencial da Imagem, que agora recolhe a ternura de todos os nossos corações e recebe a mais fervorosa das nossas homenajens filiaes.

Natal, 21/11/1953.

Nestor dos Santos Lima,
(Presidente do Instituto Historico, de Natal.)

Apresentação da SS. Virgem Maria

(Transcrito do "Oito de Setembro", periodico catolico desta Cidade, edição de 17 de novembro 1897, ano I, nº 5, sob a direção do Vigario Pe. João Maria).

"A 21 de novembro, a Santa Igreja celebra anualmente a festa da Apresentação da B. V. Maria, comemorando o auspicioso dia em que aquela privilegiada Menina foi conduzida por seus pais ao templo de Jerusalem para, nele oferecida a Deus, ser apresentada pelo Sacerdote ao Eterno Pai.

"Já em avançada idade, Joaquim e Ana, este-reis e quase sem esperança de filhos, eram tratados ignominiosamente e viviam acabrunhados no meio do seu povo. No entretanto, aumentava o fervor da sua oração, pedindo ao Misericordioso Pai dos Ceus que os livrasse daquele opróbio e os tornasse dignos de concorrerem para o advento do Divino Salvador, o suspirado Messias, que, segundo as escrituras, devia descender de sua nação. Á oração ajuntam o jejum e a esmola (meios eficazes de se conseguir de Deus favoravel despacho,) oferecendo á Majestade Divina, consagrando a seu serviço o fruto da benção que fosse servido dar-lhes.

"E, havendo sido ouvidas suas perseverantes e fervorosas supplicas, concedeu-lhes o Senhor uma filha... e que filha! a mais feliz criatura, destinada para Mãe do Divino Verbo!... quam jubilosos e cheios de reconhecimento, não se apressam em cumprir seu santo voto. Não o podem retardar; o mais cêdo que o permitiu a idade, apenas tendo Maria treis anos

de nascida, aqueles ditosos consortes dirigem-se ao Templo de Jerusalem e apresentam-n'a ao Sumo Sacerdote, declarando-lhe o voto que haviam feito, para que ella fosse ali educada conjuntamente com aquellas que viviam na casa edificada junto ao Templo, onde eram sustentadas pelas rendas do mesmo Templo.

“A festa da Apresentação foi sempre celebrada desde os primitivos tempos da Igreja; mas, o Papa Xisto V, por breve apostolico de 1º de setembro de 1585, decretou em todo o cristianismo fosse ella celebrada a 21 de novembro com o rito duplex maior.

“Um seculo depois, (1) pouco mais ou menos, a Apresentação de Nossa Senhora veio a ser o titulo da Igreja parochial desta Capital, que até então tinha por padroeira S. Quiteria (2).

“Isto constava de documentos da antiga Camara Municipal, que hoje não existem, mas, nos foram atestados por nossos antepassados, e ainda ha nesta Capital alguém que lêra taes documentos.

“D'onde se sabe que o motivo de ter sido Nossa Senhora da Apresentação (Apresentação de Nossa Senhora) escolhida para Padroeira desta Parohia foi o seguinte fato: — Vogando sobre as aguas do Potengy, no porto desta Cidade, no ponto chamado “Pedra do Rosario” — fôra, ha dois seculos, pouco mais ou menos, encontrado um caixão, bem repregado e forrado, que continha uma imagem da B. V. Maria com o Filho nos braços, a mesma que se tem conservado sempre, desde então, sobre o altar da Capela-mór da nossa Matriz.

“O povo natalense catolico desde tempos colo-

(1) Já em 1660, o Padre Leonardo Tavares de Melo dizia-se “vigario de N. S. da Apresentação de Natal. (Rev. do Inst. Hist. vol. 11/13 pag. 69-72).

(2) Os documentos não confirmam essa tradição.

niaes, por motivo de devoção, aproveitou-se daquele acontecimento para suplicar á autoridade competente — que fosse instituida Padroeira desta Paroquia a *Santissima Virgem Maria*; (3) e por ser o dia da invenção da imagem — 21 de novembro — consagrado, como dissemos, á Apresentação no Templo — foi efetivamente sob esse titulo, ou invocação, proclamada pelo coração dos fieis e confirmada canonicamente a B. V. Mãe de Deus nossa Excelsa Padroeira; no que vemos um penhor de sua valiosissima proteção”.

(3) Desde antes desse fato, era já a invocação consagrada pelos documentos conhecidos. (Rev. do Inst. Hist., vol. 11/13 pag. 69-72).

Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte

Relatorio da Presidencia no bienio de
29 março 1951 a igual data de 1953.

Meus illustres confrades do Instituto:

I — Ao completar 26 anos de direção nesta Casa, cabe-me mais u'a vês o dever de relatar-vos os fatos mais notaveis da nossa instituição, no biénio social que hoje se encerra.

Apenas, tenho um consolo, nessa longa trajetória, que consiste em não ter perecido o sodalício que recebi das mãos do saudoso desembargador Hemeterio Fernandes Raposo de Melo, a 29 de março de 1927, em brilhante assembleia realisada no salão nobre do Palacio do Governo.

A mesma fé e o mesmo desejo de leva-lo por deante continuam a animar-me o espirito, ainda hoje, que encetamos nova etapa nos destinos da associação historica, que constituimos e a que servimos abnegadamente.

SESSÕES: Houve as de rotina, as solenes e a magna de aniversario, ha dois anos.

COMEMORAÇÕES DO 1º CINCOENTENARIO DA FUNDAÇÃO: — De 23 a 29 de março do ano passado, quando o Instituto completou o seu 50º aniversario de fundação, realisaram-se sete sessões solenes de comemoração da efeméride magna da Casa da Memoria, com a série de conferencias, sob a de-

nominação de SEMANA DA CULTURA POTIGUAR, de que se encarregaram os consocios, Nestor Lima (duas vêses), Comandante Raul de Valença Camara, Dr. Juvenal Lamartine de Faria, professor Manoel Rodrigues de Melo, Monsenhor Paulo Heroncio de Melo e Dr. Luis da Camara Cascudo, que encerrou as solenidades, no dia exato da fundação. Serão publicadas no proximo numero da "REVISTA" essas conferencias, que deixaram a mais agradável impressão no auditorio e nos circulos culturaes da Cidade. Uma delas, aliás, já está inserta no numero do 50º aniversario *Revista*, nº XLVIII-XLIX, de 1951-1952.

O Governo do Estado, por seu Secretario Geral, dr. Americo de Oliveira Costa, associou-se a todas as comemorações, emprestando o seu concurso a todos os planos das solenidades.

OUTRAS COMEMORAÇÕES:—O Instituto Historico tomou parte ativa nas seguintes comemorações civicas:

a 12 de maio de 1952, no 1º cinquentenario do tragico desaparecimento de Augusto Severo, no seu dirigivel "PAX", em Paris, não só comparecendo ás festividades publicas, no "Aéro-Club do Rio Grande do Norte", como na praça Augusto Severo, no bairro da Ribeira, mas, tambem realizando em sua sede social a sessão magna comemorativa, em que pronunciou discurso o confrade presidente, em nome da Casa, o qual vae publicado noutro numero da *Revista* de 1954;

a 15 de outubro de 1952, no 1º centenario do nascimento do desembargador Joaquim Ferreira Chaves, governador duas vêses e senador federal pelo nosso Estado, como tambem Ministro de Estado da Marinha e da Justiça no governo federal do dr. Epitacio Pessoa, (1919-1922), quando houve missa votiva

na Catedral da Apresentação e sessão solene na sede do Instituto, ás 20 horas, com magnifica oração do confrade orador, dr. Luis da Camara Cascudo;

e a 21 de outubro de 1952, no 1º centenario do nascimento de José Toribio Medina, notavel poligrafo chileno, por iniciativa da divisão cultural do Ministerio das Relações Exteriores e do consulado do Chile, nesta capital, a cargo do estimavel sr. Carlos Lamas, tendo havido inauguração de uma herma do grande pensador chileno, á praça Pedro Velho, e a sessão solene de todas as associações culturaes da Capital, no Teatro Carlos Gomes, ás 20 horas, em que falou pelo Instituto Historico o seu presidente Nestor Lima, cuja palavra será publicada no numero do proximo ano da Revista.

“REVISTA”: — Circulou o numero XLVIII-XLIX, relativo aos anos de 1951-1952, dedicado especialmente á comemoração do cincoentenario da fundação do Instituto, a 29 de março de 1952, em edição de 500 exemplares e constante de 500 paginas bem impressas e copiosa e bem escolhida colaboração e registro dos acontecimentos do interesse do Instituto. Contém a lista geral dos socios atuaes, por suas categorias.

SOCIOS: — A relação dos socios foi acrescida de treis novos consocios: Honorario, D. José Adelino Dantas, Bispo de Caicó, efetivo, dr. Romulo Chaves Wanderley e correspondente, dr. Nilo Pereira, em Recife, Pernambuco.

Em compensação, extensa é a sequencia de nomes desaparecidos para sempre, no bienio em curso. São eles: desembargador Felipe Neri de Brito Guerra, diretor da Biblioteca, museu e arquivo, a 4 de maio de 1951, nesta cidade, dr. Francisco Pinto de Abreu, fundador, a 11 de julho de 1951, em Recife, dr. Hugo Vitor Guimarães e Silva, correspon-

dente em Fortalêsa, a 16 de novembro de 1950, dr. Rafael Fernandes Gurjão, benemerito, no Rio, a 11 de junho de 1952, Tobias Monteiro, benemerito, a 3 de agosto de 1952, Dr. Adauto Miranda Raposo da Camara, correspondente, a 17 de outubro de 1952, Dr. Nelson de Sena, correspondente no Rio, em janeiro de 1953, general Jonatas de Moraes Correia, correspondente, em janeiro de 1953, Orlando Ribeiro Dantas, correspondente, a 1º de fevereiro de 1953 e Almirante Raul Tavares, correspondente, a 19 de fevereiro de 1953. (10.)

Foram grandes perdas no nosso elenco social, as quaes deploramos sinceramente, prestando aos queridos consocios desaparecidos as homenajens a que tinham jús pelos seus grandes meritos pessoases.

DIRETORIA E COMISSÕES PERMANENTES:

— Na assembleia geral ordinaria de cinco do corrente, foram escolhidos e eleitos os dirigentes do Instituto, para o novo bienio a iniciar-se, hoje.

Reeleitos Presidente, secretarios, orador, tesoureiro, vice-presidente, adjunto de secretario, de orador e tesoureiro, e para membros das comissões de Fazenda e Orçamento e da "REVISTA", os srs. Nestor Lima, Desembargadores Silvino Bezerra, Vicente de Lemos Filho, dr. Luis da Camara Cascudo, dr. Manoel Varela Santiago Sobrinho, desembargadores Luis Tavares de Lira e Antonio Soares de Araujo, Otacilio Cavalcanti, dr. Luis Antonio Ferreira Souto dos Santos Lima, Manoel Rodrigues de Melo, desembargador Horacio Barreto, dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, Anfiloquio Camara, Nestor Lima, desembargador Antonio Soares e dr. Luis da Camara Cascudo, respectivamente, foi eleito para o cargo vago de diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo, o desembargador João Vicente da Costa, socio efetivo, e reeleito para adjunto o desembargador Matias Maciel Filho. Essa diretoria deverá ser empos-

sada nesta sessão magna de aniversario, conforme determinam os Estatutos.

FINANÇAS: — A cargo do dr. Manoel Varela Santiago e do seu adjunto professor Rodrigues de Melo, as finanças do Instituto estão em ordem, tendo sido apresentados á União e ao Estado os balançetes demonstrativos da aplicação das verbas de subvenção concedidas por uma e outro. Já foi apresentado, em assembleia geral de 5 do corrente, o balancête analítico da Receita e Despesa do Instituto, no exercício de 1952.

BIBLIOTECA, MUSEU E ARQUIVO: — Não houve alteração de monta na nossa Livraria, que foi enriquecida de varios volumes por oferta dos Governos ou dos proprios autores. Somos muito gratos a essas ofertas.

O Museu, porém, sofreu um vultoso dano, com o roubo praticado, em dias de outubro de 1952, por um larapio desalmado, que, penetrando com arrombamento no predio, quebrou a vitrine e subtraiu muitas moédas antigas, de prata e outros metaes, tanto de valor monetario, como de comemoração, que ornamentavam o nosso patrimonio numismatico. Dei parte á policia do 1º distrito e até agora, nenhum vestigio conseguí sobre o paradeiro das moedas, ou do autor desse vil atentado.

O Arquivo não teve qualquer modificação.

MOVEIS E UTENSILIOS: — Nada ocorreu de maior valor, além dos que foram adquiridos por ocasião dos festejos da data do cincoentenario do Instituto, em março do ano passado.

PREDIO: — Continua em bom estado o nosso edificio-séde, não se tendo realizado nenhum serviço no mesmo.

XI^o CONGRESSO NACIONAL DE GEOGRAFIA, EM PORTO ALEGRE: — O Instituto inscreveu-se para participar do XI^o Congresso Nacional de Geografia, com séde em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em fevereiro deste ano. Parece-me, porém, ter sido ele adiado, porquanto nenhuma noticia li ou ouvi a cerca da sua realização.

GOVERNADOR DIXSEPT ROSADO MAIA:— Não devo encerrar este Relatório, sem aludir á terrível catastrophe do Avião LAP, no Rio do Sal, em Aracaju, Estado de Sergipe, quando perderam a vida os srs. Governador Dixsept Rosado Maia e seus auxiliares drs. Felipe Pegado Cortês, Mario Gonçalves de Medeiros e José Borges de Oliveira, respectivamente, diretores de Agricultura, Imprensa e Municipalidades, causando esse acontecimento o mais profundo pesar em todas as camadas da sociedade.

Tratava-se de quatro moços entusiastas da causa publica, a serviço do Rio Grande do Norte, que, somente na capitania e na Provincia, sofrêra a perda de seus dirigentes, em circumstancias trágicas ou dramaticas, mas, nunca igualaveis á catastrophe do Rio do Sal.

Aqui, rendemos aos saudosos compatriotas as nossas homenajens do mais sincero dó e da mais perene saudade.

CONCLUSÃO: — Na confiança de ter exposto o que de mais notavel ocorreu na vida do Instituto, durante o bienio, que ora encerro, apresento aos presados consocios as expressões do meu vivo agradecimento, pela atenção que teem prestado aos interesses da Casa, servindo-a com o devotamento do seu alto e benévolo espirito de cooperação.

Natal, 29 de março de 1953.

Nestor dos Santos Lima
Presidente

Atas das Sessões do Instituto Historico

1952

Ata da 1ª sessão ordinaria.

*Presidencia do Dr. Nestor dos Santos Lima,
Presidente.*

Aos dois dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e dois, ás catorze horas, na sede do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, nesta cidade do Natal, á rua da Conceição 622, presentes os socios Dr. Nestor dos Santos Lima, Presidente, Desembargador Horacio Barreto, Dr. Varela Santiago, Srs. Manoel Rodrigues de Melo e Otacilio Cavalcanti, foi aberta a sessão sob a presidencia do Dr. Nestor Lima, servindo de secretario o sr Otacilio Cavalcanti, suplente de 2º secretario.

Ata — Foi lida e, sem emenda, aprovada a ata da sessão anterior.

Expediente: — Foram lidos officios sobre diversos assuntos, que foram despachados pelo Sr. Presidente, como tambem o Balancete da receita e despesa do Instituto no exercicio de 1951, que foi á Comissão de Fazenda e Orçamento, para dar parecer. — *Ordem do dia* — O Sr. Presidente declarou que o fim da sessão presente era o estudo do programa com que o Instituto comemorará, a 29 deste mês, o cinquentenario de sua fundação. Depois de bem discutido o assunto, por todos os presentes,

ficou mais ou menos certo que o Instituto, solenizando a data de seu cinquentenario, promoveria uma serie de conferencias, que teria lugar na sua séde, a começar do dia vinte três e a terminar no dia 29 do corrente, as quais serão proferidas por conhecidos homens de letras do nosso meio. — No dia 29, haverá missa em ação de graças, celebrada pelo Exmo. Sr. Arcebispo Dom Marcolino Dantas, na Cathedral. Á noite deste mesmo dia, realizar-se-á a sessão solene de encerramento, na qual falará o Orador do Instituto, escritor Luiz da Camara Cascudo. O Instituto terá feerica iluminação externa. — Durante as solenidades tocará uma banda de musica. — Serão convidadas as autoridades, familias e o povo em geral, para assistirem ás solenidades. — Ficou combinado ainda que o Instituto se reunirá todos os domingos deste mês até o dia vinte e três, afim de tomar outras providencias que, por ventura, julgue necessarias para maior brilhantismo das solenidades. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, do que para constar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente e pelo secretarios.

Otacilio Cavalcanti, servindo de 2º Secretario.

Ata da 2ª sessão ordinaria.

Presidencia do Dr. Nestor Lima,—Presidente.

As nove dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e dois, ás catorze horas, na séde do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, nesta cidade do Natal, à rua da Conceição 622, presentes os socios Dr. Nestor dos Santos Lima, Presidente, Desembargadores Horacio Barreto e Silvino Bezerra Néto, Snrs. Otacilio Cavalcanti e Manoel Rodrigues de Mélo, foi aberta a sessão, sob

a presidencia do Dr. Nestor Lima, secretariado pelo Dr. Silvino Bezerra Néto, 1º Secretario. — *Ata.* Foi lida e sem emenda aprovada a ata da sessão anterior.

Expediente. — O Sr. Nestor Lima refere-se ao centenario da elevação á vila e municipio de Mossoró a realizar-se à quinse do mês corrente. — Fez um historico minucioso daqueles acontecimentos e, ao concluir a sua dissertação, é vivamente aplaudido. Propõe afinal que o Instituto telegrafe no dia 15 do corrente ao Chefe do Executivo Mossoroense, congratulando-se com S. S. e com o povo daquela progressista cidade pelo notavel acontecimento. — *Ordem do dia.* — Discutiui-se medidas sobre melhor forma de se solenisar a data do cinquentenario da fundação do Instituto Historico, a realizar-se no dia 29 deste mês, ficando assentadas algumas medidas a respeito. — Em seguida, o Instituto aprovou a sugestão do Sr. Presidente de ser passado pelo Instituto ao chefe do Executivo mossoroense, um telegrama de congratulações áquela autoridade pela passagem do centenario de Mossoró, e a elevação á vila e municipio de Mossoró, a 15 do corrente.— Ficou resolvido que o Instituto se reunirá, no proximo domingo, 16, em sessão ordinaria. — Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levantou a sessão, do que para constar lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo presidente e pelo 1º Secretario.

Silvino Bezerra Néto, 1º Secretario

Ata da 3ª sessão ordinaria.

*Presidencia do Dr. Nestor dos Santos Lima,
Presidente.*

Aos desesseis dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e dois, às catorse horas, na

séde do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, nesta cidade do Natal, á rua da Conceição 622, presentes os socios Drs. Nestor Lima, presidente, e Varela Santiago; Desembargadores Horacio Barreto e Luiz Lira, e Sr. Otacilio Cavalcanti, foi aberta a sessão sôb a presidencia do Dr. Nestor Lima, secretariado pelo Sr. Otacilio Cavalcanti, suplente de 2º secretario. *Ata.* — Foi lida e, sem emenda, aprovada a da sessão anterior.

Expediente — O Sr. Nestor Lima refere-se ás comemorações do cinquentenario do Instituto Historico e lê em seguida o programa que fôra organizado para tal fim. Discutiram o programa os Srs. Otacilio Cavalcanti e Varela Santiago, apresentando outras sugestões a respeito. — *Ordem do dia* — Posto em votação o programa, com as sugestões apresentadas, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Ficou ainda resolvido que o programa que acabava de ser aprovado, seria divulgado pela imprensa e estação de radio local. Em seguida, o sr. Presidente convocou os socios presentes do Instituto para assistirem todas as festas comemorativas do cinquentenario do Instituto Historico, a iniciarem-se ás vinte horas do dia vinte e treis do corrente, na sua séde, com a primeira conferencia da serie a ser realisada; os quaes se encerrarão no dia 29 (vinte e nove), a noite, quando falarão o Dr. Camara Cascudo, orador do Instituto, e representantes de sociedades scientificas e culturais do Estado.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, do que, para constar, lavrou-se a presente ata que depois de lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente e pelo secretario.

Otacilio Cavalcanti, servindo de 2º secretario.

Ata da sessão solene comemorativa do encer-

ramento das festividades do cinquentenario do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte.

Aos vinte e nove dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e dois, pelas vintes horas, no salão roseo do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, presente a maioria dos seus socios, residentes nesta capital, e numerosa assistencia composta de altas autoridades civis, militares e eclesiasticas, diretora, professoras e alunas da Escola Domestica, familias, cavalheiros, representando o Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Silvio Pedrosa, o Exmo. Sr. Secretario Geral Dr. Americo de Oliveira Costa, foi aberta a sessão pelo presidente, Dr. Nestor dos Santos Lima, que convidou para comporem a Mesa os senhores Drs. Adalberto Amorim, presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Comandante Raul Valença, representante das forças Armadas, Camara Cascudo, escritor, e Americo de Oliveira Costa, secretario Geral do Estado, representante do Sr. Governador do Estado, que atualmente se acha na Capital Federal. Constituida a mēsa, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão. *Expediente.* — Foi lido o seguinte: — telegramas — “Rio, 27 — Dr. Nestor Lima, presidente do Instituto Historico — Natal — Estou na impossibilidade material de estar aí para as festas do nosso Instituto, como seria do meu agrado e do meu dever. Somente poderei viajar começo abril, Abs. Cordeais — (a) José Augusto. “Rio 29 — Presidente Instituto Historico — Natal — Congratulações Vossencia preclaros consocios auspicioso Jubileu aureo desse sodalicio. Saudações cordeais — General Fernando Tavora.” “Rio, 29 — Dr. Nestor Lima — Presidente Instituto Historico — Natal — Envio eminente confrade efusivas congratulações por esta gloriosa data nosso Instituto Historico. (a) Adauto Camara. *Cartão* — Ao

Exmo. Dr. Nestor Lima, D. D. Presidente do Instituto Historico, João Vicente da Costa, na impossibilidade de sua presença á festa comemorativa do 50º aniversario do valoroso Instituto Historico, tem a melhor satisfação de apresentar efusivas congratulações. Natal, — março 1952. — Ainda no expediente, o Sr. Otacilio Cavalcanti declarou que lhe haviam sido conferidos poderes, pelo Sr. Engenheiro José d'Avila Lins, ex-presidente do Instituto Historico paraibano, atualmente residindo nesta capital, onde exerce as funções de chefe do 5º Distrito Federal de Obras Contra as Sêcas, para representa-lo nesta solene sessão comemorativa da passagem do cinquentenario do Instituto Historico do Rio Grande do Norte, hoje. — Ciente. — Com a palavra o Sr. Presidente disse que havia chegado ao termino das festas comemorativas do cinquentenario do Instituto Historico. O programa aprovado pelo Instituto Historico e difundido pela imprensa e pelo radio, não fôra rigorosamente cumprido, por que os confrades José Augusto e Cristovão Dantas, que se comprometeram a fazer as conferencias dos dias 27 e 28, respectivamente, não poderam desincubir-se do que prometeram, porque interesse do Estado privou-lhes de sairem do Rio, onde ainda se encontram, tendo ambos sido substituidos. O programa referido foi o seguinte: Programa das solenidades comemorativas do 1º cinquentenario da sua fundação, a 29 do corrente.—Semana da Cultura Potiguar, de 23 a 29 de março de 1952. Dia 23, Domingo, ás 20 horas, conferencia do dr. Nestor Lima sobre "o jubileu de ouro do Instituto Historico." Dia 24, segunda-feira, ás 20 horas, conferencia do capitão de fragata Raul de Valença Camara, acerca dos "Aspectos Geopoliticos do Rio Grande do Norte." Dia 25, terça-feira, ás 20 horas, conferencia do Dr. Juvenal Lamartine, sôb o titulo "Evolução Economica do Rio Grande do Norte." Dia 26, quarta-feira, ás 20 horas,

conferencia do mons. Paulo Heroncio, a cêrca de "Os Jesuitas nas primeiras horas na Capitania." Dia 27, quinta-feira, às 20 horas, conferencia do Dr. Cristovão Dantas, sôbre importante assunto da nossa economia, substituido pelo sr. Manoel Rodrigues de Mélo que falou sôbre "A personalidade do Cel. José Beserra, Patriarca do Seridó." Dia 28, sexta-feira, às 20 horas, conferencia do deputado José Augusto, sôb tema de sugestivo valôr atual, substituido pelo Dr. Nestor Lima, que falou sôbre "Lendas e tradições do Rio Grande do Norte." Dia 29, às 8 horas na Cathedral Arquidiocesana, missa de ação de graças pelo Exmo. Sr. Dom Marcolino Dantas, 1º Arcebispo de Natal. Às 18 horas, retrêta de uma banda de musica militar, em frente á séde social; às 20 horas, sessão magna solene do Instituto Historico, sendo orador oficial o Sr. Luis da Camara Cascudo, falando outros oradores. Encerramento das solenidades. Os convites destribuidos pela Diretoria são válidos para todos os atos acima programados." O Dr. Nestor Lima disse que, afinal, chegávamos ao termino da nossa jornada. Referiu-se, em seguida, aos vultos que fundaram o Instituto Historico, dizendo do esforço, dedicação, patriotismo de cada um deles. Exaltou tambem a obra que, em proveito do Instituto, vem realizando os que o dirigem e os que o dirigiram até aqui. — Declarou que é orador oficial do Instituto o sr. Camara Cascudo, que tem elevado com o ouro da sua inteligencia iluminada; vai dar-lhe a palavra, já tão esperada pela grande assistencia, que anseia por ouvi-lo. É dada a palavra ao Dr. Camara Cascudo. O orador do Instituto reporta-se aos primeiros dias da fundação da cidade do Natal e citando fatos, ocorrencias, homens, chega até aos nossos días e diz:—tudo isso está registrado nos arquivos do Instituto Historico e é para isto que servem os Institutos Historicos: guardar as nossas tradições, os nossos feitos, a memoria dos an-

tepassados que fiseram a nossa grandesa e a nossa independencia, tudo enfim que se relaciona com os nossos costumes, tradições, desenvolvimento, progresso, cultura, raça etc. Continuando disse: está de parabens o nosso Instituto, pelo transcurso de suas bôdas de ouro; mas, tambem está de parabens o Sr. Dr. Nestor Lima pelo seu jubileu de prata, hoje, na presidencia desta casa — presidencia de trabalho, dedicação amor á instituição e patriotismo acendrado. Ao terminar a sua oração, o Sr. Camara Cascudo recebeu incessante salva de palmas e foi abraçado por todos os presentes. — Falaram ainda, congratulando-se com o Instituto, pela passagem da sua data cinquentenaria, os Srs. Manoel Rodrigues, pela casa “Euclides da Cunha”, o Monsenhor Paulo Heroncio de Mélo, pelo Clero Norte-Riograndense, o dr. Edgar Barbosa, pela Academia de Letras e o Dr. Americo de Oliveira Costa, secretario geral, pelo governador, do Estado Exmo. Sr. Dr. Silvio Pisa Pedrosa. Após, o Dr. Nestor Lima, declarou que ia encerrar a sessão. Agradeceu, antes, o comparecimento das autoridades, familias, escolas, juventude e todos que compartilharam com as alegrias do Instituto. Agradeceu ainda, aos consocios que ajudaram na realização do programa da festa. — Disse que estava satisfeito por tudo e muito satisfeito com a bençã dada pelo Exmo. Sr. Arcebispo Dom Marcolino Dantas, na missa em ação de graças celebrada na manhã de hoje, ao Instituto Historico, tendo abençoado tambem os trabalhos realizados por esta casa. — A todos, finalmente, “muito obrigado”, disse o Dr. Nestor Lima. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Do que para constar lavrou-se a presente ata que depois de lida e aprovada, vai assinada pelo presidente e pelo secretario.

Otacilio Cavalcanti, servindo de 2º Secretario.

*Ata da sessão solene do Instituto Historico,
pelo transcurso do aniversario de morte de
Augusto Severo.*

Aos dose de maio de 1952, perante familias, altas autoridades civis, militares e eclesiasticas, foi aberta a sessão pelo Dr. Nestor Lima, presidente, que, depois de explicar o motivo da sessão, passou a presidencia ao Cel. Honorio Keller, comandante da Base Aérea de Natal e presidente de honra da comissão organisadora das homenagens pelo transcurso do 50º aniversario da morte de Augusto Severo, a bordo do dirigivel "Pax", em Paris, ao lado do mecanico Sachet. Assumindo a presidencia, o Cel. Honorio Keller convidou para comporem a mesa os Srs. representante do Governador do Estado, Presidente do Tribunal de Justiça, Prefeito da Capital, Comandante da guarnição militar de Natal, o Presidente do Instituto Historico, e o Sr. Sergio Severo, filho do homenageado. Em seguida, falaram o Dr. Nestor Lima, pelo Instituto Historico e Academia Norte-Riograndense de Letras, Manoel Rodrigues de Mélo, pela casa "Euclides da Cunha" e a senhorita Eliane Dantas, pela Academia Feminina de Letras, todas exaltando o feito glorioso do grande argonauta, que é "filho dileto da Gloria", na expressão do dr. Nestor Lima. A senhorita Miriam Celic recitou versos de sua autoria, alusivos ao feito. Todos os oradores foram aplaudidos com incessante salva de palmas. Ao encerrar a sessão, o presidente agradeceu a presença de quantos vieram abrilhantar a sessão e, em seguida, declarou-a encerrada. Do que para constar, lavrou-se a presente ata que depois de lida e aprovada, vai assinada pelo presidente e pelo secretario.

Otacilio Cavalcanti, servindo de secretario.

Ata da sessão solene do Instituto Historico e Geográfico do Rio Grande do Norte, com a colaboração do governo do Estado comemorativa do centenario do Dr. Joaquim Ferreira Chaves.

Aos quinze dias do mês de outubro de mil novecentos e cinquenta e dois, pelas vinte horas, na séde do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, perante autoridades federais, estaduais e municipais, numero legal de socios do Instituto Historico, familias e pessoas gradas, o Sr. Dr. Nestor Lima, Presidente, declarou aberta a sessão e, em seguida, convidou para presidi-la o Exmo. Sr. Americo de Oliveira Costa, secretario Geral do Estado, representando no momento o Sr. Governador do Estado.— Assumindo a Presidencia, o Exmo Sr. Americo de Oliveira Costa, convidou para fazerem parte da mesa os Srs. Des. Adalberto Amorim, Presidente do Egregio Tribunal de Justiça do Estado, — Dr. Nestor Lima, Presidente do Instituto Historico, Sr. Carlos Lamas, Vice-Consul do Chile, Desembargador Silvino Beserra, 1º secretario do Instituto, Dr. Camara Cascudo, orador do Instituto e desembargador Horacio Barreto, membro da familia do homenageado. — Constituida a mēsa, falou o Dr. Americo de Oliveira Costa, Presidente da sessão, que teve palavras de louvores á ação politica administrativa do Desembargador Joaquim Ferreira Chaves, no Rio Grande do Norte, bem como á sua vida de magistrado, sendo muito aplaudido ao findar o seu discurso. — Em seguida, o presidente da sessão deu a palavra ao orador do Instituto, Dr. Luiz da Camara Cascudo, que, por espaço de noventa minutos, historiou a vida, no Rio Grande do Norte, forense e politica do desembargador Ferreira Chaves, promotor em Pau dos Ferros, Juiz de Direito em Nova

Cruz, Juiz dos casamentos em Natal, Governador do Estado, duas vezes, Senador da Republica, Ministro da Justiça e Ministro da Marinha. O Sr. Camara Cascudo demonstrou que o desembargador Ferreira Chaves foi um grande reformador dos costumes politicos do Rio Grande do Norte, um administrador de raras qualidades e que, na sua administração, a Justiça foi cercada do maior prestigio e o crime foi combatido, sem treguas. Governo financeiro e honesto, S. Ex.^a o Sr. Ferreira Chaves, disse o orador ao deixar o governo em 1920, acusou nos cofres publicos um saldo de 1.400.000, (mil e quatrocentos contos de reis), o que, naquela época, representava consideravel importancia. O Sr. Camara Cascudo, ao terminar seu brilhante discurso, recebeu incessante salva de palmas da grande assistencia. — O Sr. Presidente da sessão facultou a palavra a quem quizesse falar. Discursou, então, o Des. Silvino Beserra Néto, 1º secretario deste Instituto, que se referiu ao prestigio da magistratura, no governo do Desembargador Ferreira Chaves, quando desempenhou as funções de Juiz de Direito no interior do Estado. Exaltou as qualidades daquele governador, a quem, em 1920, passou um telegrama de agradecimentos e louvores pelo prestigio que lhe vinha dando para bem desempenhar a difficil e nobre missão de Juiz de Direito. — Em seguida, o Dr. Silvino Beserra leu o telegrama que passou ao Dr. Chaves e foi, ao terminar, muito aplaudido. — Ninguem mais querendo uzar da palavra, o sr. Presidente, depois de referirse aos discursos dos srs. Camara Cascudo e Silvino Beserra, elogiosamente, agradeceu a contribuição valiosissima que os mesmos trouxeram a esta solenidade; e em seguida, agradeceu ás autoridades, ás familias e ao povo em geral que aqui vieram abrihantar as mesmas solenidades com as suas presenças em homenagem ao saudoso Desembargador Ferreira Chaves, no 1º centenario do seu nascimento.

— Tocou na frente do edificio a banda de musica da Policia Militar do Estado. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, do que lavrou-se a presente ata que depois de lida e aprovada vai assinada pelo presidente e pelo secretario.

(a) *Silvino Beserra Néto*, 1º Secretario.

Ata da sessão de Assembleia Geral da Eleição da Diretoria e Comissões Permanentes do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte.

Presidencia do Dr. Nestor dos Santos Lima.

Aos vinte e dois dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e três, ás catorze horas, presentes, na séde do Instituto Historico os socios Srs. Nestor Lima, Luiz Lira, Antonio Soares, Silvino Beserra, Lemos Filho, Varela Santiago, Manoel Rodrigues, Aldo Fernandes e Otacilio Cavalcanti (8) é aberta a sessão, sôb a presidencia do Sr. Nestor Lima, servindo de 1º e 2º secretarios os Srs. Silvino Bezerra e Lemos Filho. Não houve ata.

Expediente. — Foram lidos officios: sobre comunicações de eleições de novas Diretorias dos Institutos Historicos e outras sociedades culturais do Paiz; referentes a pedidos de publicações do Instituto; e outros relativos e variados assuntos, os quais foram despachados pelo Sr. Presidente. — Foram lidas ainda três propostas dos nomes dos Snrs. D. José Adelino Dantas, atual Bispo de Caicó, para socio honorario, Nilo Pereira, residente em Recife, para socio correspondente e Romulo Chaves Vanderlei, residente nesta capital, para socio efetivo; e de um voto de congratulações e de admiração pela criação e ins-

talação da nova arquidiocese de Natal, com o seu eminente titular D. Marcolino Esmeraldo de Sousa Dantas, 1º arcebispo, bem como com todo clero do Rio Grande do Norte, por tão auspicioso e sempre desejado acontecimento. O Sr. Presidente declarou que as propostas ficariam sobre a mêsã até a próxima sessão, para receberem emendas.

Ordem do dia:— O Sr. Presidente declarou que, nos termos da convocação feita pela imprensa desta capital, vai se proceder á eleição, por escrutinio secreto, da Diretoria e Comissões Permanentes, uma vêz que há numero legal, na forma dos Estatutos. Recolhidas, contadas e apuradas as cédulas, obteve-se o seguinte resultado: Para Presidente: Dr. Nestor Lima 8 votos, Dr. Luiz Lira 1 voto; para 1º vicepresidente, Dr. Antonio Soares 8 votos, e Dr. Varela Santiago, 1 voto, para 1º secretario, Dr. Silvino Bezerra 8 votos, e Otacilio Cavalcanti 1 voto, para 2º secretario, Dr. Lemos Filho 8 votos e Manoel Rodrigues 1 voto. Para suplente de 2º secretario, Otacilio Cavalcanti 8 votos e Manoel Rodrigues 1 voto. Para orador Dr. Camara Cascudo 9 votos. Para adjunto de orador, Dr. Luiz Antonio 9 votos. Para tesoureiro, Dr. Varela Santiago, 8 votos e Otacilio Cavalcante, 1 voto. Para adjunto de Tesoureiro, Sr. Manoel Rodrigues, 8 votos e Dr. João Vicente 1 voto. Para diretor da biblioteca, Museu e Arquivo, Dr. João Vicente da Costa, 9 votos.

Comissão de Fazenda e Orçamento: Drs. Horacio Barreto, Aldo Fernandes e Anfiloquio Camara. *Comissão de Revista:* — Drs. Nestor Lima, Antonio Soares e Camara Cascudo. Foram assim reeleitos todos os membros da atual Diretoria e eleito o Sr. João Vicente na vaga aberta com o falecimento do saudoso consocio Desembargador Felipe Guerra, para Diretor da Biblioteca, Arquivo e Museu. O Sr. Presidente proclamou reeleitos os confrades acima enu-

merados com as maiores votações e eleito o Sr. João Vicente da Costa. Agradeceu a confiança que lhe era reiterada e convidou todos os reeleitos e eleitos a se empossarem na sessão solene de 29 do corrente. Em seguida, o Sr. Antonio Soares requereu dispensa de interstício para as propostas que estavam sobre a mēsa, afim de que fossem as mesmas discutidas e votadas na presente sessão, sendo aprovado o requerimento, por unanimidade. Posto em discussão e votação, em primeiro lugar, o voto de congratulações e de admiração pela criação e instalação da nova arquidiocese de Natal, com o seu eminente titular Dom Marcolino Dantas, 1º Arcebispo, bem como com todo o ilustre Clero Arquidiocesano, foi unanimemente aprovada. Foram igualmente aprovadas por unanimidade, as propostas conferindo o diploma de socio honorario ao Exmo. Sr. Dom José Adelino Dantas, Bispo de Caicó; de socio correspondente ao Dr. Nilo Pereira, residente em Recife; e de socio efetivo ao Dr. Romulo Chaves Vanderlei, residente nesta capital. Requereu ainda o Sr. Antonio Soares que se inserisse na ata desta sessão, um voto de profundo pesar pelos consocios falecidos entre 29 de Março de 951 a esta data, e que foram os senhores, Desemb. Felipe Neri de Brito Guerra, Dr. Francisco Pinto de Abreu, (fundador) Dr. Rafael Fernandes Gurjão, (benemerito), Dr. Tobias Monteiro (benemerito), Dr. Aduino Miranda Raposo da Camara, Dr. Nelson de Sena, Almirante Raul Tavares, Cel. Jonatas de Moraes Correia e Dr. Orlando Ribeiro Dantas (9). O requerimento do Sr. Antonio Soares foi unanimemente aprovado. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, do que para constar lavrou-se a presente ata que depois de lida e aprovada vai assinada pela mēsa.

Nestor dos Santos Lima
Silvino Beserra Néto
Vicente de Lemos Filho.

Ata da sessão solene de posse da Diretoria e Comissões Permanentes do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte.

Presidencia do Dr. Nestor dos Santos Lima.

Aos vinte nove dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e três (1953), presentes na séde do Instituto, á rua da Conceição 622, numero legal de socios, autoridades, familias e pessoas gradadas, o Presidente, Sr. Dr. Nestor dos Santos Lima abriu a sessão, convidando antes, para tomar assento á Mêsá, o representante do governador Silvio Pedrosa, Dr. Americo de Oliveira Costa, Secretario Geral do Estado, e para secretarios os consocios Silvino Beserra Néto e Otacilio Cavalcanti. — *Expediente.* — Foi lido o seguinte: Telegrama: Do Deputado José Augusto, 1º Vice-Presidente da Camara Federal, nos termos que se seguem: Of. Dr. Nestor Lima, Presidente Instituto Historico — Natal — R. N. — Congratulo-me com o nosso benemerito Instituto pela passagem do seu cinquenta e um aniversario e associo-me ás justas homenagens ao nosso excelente companheiro Rafael Fernandes — Ahrs. José Augusto. — Cartão do consocio desembargador João Vicente da Costa, assim redigido: — Ao Exmo. Presidente do Instituto Historico — Dr. Nestor Lima — com atenciosas saudações, João Vicente da Costa expressa a sua satisfação e o mesmo espirito de solidariedade no desenvolvimento das realizações da magna Casa de Civismo de nosso Estado, pronto para o serviço do encargo de Diretor da Biblioteca, do Museu e Arquivo Natal, 28-3-53. *Ordem do dia.* — O Sr. Presidente, usando da palavra, declarou os fins da reunião, e como tivessem todos os socios reeleitos aceitado os cargos para que foram escolhidos, os considerava empossados desde já. — Considerou tambem empossado no cargo de Diretor da

Biblioteca, Museu e Arquivo o consocio Dr. João Vicente da Costa, que fora eleito na vaga aberta pelo falecimento do saudoso consocio Desembargador Felipe Guerra. — Em seguida, o Presidente pediu ao Dr. Americo de Oliveira Costa para fazer entrega dos Diplomas aos socios aceitos na seção de vinte e dois do corrente, jornalista Romulo Vanderley, presente, Dr. Nilo Pereira, residente em Recife, representado no momento, pelo consocio Camara Cascudo, e Dom José Adelino Dantas, Bispo de Caicó representado pelo Dr. Nestor Lima, o que foi feito sob prolongada salva de palmas. Após, foi inaugurado, na galeria dos benemeritos do Instituto, o retrato do ex-interventor e ex-governador do Estado, Dr. Rafael Fernandes Gurjão, falecido a 11 de junho 1952, tendo falado no momento sobre a vida pública e as virtudes morais e civicas do homenageado, o Dr. Americo de Oliveira Costa, que, por solicitação da Presidencia do Instituto, declarou inaugurado o retrato daquele saudoso e ilustre Norte-Riograndense na galeria de honra da casa. O Sr. Romulo Vanderlei, com a palavra, agradeceu ao Instituto o diploma que lhe acabava de conferir, de socio efetivo desta ilustre casa e prometeu que tudo faria em prol do seu progresso, prestigio e grandêsa. — O Dr. Aldo Fernandes, em nome da familia Rafael Fernandes, agradeceu comovido, as homenagens tributadas ao Dr. Rafael Fernandes. — Em magnifico improvisado, o consocio Camara Cascudo, orador da Casa, falou sobre os dez socios do Instituto, falecidos, no bienio 1951-1953. O Dr. Luiz Antonio em brilhante discurso saudou os novos socios que passaram a tomar parte na vida do Instituto Historico. Postas em discussão e votação as contas do Instituto, referentes ao exercicio de 1952, com parecer favoravel da Comissão de Fazenda, Orçamento e Contas, foram aprovadas, por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente leu substancioso relatorio

das atividades do Instituto no bienio 1951-53. Terminada a leitura do relatório, o Sr. Presidente facultou a palavra a quem quisesse usá-la, tendo reinado silêncio. Agradeceu então, o Sr. Presidente a presença das autoridades, famílias, cavalheiros á presente reunião e, em seguida, encerrou a sessão. Do que para constar, lavrou-se a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pela Mêsá.

Nestor dos Santos Lima
Silvino Beserra Neto
Otacilio Cavalcanti.

Ata da sessão da Assembleia Geral do Instituto Historico e Geogrrfico do Rio Grande do Norte, para emenda dos Estatutos.

Ao primeiro dia do mês de Agosto de mil novecentos e cinquenta e três, nesta cidade do Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, á rua da Conceição 622, pelas dezesseis horas, presentes os Des. Luiz Tavares de Lira, 1º Vice-Presidente em exercicio, Horacio Barreto, Camara Cascudo, Lemos Filho, Romulo Vanderlei e Otacilio Cavalcanti, reuniu-se em Assembleia Geral, em segunda convocação, por não ter havido numero legal para a primeira, o Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, conforme edital de convocação publicado no «Diario Oficial», do Estado, edições de vinte e treis, vinte e quatro, e vinte e cinco do mês de julho passado. Assumiu a presidencia o Sr. Des. Luiz Tavares de Lira, 1º Vice-presidente, em exercicio, que convidou para secretarios os Srs. Lemos Filho e Otacilio Cavalcanti, depois do que declarou aberta a sessão. Em seguida, declarou o Presidente os fins da reunião que eram os que constavam

do edital de convocação publicado no «Diario Oficial, mais de uma vêz, e facultou a palavra aos presentes para apresentarem as suas emendas. Foi então, apresentada á Mêsá uma emenda assinada por todos os presentes, nos seguintes termos: “Emenda ao artigo, 20, acrecente-se o seguinte: § 1º—O atual presidente passará a exercer as suas funções, dê da presente data, em carater perpetuo. O paragrafo unico passa a ser paragrafo segundo, com a mesma redação —

Art. 30 — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, em Natal, 1º de Agosto de 1953 — (a a) *Luis Tavares de Lira—Luiz da Camara Cascudo—Vicente de Lemos Filho—Horacio Barreto—Romulo Vanderlei—Otacilio Cavalcanti.* — Lida a emenda, pediu a palavra o Sr. Camara Cascudo que a justificou, dizendo que era justo que se prestasse uma homenagem áquele que tem sido presidente desta Casa, há vinte e cinco anos e que tem sabido continuar a obra dos seus antecessores, pelo trabalho assiduo, pela respeitabilidade e pela dedicação. Continuando, disse o Sr. Camara Cascudo que comentam que o Instituto Historico é composto de um minoria aristocratica e que isto é *slogan* do Sr. Dr. Nestor Lima. — Mas, que tem sobradas rasões o illustre presidente desta Casa, pois que é porque existe esta minoria, que este Instituto tem permanecido respeitado, colocado em ponto alto de consideração e honestidade, desenvolvendo trabalho util e patriotico;—que, quando alguém é chamado para fazer parte do seu quadro de socios, todos nós temos a certesa de que o novo companheiro deve merecer toda a nossa confiança. — E isto tem sido realisado pelo trabalho honesto do Dr. Nestor Lima. — E’ justo, pois, que a ele prestemos essa homenagem, no dia do seu aniversario hoje. — As ultimas

palavras do Dr. Camara Cascudo foram abafadas por demorada salva de palmas.— O presidente, em seguida, proclamou eleito Presidente Perpetuo do Instituto o Dr. Nestor dos Santos Lima e que deixara de submeter á aprovação da Casa a emenda apresentada, porque, ella estava assinada por todos os presentes. Nova salva de palmas ecoou no recinto, — Com a palavra ainda, o Presidente consultou a casa no sentido de se telegrafar ao Dr. Nestor Lima, no Rio, onde se encontra, felicitando-o pelo seu anniversario e dando-lhe ciencia do resultado desta Assembleia Geral; manifestaram-se de acordo todos os presentes. O Instituto recebeu do consocio Silvino Beserra, 1º secretario, um telegrama nos seguintes termos: Desembargador Luiz Lira. — Vice-Presidente Instituto Historico — Rua Conceição Natal — Motivo doença não compareci sessão hontem, em que nossos consocios investiram Nestor Lima, Presidencia perpetua Instituto Historico, intermedio caro collega, levo minha solidariedade e aplausos sinceros á justa deliberação. Saudações — (a) *Silvino Beserra*, 1º secretario Instituto — Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão do que para constar lavrou-se a presente ata que depois de lida e aprovada vai assinada pela Mêsas.

Luiz Tavares de Lyra
Vicente Lemos Filho
Otacilio Cavalcanti.

NECROLOGIA

DR. JOSÉ TORRES DE OLIVEIRA

No dia 1º de outubro de 1951, faleceu em São Paulo, o dr. José Carlos Maria Dias Torres de Oliveira, notavel advogado e presidente perpetuo do Instituto Historico e Geografico de São Paulo.

Nascêra a 26 de fevereiro de 1869, naquela capital, sendo filho do casal Comendador José Dias Torres de Oliveira e D. Carolina Rosa Dias Torres de Oliveira. Deixou descendentes.

Era bacharel em ciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito, tendo colado grau a 5 de novembro de 1889.

Exerceu funções publicas de promotor em Cunha (1890), juiz municipal e de orfãos, em São Luiz do Parahytinga (1891) e promotor publico em Jaboticabal (1898), onde se fixou e exerceu a advocacia, a agricultura e o jornalismo. Em 1902, mudou-se para a capital, como advogado e companheiro de dr. Pedro de Toledo, (1902-1910), onde se dedicou aos estudos historicos, como membro e presidente do Instituto Historico, de que foi consagrado presidente perpetuo, até á data do falecimento.

Sua formação se fisêra em Itú, no Internato "São Luiz", (1879-1882) e no Colegio "Moretz-Sohn", na capital (1883-1884).

Deixou varios estudos de direito e historia, discursos no Instituto, constantes da *Revista*, vols. XI, XXII, XXIX, etc, uma notavel conferencia sobre

“Anchiêta e a pacificação dos Índios”, publicada no “Jornal do Comercio”, do Rio, a 31/12/1933.

Fazia parte de varias associações científicas e culturaes, entre as quaes o Instituto Historico do Rio Grande do Norte, onde foi admitido a 29 de março de 1941. Era membro inscrito da O. A. B., seção de S. Paulo.

Já alquebrado pela idade e pelos trabalhos, o dr. Torres de Oliveira era bem uma tradição de cultura e de bondade, que enobrecia a elite mental de São Paulo. N. L.

DR. RAFAEL FERNANDES

(Socio efetivo e benemerito)

Na relação dos socios desaparecidos ultimamente, figura lamentavelmente o nome do dr. Rafael Fernandes Gurjão, que, como Interventor Federal do Estado (1937-1943), teve a grande generosidade de entregar-nos, em 1938, a séde permanente e definitiva do Instituto Historico, segundo havia determinado, em 1906, o ex-Governador Augusto Tavares de Lira e conforme extenso memorial que lhe apresentou a Presidencia da corporação, após a extinção da Justiça Eleitoral, que ocupava o predio.

Era um nobre espirito e grande coração. Bem moço ainda, foi rapida a sua trajetoria na vida publica. Deputado estadual, deputado federal, prefeito de Mossoró, Governador do Estado (1935-1937), Interventor Federal (1937-1943), houve-se sempre com ilibada correção e decencia, de modo a conquistar a admiração dos seus concidadãos.

Natural de Pau dos Ferros, onde nasceu a 24 de outubro de 1892, foram seus paes Abilio Fernandes Gurjão e D. Maria Ursicina F. Gurjão.

Era diplomado em Medicina, pela Faculdade do Rio, em 1912.

Casou com sua prima D. Leonila Xavier Fernandes, que lhe sobrevive, deixando dois filhos Gileno e Marcos. Faleceu, no Rio, a 11 de junho de 1952.

Ao Instituto Historico, onde penetrou, como socio efetivo, a 29 março de 1927, passando a benemerito, a 29 fevereiro 1940, prestou grandioso beneficio, decretando a transferencia definitiva da sua séde propria, á rua Conceição, 622, nesta capital, por decreto-lei nº 503 de 7 de juho de 1938, seguido pelo outro decreto-lei nº 548 de 22 de agosto do mesmo ano, do Secretario geral em exercicio de Interventor, dr. Aldo Fernandes, hoje, tambem socio benemerito do Instituto.

Na sessão magna de 29 de março de 1953, o Instituto, pela vós do seu emerito orador, dr. Camara Cascudo, tributou á memoria do dr. Rafael Fernandes a sua homenagem sincera, inaugurando-lhe o retrato na galería de benemeritos da Casa.

Aqui, reiterâmos esse tributo cordeal pelo muito que nos fês. N. L.

TOBIAS MONTEIRO

(Socio benemerito)

Em outra seção desta "Revista", foi consignada a homenagem especial, a que fês jus em vida, Tobias Monteiro, socio benemerito do Instituto, desde 30 de junho de 1930, ainda que tivesse tido ingresso a 18 de fevereiro de 1917.

Mas, tão grandes foram os prestimos que esse notavel conterraneo e consocio dedicou a nossa instituição, nos diversos passos de sua existencia, que

não nos podemos negar a registrar, nestas paginas, a larguêsa dos seus beneficios e o interesse pelas suas atividades.

Assim, devemos declarar que Tobias Monteiro foi um bemfeitor assíduo do nosso sodalicio, doando-lhes volumosa mêsse de obras de sua autoria e de outros grandes autores nacionaes e estrangeiros; fêz construir varias seções de estantes de fina materia prima, para abrigar as nossas coleções; mais de uma vês, remeteu quantias, em especie para as nossas necessidades e deixou, afinal, no seu testamento, um legado em dinheiro de Cr\$ 20.000,00, ainda não realizado, por causa da lentidão do inventario, no Rio.

Conseguentemente, depomos aqui a nossa palavra de profundo respeito e maior gratidão á sua memoria augusta e imperecível, como bemfeitor do Instituto Historico, onde jamais serão deslembrados o seu nome e a sua obra, por todos os titulos e razões, honrados e benemeritos. N. L.

DR. ADAUTO DA CAMARA

(Socio efetivo)

O ilustrado confrade e conterraneo, Adauto Miranda Raposo da Camara, falecido no Rio, a 17 de outubro de 1952, era das mais brilhantes inteligencias da nova geração do Rio Grande do Norte, apesar de radicado, desde 1930, na Capital Federal, por força da revolução liberal de outubro daquele ano.

Tendo nascido em Mossoró, a 14 de março de 1898, eram seus paes o professor Teodulo Soares Raposo da Camara e D. Aurea de Miranda Camara e casou-se, em Natal, com D. Wanda Zarembo, filha de Vitoldo Zarembo e D. Pêre Bouzas, ele da Polonia e ela da Hespanha, havendo dois filhos Mario,

e Henrique, nascidos em Natal, 3/10/29 e Rio, 14 janeiro 1939.

Estudou humanidades no Ateneu de Natal, formou-se em Recife, na Faculdade de Direito, a 17 de março de 1924, entrou na vida publica, ainda muito moço, como praticante dos Correios, 1912, auxiliar do Telegrafo, antes de formado, lente do Ateneu (1919), Chefe de Policia, (1928), Redator e diretor da "A Republica", deputado estadual (1924-26), constituinte (1926), depois de formado, e tendo-se mudado para a Capital Federal, ali exerceu a sua função nos Telegrafos e assumiu a direção do "Collegio Metropolitano", do Meier, onde realisou obra educativa de alto valor.

Era um eficiente cultor das letras, especialmente historicas, tendo publicado obras de grande valia, como "Historia de Nisia Floresta", "O Rio G. do Norte na Guerra do Paraguai" e outras muitas insertas nesta "Revista" e outros jornaes, as quaes lhe grangearam merecida fama.

Fasia parte da Academia de Letras e do Instituto Historico, desde 27 de março de 1927, tendo prestado excelentes serviços culturaes. Tambem era membro do Instituto Geneologico Brasileiro.

Foi um grande trabalhador na seára das letras do Rio Grande do Norte, por isso, merece reverente homenagem dos seus companheiros. N. L.

DR. NELSON DE SENA

(Socio correspondente)

O doutor em filosofia e em ciencias juridicas e sociaes, Nelson Coelho de Sena, filho de Coronel Candido José de Sena e D. Maria Brasilina Coelho de Sena, nasceu em Serro, notavel cidade de Minas Geraes, pelo alto merito dos seus filhos, a 11

de outubro de 1876, casou com D. Emilia Gentil de Sena, e deixou sete filhos: Caio, advogado, Mucio, medico, Fabio, advogado, Yolanda, Maria Emilia, Lucio Otavio e José Flavio.

A sua existencia foi povoada de grandes meritos e serviços á Patria e ao Estado de Minas Geraes: Oficial de gabinete do Secretario da Agricultura em Ouro Preto, professor do Ginasio Mineiro, da Escola de Engenharia de Belo Horizonte, membro e presidente do Conselho Superior de Instrução, comandante da Guarda Nacional, deputado estadual, (1907 e 1920), deputado federal (1921-1928), presidente de varios Congressos scientificos e literarios, inclusive os de Educação, Geografia e Cientifico Latino Americano.

Era possuidor de varios titulos profissionais, literarios e scientificos, da Academia Mineira de Letras, da Federação das Academias, no Rio, e outras instituições nacionaes e estrangeiras.

Era membro do Instituto Historico, desde 18 de março de 1928.

Faleceu no Rio, em dezembro de 1952.

Foi uma grande perda para as letras nacionaes. N. L.

General JONATAS DE MORAES CORREIA

(Socio correspondente)

A guerra mundial de 1939-1945 trouxe ao Rio Grande do Norte, como "trampolim da Vitoria", muitas figuras notaveis do Exercito, da Marinha e da Aeronautica, no desempenho de suas funções militares em defesa do Continente Sul-americano.

Entre estes destacou-se o então major Jonatas de Moraes Correia, sub-comandante do 1º grupo do

3º Regimento de Artilharia anti-aérea, com séde á Avenida Hermes, no Tirol, desta Capital.

Espirito adeantado, apaixonado da historia, apresentou-se ao Instituto Historico com uma carta credencial do Instituto de Historia Militar, sendo recebido solenemente em sessão de 25 fevereiro 1942 e pronunciado uma palestra de saudação, publicada na *Revista*, vols. XXXVIII-XL, anos de 1941-43, pags. 95-98. Frequentou constantemente as reuniões, tendo tambem proferido uma conferencia sobre "O Conde de Porto Alegre em Curupaity", em sessão de 21 de março de 1942. Foi eleito socio a 29 maio 1942. Transferido para outra guarnição, Jonatas Correia era promovido a te.-coronel e, logo depois passando para a reserva, no posto de general de brigada, em que o encontrou a morte, em fins de 1952.

Era Piauiense, de Parnaíba, oriundo do casal de Francisco Severiano de Moraes Correia, do Assú, e d. Maria Cleófas de Miranda Correia, de Macau, deste Estado. Foram filhos deste casal, dr. Francisco de Moraes Correia, Dr. Luiz de Moraes Correia, juiz federal no Ceará, Constantino de Moraes Correia, Josías de Moraes Correia e Coronel Jonas de Moraes Correia, notavel politico ali, de quem descendia o nosso saudoso confrade, e de sua mulher, D. Firmina Ramos Correia, de illustre familia piauiense. Era casado com D. Maria Correia, do Amazonas. e deixou uma filha casada, no Rio. Nascêra na cidade de Parnaíba, a 19 de janeiro 1898.

Sua carreira militar foi de praça, na Escola Militar, a 4 de abril 1917, Aspirante a 30 dezembro 1919, 2º tenente a 15 abril 1920, 1º tenente a 7 maio 1921, capitão, a 4 outubro 1928, major, a 5 março 1940 e tenente-coronel a 25 junho 1944. Possuia medalhas de Guerra e cursos de Armas. Era oficial de artilharia.

ORLANDO RIBEIRO DANTAS

(Socio correspondente).

No Rio de Janeiro, onde residia e era Presidente da Empresa "Diario de Noticias", que fundou, desapareceu ás primeiras horas do dia 1º de fevereiro de 1953, o grande jornalista conterraneo Orlando Ribeiro Dantas, de importante e tradicional familia norte-rio-grandense.

Nascido em Ceará-mirim, a 11 de fevereiro de 1896, foram seus paes João Ribeiro Dantas e D. Joaquina Vilar Ribeiro Dantas, e seus avós o coronel José Ribeiro Dantas (Zumba do Timbó) e Dr. Heraclio de Araujo Vilar, respetivamente.

Ausentou-se deste Estado, aos onze anos, e foi tentar a vida em Recife, onde chegou ao tempo da revolução que levou ao poder o General Dantas Barreto. Depois de uma viagem aos Estados Unidos, fixou-se no Rio e voltou-se para o Jornalismo, tendo fundado o "Diretorio Commercial Brasileiro", em Recife, e mais tarde, no Rio, a "Revista Commercial e Industrial", trabalhou para o "Jornal", dos Associados e, afinal, fundou o "Diario de Noticias", que foi o seu maior feito na vida. Circulou o 1º numero a 12 de junho de 1930. Hoje, é uma das maiores organizações jornalisticas do País, em franca prosperidade e com invejavel conceito na opinião nacional.

Em tratamento de saúde, viajou pela Europa, em 1951, quando conseguiu localizar o tumulo de Nisia Floresta, em Ruão, França, empenhando-se fortemente pela remoção das cinzas da consagrada escritora potiguar, para o seu torrão natal, o que brevemente se realizará, por iniciativa do Centro Norte-Rio-Grandense, do Rio.

Orlando Ribeiro Dantas era socio do Instituto Historico, desde 29 março 1951 e mereceu o premio

“Maria Moors Chabot”, que lhe foi conferido pelo Gal. Eisenhauer, quando reitor da Universidade de Columbia, EUA.

Atingido de grave afecção cerebral, veio a falecer em sua residencia á Rua D. Ana, Botafogo, 56, deixando viuva D. Ondina Portela Ribeiro Dantas, e filhos, o dr. João Portela Ribeiro Dantas, D. Laura Dantas Guimarães, senhoritas Lúcia e Lígia Portela Ribeiro Dantas, aos quaes levamos a expressão do nosso grande pesar.

VICE-ALMIRANTE RAUL TAVARES

(Socio correspondente)

O ilustre marinheiro, vice-almirante Raul Tavares, falecido, no Rio, a 19 de fevereiro de 1953, era das figuras mais conspícuas no campo das letras geograficas do Brasil.

Sua vida militar foi um exemplo de dedicação ao dever e á Patria, nos diversos postos e funções, que lhe foram confiados pelo Governo da Republica. Possuía as medalhas navais de merito de Guerra, 3-D, Ordem de Merito Naval, 2º, Medalha de Serviço Militar, 1, Medalha Extrangeira, 2, passando para a Reserva a 7 março 1944.

Além das funções de oficial e comandante de vasos de guerra, ele foi Ministro do Superior Tribunal Militar, quando foi reformado, por invalidês, visto achar-se surdo.

Mas, o seu grande merito estava no amor que dedicava á geografia e á historia, sobretudo, como membro proeminente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e do Instituto Historico e Geografico Brasileiro, tendo sido, muitos anos, presidente da primeira destas agremiações.

O vice-almirante Raul Tavares era uma figura

correta, disciplinada, bemquista entre camaradas e subordinados, por isso, grangeou a estima de todos os que com ele conviviam. Foi admitido como socio do nosso Instituto, em sessão de 16 de março de 1941.

Rendemos um sincero tributo de apreço á sua memoria.

Coronel PEDRO DIAS DE CAMPOS

(Socio correspondente)

Desapareceu do numero dos vivos, em São Paulo, o coronel Pedro Dias de Campos, official illustre da Reserva da Força Publica daquele Estado e membro conspícuo do Instituto Historico de São Paulo, do deste Estado e diversos outros do País.

Com uma longa e brilhante folha de serviços á ordem e á segurança da terra e do povo bandeirante, o coronel Pedro Dias de Campos deixou um rastro de amor á profissão e de capacidade pessoal, em todos os cargos militares, a que foi chamado e um exemplo de correção e de eficiencia, que deve ser imitado. Descendente de indios, ele nasceu em Araçoiaba da Serra, municipio de Sorocaba, a 29 de junho de 1873, era filho de Nicolau Dias de Campos e D. Jesuina Maria de Moura; iniciou-se no commercio, alistou-se, com 18 anos, (1890) na Força Publica, á qual serviu até ser posto na Reserva, em 1932, quando foi ferido no combate de Ribeirópolis, tendo sido exilado.

Ascendeu ao posto de 2º tenente (1896), 1º tenente (1902), capitão (1904), tenente-coronel (1912) e coronel comandante geral (1924), durante a revolução desse ano, como o fiséra em varias ocasiões, sempre na defêsa do Estado e da Republica.

Deixou diferentes obras de historia e sobre

vida militar, entre as quaes “O Incola e o Bandeirante da Historia de São Paulo”, e “A revolução de 1924 em São Paulo”, não completa.

Tinha varias condecorações, medalhas e insígnias honorificas, tanto do Brasil e de São Paulo, como da Tunísia e outros.

Do Boletim do Comando Geral da Força Publica, Cel. João de Queiros, em 4/9/53, consta o elogio em síntese da vida do Coronel Pedro Dias de Campos:

“Realmente, neto de indio, caboclo humilde de nascimento, mas, querendo ser, acima de tudo, um bom brasileiro, o coronel Pedro Dias de Campos fêz-se, pelo esforço proprio, um valoroso soldado e um prestan-te cidadão, util á sua corporação, á sua Terra e á gente, ás quaes serviu até seus ultimos instantes de vida, quando esboçava mais um livro da historia e para a historia de nossa terra”.

Tinha 80 anos, ao finar-se, a 5 de agosto de 1953. N. L.

Des. FRANCISCO DE ALBUQUERQUE MELO

(Socio efetivo)

O desaparecimento objetivo do desembargador Francisco de Albuquerque causou profunda emoção no seio da sua vasta familia e da sociedade, em que vivia e aonde outrora exerceu benéfica influencia, como magistrado e como homem de fina educação.

Ele nasceu, em Recife, Pernambuco, a 3 de junho de 1870 e faleceu, no Rio, a 4 de outubro de 1953, após uma operação, a que se submeteu, no Hospital do IPASE.

Era viuvo, pela terceira vês, tendo deixado prole de nove filhos, dois do 1º leito, 3 do segundo e 4 do terceiro.

Foram seus paes Francisco de Albuquerque Melo e Antonia de Padua Peixoto de Albuquerque Melo, já falecidos.

Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, a 28 maio 1894, foi promotor e juiz de direito de Macaíba, São José de Mipibú e Natal, (2ª vara, juiz municipal de Barreiros e Pau d'Alho, em Pernambuco, e desembargador no Rio G. do Norte, (1924-1934), quando se aposentou.

Foi deputado estadual na Constituinte de 1898 e no legislativo ordinario de 1898 a 1900 e exerceu outras comissões de interesse publico.

Publicou varias obras “Intesesses sucessorios”, “Vida forense”, “Da assistencia e da proteção aos menores”, “E os vadios?”, “O decreto nº 16.272 de 20/12/1923 e sua execução”, “O Júri”, “Arquivamento de inquerito policial”, “O codigo penal e os recursos criminaes”, “Das ferias forenses”, “Suspeição de Juiz” e “O imposto de sucessão mortis causa”.

Gostava do jornalismo e assim, trabalhou na “A Provincia”, de Recife, quando saiu de seu Estado, em rasão do assassinato do dr. José Maria de Albuquerque Melo, fixando-se neste Estado, onde colaborou na “A Republica”, “O Combate” (que fundou quando academico, 1893,) “O municipio”, em São José de Mipibú, “Diario do Natal” e o “Jornal de Recife”. Era socio do Instituto Historico, desde 29 de março de 1927. N. L.



I N D I C E
do Vol. L de 1953 da "Revista" do
INSTITUTO HISTORICO

AUTOR	TITULO	PAG.
A. TAVARES DE LIRA — Luis Francisco Junqueira Aires		5
D. MARCOLINO DANTAS — Bodas de Ouro do Ins- tituto Historico e Geografico		15
NESTOR LIMA — O Jubileu de Ouro do Instituto His- torico		19
Mons. PAULO HERONCIO — Os Jesuitas nas primei- ras horas da Colonisação da Capitania		41
JUVENAL LAMARTINE — O Rio Grande do Norte e os seus problemas economicos		53
M. RODRIGUES DE MELO — O Patriarca da Aba da Serra		67
NESTOR LIMA — Algumas lendas e tradições poti- guares		79
REDAÇÃO — Como decorreu a celebração do 1º Cin- coentenario do Instituto Historico		97
ADEREAL DE FRANÇA (Danilo) — Cronica — O Ins- tituto Historico		99
JOSE M. B. CASTELO BRANCO — Miscelânea		101
NESTOR LIMA — Tobias Monteiro		115
JOSÉ AUGUSTO — Idem		120
REDAÇÃO — O primeiro Centenario do nascimento do Desembargador Joaquim Ferreira Chaves		137
DES. SILVINO BEZERRA — Discurso		138
ADAUTO DA CAMARA — Discurso		140
JOSÉ AUGUSTO (Camara dos Deputados) — Discurso		144
DIOCLECIO DUARTE (Idem) — Discurso		154

REDAÇÃO — Bi-Centenário da Padroeira de Natal....	167
NESTOR LIMA — A verdade sobre o bi-centenário da Imagem de N. S. do Rosario venerada como Padroeira de Natal.....	169
Pe. JOÃO MARIA — Apresentação da SS. Virgem Maria	179
NESTOR LIMA — Relatório da Presidencia (1951/3)....	183
SECRETARIA DO I. H. G. — Atas das sessões (1952/3)	189
N. L. Necrologia — Dr. José Torres de Oliveira	208
” ” — Dr. Rafael Fernandes	209
” ” — Tobias Monteiro.....	210
” ” — Dr. Adauto da Camara	211
” ” — Dr. Nelson Coelho de Sena	212
” ” — Gal. Jonatas M. Correia.....	213
” ” — Orlando Ribeiro Dantas.....	215
” ” — Vice-Almirante Raul Tavares.....	216
” ” — Cel. Pedro Dias de Campos.....	217
” ” — Desembargador Francisco de Albuquerque	218
REDAÇÃO — Indice.....	221

